

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 008 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO RIVA
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em nome do povo mato-grossense, invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e justiça, e havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

Antes, porém, queremos cumprimentar o Dr. Aírton Reis Filho, membro da Academia Mato-grossense de Letras, filho do ex-Deputado Estadual Aírton Reis. Seja bem-vindo!

Cumprimento, também, os companheiros da Polícia Civil, os concursados da Polícia Civil, que estão pleiteando o chamamento para aquele órgão.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício 030/GP/2001, datado em Cuiabá, 12 de fevereiro de 2001, do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Humberto Bosaipo.

Sr. Presidente,

Através do presente, tenho a honra de encaminhar a V. Exª, com fulcro no art. 49 da Constituição Estadual e inciso XX, do art. 2º da Lei Complementar nº 11, de 18.12.1991, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre alterações no lotacionograma desta Corte de Contas, mediante a criação, transformação e extinção de cargos, tudo em razão da exposição de motivos que passo a externar:

O Estado de Mato Grosso passa por um constante vertiginoso processo de crescimento, tendo encerrado o exercício de 2000 com um total de 142 municípios, sendo que um número significativo desses é de entes recém-emancipados, enquanto a estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado, ao longo dos últimos anos, mantém-se inalterada.

Não bastasse a criação de novos municípios, temos ainda, por força do ordenamento constitucional que passou a vigorar em outubro de 1988, o alargamento do leque de atribuições das Cortes de Contas, competindo-lhes uma série de atividades que vão muito além do exame de números.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Modernamente, aos Tribunais de Contas cabe a missão de fazer imperar em todas as esferas da Administração Pública os seus princípios norteadores, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Tendo em mira uma perfeita adequação à nova realidade a ser enfrentada especificamente por esta Corte Estadual, foi sancionada a Lei nº 6.960, de 17 de novembro de 1997, que reestruturou e consolidou a sua estrutura organizacional, tendo criado cinco Inspetorias Regionais de Controle Externo, a serem implantadas em cidades pólos do Estado, como uma alternativa para a descentralização e aproximação do Tribunal de Contas dos seus jurisdicionados.

Posteriormente, foi sancionada a Lei nº 7.254, de 12 de janeiro de 2000, criando mais um Departamento e dois Núcleos na estrutura administrativa desta Corte, além da 7ª Inspetoria Seccional de Projetos e Programas de Meio Ambiente.

No decorrer do exercício de 2000, ingressaram na Corte de Contas mais 23.700 (vinte e três mil e setecentos) novos processos, que se somaram a outros milhares já em tramitação.

Embora a Lei nº 6.960, de 17 de novembro de 1997, que tratou de modernizar a estrutura funcional do Tribunal de Contas, seja relativamente recente, temos que a mesma já se encontra um tanto defasada, merecendo um aprimoramento, sendo este o objetivo do projeto de lei em destaque.

Visando à solidificação do seu corpo técnico, para um melhor atendimento das atividades precípuas de uma Corte de Contas, propõe-se a extinção de 09 cargos de provimento efetivo de Técnico em Ciências Jurídicas, 04 cargos de provimento efetivo de Médico e 04 cargos de provimento efetivo de Odontólogo, representando somente este contexto uma economia orçamentária mensal de R\$ 47.733,21 (quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e um centavos).

Recentemente, ocorreu a aposentadoria de uma Assessora Jurídica, desonerando mensalmente a folha de pagamento de servidores ativos do Tribunal de Contas em R\$ 7.284,24 (sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Deste modo, temos uma economia orçamentária mensal totalizando R\$ 55.017,45 (cinquenta e cinco mil, dezessete reais e quarenta e cinco centavos), sendo a mesma suficiente para dar suporte às despesas que surgirão com a criação dos novos cargos.

Daí constar da redação do art. 5º do projeto de lei em testilha, de modo incisivo, que as despesas decorrentes da execução da mesma correrão por conta de recursos orçamentários destinados ao Tribunal de Contas do Estado.

Cumpre-me ressaltar que o cargo de Técnico Instrutivo pertence à Categoria Ocupacional de Atividades Administrativas, constituindo-se, por assim dizer, a espinha dorsal do Tribunal de Contas, uma vez que lhes compete, sobretudo, a missão de autuar, instruir e informar os processos em tramitação, exercendo uma atividade de apoio fundamental à agilização dos trabalhos levados a efeito por esta Corte.

O cargo de Assistente de Plenário tem por escopo auxiliar o Tribunal Pleno e a sua Secretaria-Geral, procedendo a distribuição de processos aos relatores, encaminhando as respectivas decisões plenárias e controlando as suas publicações e registros, dentre outras atividades de apoio.

Em síntese, a necessidade de aumentar-se o número de vagas em relação aos citados cargos é diretamente proporcional ao crescimento das atividades desta Corte, mormente em função da inevitável instalação das Inspetorias Regionais mencionadas linhas atrás, assim como para dinamizarem-se as atividades daquelas já existentes, fato que acarretará, num segundo momento, o aumento da demanda de processos a serem instruídos e julgados pelo Tribunal de Contas.

No que tange a criação de 09 cargos de Agentes de Limpeza, cogitou-se, num primeiro momento, pela terceirização de tais serviços. Todavia, após diversos levantamentos junto a empresas especializadas na intermediação de mão-de-obra de tal natureza, apurou-se o custo médio de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

R\$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado contratado, enquanto que aqueles pertencentes aos quadros do Tribunal percebem o vencimento inicial de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Vê-se, pois, que a terceirização implicaria num custo maior para os cofres públicos.

Outrossim, nestes últimos anos, o espaço físico do Tribunal de Contas sofreu sensível ampliação inclusive com a construção de diversos anexos, havendo urgente necessidade de se reforçar o quadro de pessoal responsável pela manutenção e conservação de toda a estrutura em vigor, sob pena da deterioração da mesma. Em relação à criação de cargos na área de segurança, decorre tal necessidade da nova política implementada pelo Governo do Estado, no sentido de direcionar todo o efetivo da Polícia Militar para o serviço de policiamento ostensivo, no atendimento direto da população que, dia-a-dia, clama por segurança. Tanto é verdade que o Tribunal de Contas já foi cientificado pelo Poder Executivo que, uma vez expirado o prazo do convênio em vigor, que autoriza a designação de policiais militares para servirem a Corte de Contas, não haverá a sua renovação.

Portanto, haverá a necessidade dos órgãos públicos se adequarem a essa nova realidade, passando a gerenciar os seus serviços externos e ostensivos de segurança, cumprindo ao Plenário do Tribunal de Contas, através de uma resolução, disciplinar o funcionamento dos mesmos.

Quanto ao fato do cargo de Chefe de Divisão de Psicologia passar a integrar o nível TCDGAS-3, trata-se de medida que visa valorizar o profissional da área, conferindo-lhe uma remuneração no mesmo patamar de outros cargos que exigem do seu ocupante formação superior específica.

Por fim, a transformação da denominação do cargo de Datilógrafo para Digitador, visa unicamente atender a uma realidade decorrente do avanço tecnológico, não implicando em qualquer vantagem para os seus atuais ocupantes.

Estas são as razões de fato e direito que me leva a colocar à apreciação desse valioso Poder Legislativo o presente Projeto de Lei, contando com a compreensão de V. Ex^a e de seus dignos Pares para a aprovação do mesmo, com a conseqüente remessa ao Exm^o Governador do Estado, que certamente a sancionará, para os devidos fins de direito.

Valho-me da oportunidade para reiterar os sinceros votos de admiração e apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro UBIRATAN FRANCISCO VILELA TOM SPINELLI

Presidente

**Dispõe sobre alterações no
lotacionograma do Tribunal de Contas do
Estado de Mato Grosso, mediante a
transformação, extinção e criação de
cargos, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O lotacionograma da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, disciplinado pelo art. 2º, da Lei nº 6.960, de 17 de novembro de 1997, passará a vigorar com as alterações impostas pela presente lei.

Art. 2º Os 31 (trinta e um) cargos de provimento efetivo de Datilógrafo existentes ficam transformados em cargos de provimento efetivo de Digitador, com os mesmos níveis e referências.

Art. 3º Ficam extintos 09 (nove) cargos de provimento efetivo de Técnico em Ciências Jurídicas, 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de Médico e 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de Odontólogo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Art. 4º Ficam criados 75 (setenta e cinco) cargos na carreira de Técnico Instrutivo, 07 (sete) cargos na carreira de Assistente de Plenário, 09 (nove) cargos na carreira de Agente de Limpeza e 05 (cinco) cargos na carreira de Agente de Segurança, a serem preenchidos em caráter efetivo, mediante concurso público.

Art. 5º Fica criado um cargo de Chefe de Segurança, de provimento comissionado, nível TCDGA-5.

Art. 6º O Cargo de Chefe de Divisão de Psicologia passa a integrar o Nível - TCDGAS-3.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de recursos orçamentários destinados ao Tribunal de Contas do Estado, sem qualquer acréscimo nos valores dos repasses atuais e na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

E, ainda: “Comunicado nº AL 0022/01, da Secretária-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos do PNAE para a Secretaria de Estado de Mato Grosso; Ofício nº 12/01, do Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/MT, Ofícios nºs 235 e 245/01, do Chefe de Gabinete da SARC/Ministério da Agricultura e do Abastecimento, comunicando a prorrogação para 31 de julho de 2001 do convênio entre o Ministério e o Sindicato Rural de Tangará da Serra e o Sindicato Rural de Campinápolis; Ofícios nºs 28, 29, 30, 31, 32 e 33/01, da Deputada Federal Teté Bezerra, e ainda os Ofícios nºs 084, da Presidente da PRO-SOL, 0561/01, do Diretor Regional da Rede/CEMAT, e 118 e 125/01, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA).

Solicito aos Srs. Deputados e a Srª Deputada, que apresentem sobre a mesa, as matérias do Pequeno Expediente, para que possamos ganhar tempo e dar posse ao novo Deputado que, certamente, trouxe todos os seus convidados. As matérias do Pequeno Expediente poderão ser encaminhadas à mesa que serão aceitas por esta Presidência.

Sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) REQUERIMENTO: “Nos termos da alínea ‘h’, do art. 272, do Regimento Interno deste Poder, requero à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, a instauração de auditoria contábil pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, junto à Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, no período de janeiro a março de 2001.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS.”

2ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro nos arts. 158 e seguintes do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora que determine a convocação de uma Sessão Especial com a finalidade de discutir a FERRONORTE.

Essa Sessão Especial será realizada no dia abril às 08:30 horas, na cidade de Alto Taquari.

Essa Sessão Especial contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais, Senadores, Prefeitos, Clubes de Serviços, Associações, Federações, Sindicatos, autoridades civis e eclesiais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

etc.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

3ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro nos arts.158 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora que determine a convocação de uma Sessão Solene com a finalidade de comemorar os 15 anos da Pastoral da Criança em Mato Grosso.

Essa Sessão Especial será realizada no dia agosto, às 20:00 horas, no Plenário Deputado Oscar Soares.

Essa Sessão Especial contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais, Senadores, UNESCO, Entidades que prestam serviços Voluntários, Clubes de Serviços, Conselhos, Associações, Federações, Sindicatos, autoridades civis e eclesiásticas, etc.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

4ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro nos arts.158 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora que determine a convocação de uma Sessão Especial com a finalidade de discutir o Ano Internacional do Voluntário.

Essa Sessão Especial será realizada no dia maio, às 20:00 horas, no Plenário Deputado Oscar Soares.

Essa Sessão Especial contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais, Senadores, UNESCO, Entidades que prestam serviços Voluntários, autoridades civis e eclesiásticas, etc.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

5ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro nos arts.158 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora que determine a convocação de uma Sessão Solene com a finalidade de comemorar o Dia de Rondon.

Essa Sessão Solene será realizada no dia 03 de maio, às 20:00 horas, no Plenário Deputado Oscar Soares.

Essa Sessão Solene contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais, Senadores, UNESCO, Associações, Sindicatos, Federações, Clubes de Serviços, Sociedade Amigos de Rondon, TELEMAT, Correios, 13ª Brigada, autoridades civis e eclesiásticas, etc.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

6ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro nos arts.158 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora que determine a convocação de uma Sessão Especial com a finalidade de discutir o BID-Pantanal.

Essa Sessão Especial será realizada no dia 23 de março, às 08:30 horas, na cidade de Poconé.

Essa Sessão Especial contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais, Senadores, FEMA, Prefeitos, Clubes de Serviços, Associações, Federações, Sindicatos, autoridades civis e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

eclesiásticas, etc.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

7ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de construir uma rotatória na Rodovia MT-358, na entrada do Hotel Fazenda Primavera.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91 de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de construir uma rotatória na Rodovia MT-358, na entrada do Hotel Fazenda Primavera.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação solicitando a construção de uma rotatória na MT-358 na entrada do Hotel Fazenda Primavera, atende ao abaixo-assinado com cerca de 500 assinaturas, da população de Tangará da Serra e região.

Entendemos que a segurança dos usuários daquela rodovia e o incentivo ao turismo em nosso Estado, motivos expostos no abaixo-assinado (em anexo), são mais do que suficiente para o atendimento do pleito.

Considerando a importância desta indicação para toda região, recorreremos ao bom senso do Governo do Estado, para que o mesmo priorize essa reivindicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

8ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor José Jalmar Vargas.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor José Jalmar Vargas o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

José Jalmar Vargas nasceu em São Joaquim/SC em 14/09/43.

Mudou-se para Mato Grosso em 1976, mais especificamente para Cuiabá, com atividades agrícolas em Campo Verde, Campo Novo dos Parecis e Brasnorte.

Foi um dos fundadores e diretor da COLPAVEL (Cooperativa de Produtores) e Cotriguaçu (Central de Cooperativas), esta por 08 (oito) anos.

O Sr. José Jalmar é piloto civil em aeronaves dos tipos mono e multimotoras, hoje com mais ou menos 15.000 horas de voo, estando ainda em atividade.

Ingressou no *Lions* em agosto de 1992. Foi Presidente do *Lions* Clube Cuiabá Leste

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

de 1995/96.

Quando Presidente, fez o primeiro contato com a Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer, oportunidade em que iniciamos atendimento de ajuda ao Hospital do Câncer - AMCC em 1998 e no desmembramento do Instituto de Visão em 2000, sempre exercendo cargo de diretor nestas entidades.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. José Jalmar Vargas é merecedor desta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

9ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Neldo Egon Weirich.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Neldo Egon Weirich o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Neldo Egon Weirich nasceu em Três Passos/RS, em 30/12/52.

Mudou-se para Mato Grosso em 1977, mais especificamente para Canarana. É destacado comerciante e agropecuarista nesse Município.

Foi Presidente da Associação Comercial de Canarana, de 1992 a 1997. Foi Presidente da Comissão Organizadora da I, II, III e VI FEICAN - Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de Canarana, nos anos de 1994, 1995, 1996 e 2000.

Fundador da Igreja Evangélica Congregacional de Canarana, em 1987.

Foi patrão fundador do CTG Pioneiros do Centro-Oeste em 1984. Foi patrão do CTG Pioneiros do Centro-Oeste de 1984 a 1987, 1992 a 1993 a 1997. Participou na fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Mato Grosso em 1993.

É administrador da Sociedade Brasileira de Eubiose, Departamento de Canarana.

É membro ativo da augusta e respeitável Loja Maçônica “Luzes do Terceiro Milênio de Água Boa.

Ingressou no *Lions* em 22 de agosto de 1992, sendo sócio fundador do *Lions* Clube de Canarana.

Foi Presidente da Divisão D.4 de 1995 a 1996. Atualmente é Presidente da Divisão 3 do Distrito LB-4.

Foi Presidente do *Lions* Clube de Canarana de 1994 a 1995. Participou da Fundação do *Lions* Clube Nova Xavantina e Campinápolis. Foi Leão Orientador do *Lions* Clube de Nova Xavantina e Água Boa.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. Neldo Egon Weirich é merecedor dessa homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

10) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Wolfgang Dankamar Gunther.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Wolfgang Dankamar Gunther o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Wolfgang Dankamar Gunther nasceu em São José do Rio Pardo/SP em 1929.

Chegou em Mato Grosso, mais precisamente São Félix do Araguaia, em março de 1948, como membro da Bandeira Piratininga sob o comando do paulista e jornalista Wily Aurelly, tendo se fixado finalmente quando se casou naquela mesma cidade em março de 1953.

Trabalhou como piloto de embarcações fluviais, possui várias embarcações. Trabalhou com os mestres do Rio Araguaia, Antônio Bosaipo e seu famoso barco “Frei Chico” e Leonardo Vilas Boas e seu barco “Brigadeiro Albuin”.

De 1960 a 1972 trabalhou na Fundação Brasil-Central, trabalhando 06 meses no Posto Diauarum no Rio Xingu em substituição a Cláudio Vilas Boas. Foi encarregado do setor de transporte por balsas no Rio Araguaia durante a operação JK e posteriormente Chefe do Centro de atividades da Ilha do Bananal.

De 1972 a 1973 foi Secretário de Planejamento de Luciara, voltando a ser Secretário de 1981 a 1987.

De 1995 a 1996 foi eleito Secretário do Sindicato Rural de Porto Alegre do Norte. De 1997 a 1999 foi eleito Presidente do mesmo Sindicato, sendo reeleito por unanimidade dos votos para o triênio 1999 a 2002.

Wolfgang é membro titular da Academia de Letras Municipais do Brasil, empossado em 20 de fevereiro de 1986. Inclusive foi representante da Seccional de Mato Grosso no período de 1986 a 1988.

Recebeu a 4º Menção Honrosa, no concurso Literário de Folclores, da Academia de Letras Municipais do Brasil, em 1986.

Wolfgang Dankamar Gunther veio para Mato Grosso, especificamente na região do Araguaia, há mais de 50 anos. Se hoje a região do Araguaia enfrenta diversos problemas (transporte, energia, etc.), podemos imaginar as dificuldades naquela época.

Nesses 50 anos de Mato Grosso sempre trabalhou pelo desenvolvimento da região.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. Wolfgang Dankamar Gunther é merecedor desta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS.”

11) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadã Mato-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

grossense a Senhora Deuseni Félix da Costa e Silva.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder a Senhora Deuseni Félix da Costa e Silva o Título de Cidadã Matogrossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Deuseni Félix da Costa e Silva nasceu em Itaberai/GO, em 1955.

Iniciou o curso de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso. Vendo que sua vocação era ser artista plástica, Deuseni largou o curso de Direito e passou a se dedicar de corpo e alma à pintura.

A partir de 1996, participou com brilhantismo de diversas mostras e exposições. Em 1998, sua tela foi escolhida para a capa da lista telefônica da TELEMAT.

Em 1997, foi 2º lugar na II Bienal de Arte Moderna. Recebeu também nesse mesmo ano a Menção Honrosa no III Salão de Arte Moderna.

Deuseni, além de ser uma das melhores artistas plásticas de nosso Estado, se destaca pela maneira corajosa de enfrentar a vida. Apesar de seu problema físico, dá um exemplo aos deficientes físicos e à própria sociedade de como viver.

Seu otimismo, sua força de vontade de viver, contagia a todos. Participa de todas atividades, nunca esquecendo de ajudar aos mais necessitados.

Pelos motivos expostos entendemos que a Srª Deuseni Félix da Costa e Silva é merecedora desta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

12) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Matogrossense ao Senhor Hélio João Andrighetto.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Hélio João Andrighetto o Título de Cidadão Matogrossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Hélio João Andrighetto nasceu em Santo Augusto/RS em 1955.

Em 20 de fevereiro de 1982, portanto há quase 20 anos, mudou-se para Mato Grosso, mais especificamente para a cidade de Primavera do Leste, que na época, ainda era Distrito de Poxoréo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Começou trabalhando como administrador na área agrícola. Em 1986 trocou a agricultura pela profissão de vendedor autônomo, em 1989 abriu sua empresa comercial e de representações. Em 1983 formou-se corretor de imóveis, profissão que exerce até hoje.

Em 1995 ingressou no Leonismo como sócio fundador do *Lions* Clube de Primavera do Leste. No ano de 1997 ocupou o cargo de Tesoureiro do Clube.

No ano de 1998 ocupou os cargos de Conselheiro Léo e Vice-Presidente do Clube. No ano de 1999 ocupou o cargo de Presidente do *Lions* Clube de Primavera do Leste, que teve o prazer de realizar a 1ª Convenção do Distrito LB-4.

Nesses cinco anos servindo ao leonismo foi companheiro cem por cento. Atualmnte há convite da Governadora do Distrito LB-4 ocupa o cargo de Presidente de Divisão.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. Hélio João Andrighetto é merecedor desta homenagem. Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

13) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Pedro Evangelista de Ávila.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Pedro Evangelista de Ávila o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Pedro Evangelista de Ávila, nasceu em Raposas/MG em 1944.

Em março de 1977, chegou a Mato Grosso, mais especificamente na cidade de Tangará da Serra, onde abriu seu escritório de advocacia, onde atua profissionalmente até hoje.

Foi sócio do *Lions* Clube de Tangará da Serra, cuja fundação ocorreu em 26 de agosto de 1989.

Neste clube exerceu com brilhantismo praticamente todos os cargos. Foi Presidente deste clube de 1992 a 1993 e de 1997 a 1998. Recebeu título de Companheiro Melvin Jones em 13 de março de 2000.

Secretariou, fazendo a parte jurídica, a posse de Thaís Barbosa, a primeira prefeita do Município de Tangará da Serra em 01/02/77.

Foi fundador do Tangará Tênis Clube. Foi Secretário por dois anos seguidos da APAE de Tangará da Serra. Foi Presidente da Pastoral Geral da Comunidade Católica de Tangará da Serra. Participou da diretoria do FUNREBON de Tangará, representando a Loja Maçônica Estrela de Tangará nº 11 e o *Lions* de Tangará da Serra no período de 2000 à 2001.

Recebeu o título de Cidadão Benemérito Tangarense, pelo Decreto Legislativo 0022 de 03/05/2000.

Foi um dos idealizadores e fundador da primeira repetidora via satélite de televisão para Tangará da Serra.

É Deputado da Assembléia Legislativa Maçônica no triênio 1999/2002. É Chanceler

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

da augusta e respeitável Loja Maçônica Tangará nº 11, é também orador desta augusta e respeitável Loja.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. Pedro Evangelista de Ávila é merecedor desta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

14) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Edson Tarcísio de Oliveira Campos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 253 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Edson Tarcísio de Oliveira Campos o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Edson Tarcísio de Oliveira Campos nasceu em Curvelo/MG, em 1950.

Na iniciativa pública foi Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Mato Grosso de 1988 a 1991. Foi Presidente de diversos Conselhos e Comissões.

Foi um Secretário de Estado bastante atuante, tendo Mato Grosso nesta época apresentado um desenvolvimento industrial bastante intenso.

Na iniciativa privada é Presidente e Diretor de diversas empresas, gerando centenas de empregos diretos e indiretos.

Foi Presidente do Cuiabá-Leste de 1998/1999. Participou da Fundação *Lions* Clube Várzea Grande Centro. Foi fundador do *Lions* Clube CPA I e do *Lions* Clube Cidade Verde. Foi co-autor do projeto de redistritamento, criando o Distrito L-33, no Estado de Mato Grosso, hoje Distrito LB-4.

Foi membro fundador da Fundação *Lions* de Combate ao Câncer-AMCC, onde exerce atualmente o cargo de Diretor de Patrimônio. Foi também membro fundador e 2º Tesoureiro do Instituto de *Lions* da Visão.

Recebeu os títulos de Cidadão Cuiabano e Várzea-grandense, além de diversas outras homenagens.

Pelos motivos expostos entendemos que o Sr. Edson Tarcísio de Oliveira Campos é merecedor desta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS.”

15) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Srª Benedita Porfíria de Medeiros Miranda, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

reconhecimento público a Sr^a Benedita Porfíria de Medeiros Miranda, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

16) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Sebastiana Eleutéria da Silva Miranda, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Sebastiana Eleutéria da Silva Miranda, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

17) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Luzia Guimarães, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Luzia Guimarães, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

18) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Maria do Socorro Lopes Medeiros, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Maria do Socorro Lopes Medeiros, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputada SERYS SLHESSARENKO – PT”

19) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Iva Ferreira Gonçalves, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Iva Ferreira Gonçalves, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS
Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

20) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Valdete Terezinha Miranda Almeida, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Valdete Terezinha Miranda Almeida, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS
Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

Ainda sobre a mesa, Moções de Louvor de autoria da Deputada Serys Slhessarenko em co-autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1^a) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Neli Pereira Guimarães, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Neli Pereira Guimarães, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada"SERYS SLHESSARENKO - PT
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

2^a) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Maria Aparecida da Silva, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Maria Aparecida da Silva, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

3^a) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Sr^a Alda Maria Soares, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Sr^a Alda Maria Soares, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS”

4ª) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Srª Timótea Iolanda Gauto, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Srª Timótea Iolanda Gauto, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS”

5ª) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Srª Marilene Guimarães, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Srª Marilene Guimarães, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS”

6ª) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Srª Tereza Costa Melo de Carvalho, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Srª Tereza Costa Melo de Carvalho, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS”

7ª) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Srª Adenir Maria Soares de Paula, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público a Srª Adenir Maria Soares de Paula, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS

8ª) “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeremos à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviada Moção de Louvor, a Irmã Vera Maria Lobo, vazada nos seguintes termos:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, vgm manifestar o reconhecimento público a Irmã Vera Maria Lobo, em virtude de sua excepcional contribuição para a valorização da mulher mato-grossense e o desenvolvimento do Estado.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 07 de março de 2001.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS”

Ainda, sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Riva:

1ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘c’ da Constituição do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe à Associação de Desenvolvimento Regional para a conclusão da BR-163, Voto de Congratulação, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros e a requerimento do Deputado Riva, manifesta sua mais efusiva congratulação à Associação de Desenvolvimento Regional para a conclusão da BR-163, pelos relevantes trabalhos realizados em defesa da conclusão dessa importante rodovia.

A Associação de Desenvolvimento Regional para conclusão da BR-163 vem realizando notórios esforços no sentido de ver realizado o sonho da integração rodoviária envre os Estados de Mato Grosso e Pará.

O desenvolvimento ocasionado por tal integração e os conseqüentes benefícios sociais e econômicos daí resultantes serão enormes. Citando apenas um exemplo, a ligação e conseqüente facilidade de exportação dos produtos mato-grossenses, com o Porto de Santarém.

Além do exposto, a Associação em defesa da conclusão da BR-163 desenvolve importantes trabalhos na região Norte do Estado, em prol do desenvolvimento econômico, incentivando a agropecuária e a indústria locais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

2ª) MOÇÃO DE HOMENAGEM: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘c’ da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que registre nos anais e encaminhe Moção de Homenagem ao escritor Ricardo Guilherme Dick, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros e a requerimento do Deputado Riva, manifesta especial homenagem ao escritor mato-grossense Ricardo Guilherme Dick, reconhecendo sua brilhante vocação literária e enaltecendo sua decisão de incluir as coisas de Mato Grosso em suas obras.

A presente Moção, que ora levo à apreciação dos Pares, visa homenagear o mato-grossense Ricardo Guilherme Dick, escritor que tem enfrentado muitas barreiras para manter viva suas criações na literatura brasileira conseguindo publicá-las depois de muitos embates.

O Jornal Folha de São Paulo publicou no caderno ilustrado, entrevista do escritor concedida a Marcelo Rubens Paiva, sob o título “Apóstolo de Guimarães Rosa lança romances”, momento em que apresenta revelações de Ricardo Dick demonstrando suas raízes, os caminhos que percorreu até conseguir ser reconhecido no mundo das letras, além de revelar dificuldades de editar seus livros, chegando ao extremo de ter que recorrer à Lei de Incentivo à Cultura para viabilizar seus projetos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

A Moção, além de reconhecer a determinação do escritor, revela nossa indignação com as posições ali enfatizada, pois delas pudemos entender e agora com mais convicção de que Mato Grosso necessita com urgência de uma política para o setor literário, como forma de promover o intercâmbio de nossos escritores com editoras do circuito nacional, suas participações nos eventos mais importantes e o contato permanente com a mídia.

Fazemos dessa propositura a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso ao escritor, ao tempo que, reafirmamos nosso compromisso de levar a apreciação desta Casa de Leis o debate sobre as contradições e as carências que ainda existem nas ações públicas na área cultural.

Pelas razões expostas, espero o acolhimento dos Pares desta Augusta Casa de Leis, para aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

3ª) PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

“Adita dispositivo à Subseção II, da Seção VI, do Capítulo II, do Título III, da Constituição Estadual.

Art. 1º Fica aditado à Subseção II, da Seção VI, do Capítulo II, do Título III, da Constituição Estadual, o seguinte Artigo:

“...

Art. As leis sancionadas e promulgadas serão obrigatoriamente regulamentadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, importando em crime de responsabilidade o descumprimento deste dispositivo.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Constitucional tem por objetivo disciplinar a regulamentação das leis sancionadas ou promulgadas, possibilitando assim a aplicabilidade dos referidos dispositivos.

Existem leis que já existem há muito tempo e até a presente data encontram-se inválidas em virtude da demora do Governo do Estado em promover suas regulamentações.

A falta desta providência elimina a possibilidade de aplicação de inúmeros benefícios, de ações que trariam ganhos expressivos para a sociedade.

Em face do exposto, levo ao Pares esta proposta, esperando contar com o seu acolhimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de ampliar a estrutura física da Escola Estadual “Olavo Bilac”, no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

mostrando-lhes a necessidade de elaborar projeto arquitetônico e liberar recursos que viabilizem a construção das seguintes estruturas físicas na Escola Estadual Olavo Bilac, em Rondolândia.

- 01 (uma) geladeira
- 01 (um) *freezer*
- 01 (um) fogão
- panelas de vários tamanhos
- pratos e talheres
- 01 (um) videocassete
- 01 (uma) televisão
- 400 (quatrocentas) carteiras escolares

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem como objetivo atender a comunidade educacional de Rondolândia, mais especificamente da Escola Estadual de 1º e 2º graus “Olavo Bilac”, pleito requerido pelo Prefeito Municipal José Luiz da Silva e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Mauro Keller.

Trata-se de mostrar ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de ampliar a estrutura física da unidade educacional, viabilizando assim o seu funcionamento e promovendo os meios necessários para atingir a qualidade de ensino por todos esperada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2021.
Deputado RIVA - PSDB”

5ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia do Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de construção de um centro técnico-administrativo no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia do Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando-lhes a necessidade de construção de um centro técnico-administrativo no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

A administração do recém-instalado Município de Rondolândia, em conjunto com a população local, vem enfrentando o desafio de gerir seus recursos e de definir o próprio futuro. Nesse sentido, as autoridades locais vêm deparando-se com toda sorte de dificuldades notadamente em relação à falta de infra-estrutura adequada para o trabalho eficaz da máquina administrativa.

No sentido de racionalizar a administração, beneficiando assim até mesmo a economia do Município, é que o Sr. Prefeito de Rondolândia nos encaminha pleito no sentido da construção do acima mencionado Centro Técnico Administrativo-tipo multiuso, que trazemos agora à sábia consideração dos Exmºs Sr. Governador e do Secretário de Estado de Infra-Estrutura, contando com a atenção dos mesmos para a devida solução do problema.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

6ª)INDICAÇÃO: “Indica ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, a necessidade de providenciar reparos nos telefones públicos do Município de Bom Jesus do Araguaia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT//Brasil/Telecom, mostrando-lhes a necessidade de providenciar reparos nos telefones públicos do Município de Bom Jesus do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Atendendo a pleitos formulados pelas Lideranças do Município de Bom Jesus do Araguaia, a presente Indicação tem como objetivo levar ao conhecimento da diretoria da TELEMAT/Brasil/Telecom a necessidade de providenciar reparos nos telefones públicos do Município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

7ª)INDICAÇÃO: “Indica ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, a necessidade de instalação de 03 (três) aparelhos de telefonia pública no Município de Bom Jesus do Araguaia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, mostrando-lhes a necessidade de instalação de 03 (três) aparelhos de telefonia pública no Município de Bom Jesus do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Atendendo pedidos formulados por Lideranças do Município de Bom Jesus do Araguaia, apresento e essa augusta Casa de Leis a presente Indicação com o objetivo de levar ao conhecimento da diretoria da TELEMAT/Brasil/Telecom a necessidade de instalação de 03 (três) aparelhos de telefonia pública no Município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

8ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade de criar e implantar unidade do INTERMAT no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando-lhe a necessidade de criar e implantar unidade do INTERMAT no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Rondolândia, recentemente instalado, passou a ser mais uma unidade administrativa de Mato Grosso, com uma população que busca agora gerir e definir seu futuro.

A economia daquele Município baseia-se principalmente na agropecuária. Portanto, entendemos necessária a instalação de órgãos públicos afins, cuja presença no Município dará o necessário apoio e respaldo para que os produtores locais desenvolvam suas atividades.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Por esse motivo, levamos ao Excelentíssimo Governador a necessidade de criação e implantação de um escritório do INTERMAT, composto de um quadro técnico e administrativo capaz de atender às expectativas da população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

9ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de recuperação de duzentos quilômetros de estradas vicinais e pontilhões no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de recuperação, abertura e encascalhamento de estradas vicinais e pontilhões no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

A economia do recém-instalado Município de Rondolândia baseia-se principalmente na agropecuária, daí a necessidade de uma malha viária em condições adequadas de trafegabilidade, condição *sine qua non* para o devido escoamento e comercialização da produção local.

Assim, atendendo o pleito formulado pelo prefeito daquele município, solicitamos os devidos reparos nas estradas vicinais e pontilhões daquela cidade, conforme explicações constantes no ofício 15/9PMR/01, protocolado no gabinete do Exmº Sr. Governador do Estado sob o nº 0.082.917-0.

Esperamos, pelas razões acima expostas, ver o nosso pleito acolhido, o que resultará em importante benefício para o povo de Rondolândia.,

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

10) INDICAÇÃO: “Indica ao Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, a necessidade de instalação de um telefone público no Município de Paranaíta.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, mostrando a necessidade de instalação de um terminal de telefonia pública no Município de Paranaíta, em frente à Drogaria Universal, segundo indicação das lideranças do município.

JUSTIFICATIVA

Atendendo a solicitação das lideranças do Município de Paranaíta, submeto à apreciação desta egrégia Casa de Leis a presente indicação, com o objetivo de levar ao conhecimento da diretoria da TELEMAT/Brasil/Telecom, a necessidade de se instalar um terminal de telefone público frente à Drogaria Universal, pois, segundo informações das lideranças do município, é muito grande o número de pessoas que utilizam o único terminal ali instalado. Assim, a adição de outro terminal diminuiria substancialmente o tempo de espera dos cidadãos que se utilizam desse serviço.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

11)INDICAÇÃO: “Indica ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom a necessidade de implementação do serviço de telefonia celular no Município de Paranaíta.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/Telecom, mostrando a necessidade de implementação do serviço de telefonia celular no Município de Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

O Município de Paranaíta conta atualmente com uma população de cerca de dez mil habitantes, que encontram dificuldades para comunicar-se com outras regiões do Estado. Soma-se a isso as consideráveis distâncias entre as cidades da região norte de Mato Grosso, além da falta de estradas e das precárias condições das que existem, principalmente no período de chuvas.

Grande também é o número de empresários de outras localidades que mantêm negócios em Paranaíta, e que necessitam da agilidade, economia de tempo e eficiência que a telefonia móvel proporciona.

É nesse sentido que trago o presente expediente indicatório á apreciação dessa egrégia Casa de Leis, com o objetivo de levar ao conhecimento da diretoria da TELEMAT/Brasil/Telecom a necessidade exposta acima.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

12) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de designar uma patrulha mecanizada, para atuar no período arranca-safra, na região de Ipiranga do Norte, no Município de Tapurah.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmo Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de designar uma patrulha mecanizada, para atuar no período arranca-safra, na região de Ipiranga do Norte, no Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

Os produtores da região de Tapurah plantam anualmente cerca de 130 mil hectares de lavoura, perfazendo uma produção de aproximadamente cinco milhões de sacas. Tapurah é um município de grande extensão territorial, a recente criação dos Municípios de Ipiranga do Norte e Itanhangá visam justamente diminuir as dimensões de Tapurah, facilitando sua administração. No entanto, tais municípios ainda não foram instalados.

Assim, fica a cargo da administração de Tapurah a manutenção e conservação da malha viária, inclusive de Ipiranga do Norte e Itanhangá. Como as estradas encontram-se em péssimo estado de conservação, corre-se o risco de que os produtores da região venham a sofrer sérios prejuízos.

Contamos com a sensibilidade do Executivo estadual para com a legítima preocupação das lideranças de Tapurah.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

13) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmo Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Sr. Secretário de Estado de Cultura, a necessidade de construção de uma Biblioteca Pública, bem como implementação de uma fanfarra escolar no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Cultura, mostrando a necessidade de construção de uma Biblioteca Pública, bem como implementação de uma fanfarra escolar no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Rondolândia foi recentemente instalado, e enfrenta agora o desafio de gerir seus recursos e buscar definir o próprio futuro. Entretanto, a administração local vem enfrentando dificuldades para implementar seus programas nas áreas de educação e cultura, principalmente em relação à falta de infra-estrutura adequada. Por isso veio a nós, através de expediente, o Sr. Prefeito de Rondolândia, solicitar nosso apoio no sentido de encaminhar ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Cultura, pedido de construção de um edifício com auditório, salas de vídeo e informática, para que ali seja instalada uma Biblioteca Pública, e também seja implementada uma fanfarra escolar completa.

Sabendo da importância, para o município, do atendimento a tais pleitos, contamos com a sensibilidade de Vossas Excelências em relação ao encaminhamento dos mesmos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

14) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Meio Ambiente, a necessidade de inclusão do Município de Rondolândia nos programas governamentais de gestão do meio ambiente.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Meio Ambiente, mostrando a necessidade de inclusão do Município de Rondolândia nos programas governamentais de política administrativa do meio ambiente, em níveis Federal e Estadual.

JUSTIFICATIVA

A administração do recém-instalado Município de Rondolândia, juntamente com sua população, vem buscando gerir seus recursos e definir o próprio futuro.

Dada a sua localização geográfica (Amazônia Legal), e dado o fato de sua economia basear-se na agropecuária (com um notável crescimento na cultura do café) e no extrativismo da madeira; é preocupação constante da Prefeitura de Rondolândia a questão ambiental. Daí a necessidade da participação do município em programas que visem o aprimoramento da gestão do meio ambiente.

Solidário às lideranças locais em tão importante quesito, contamos sensibilizar os Exmºs Srs. Governador e Secretário de Estado de Meio Ambiente para viabilizar o atendimento do pleito a nós formulado pelo Sr. Prefeito de Rondolândia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

15) INDICAÇÃO: “Indica ao Ilmo Sr. Presidente do DETRAN, a necessidade de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

criação e instalação de uma CIRETRAN no Município de Tapurah.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente do DETRAN, mostrando a necessidade de criação e instalação de uma CIRETRAN no Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

O Município de Tapurah vem apresentando, a cada dia, maiores perspectivas de desenvolvimento, baseadas na sua economia, voltada para a agricultura e pecuária.

Com o crescimento do município, apresentam-se crescentes dificuldades para a administração local no sentido de coordenar e gerir o trânsito local.

A presente indicação tem por escopo trazer ao executivo estadual, por nosso intermédio, a legítima preocupação das lideranças locais com a gestão do trânsito em seu município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

16) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de determinar estudos para conceder isenção de ICMS, incidente sobre as contas de energia elétrica e de telefones dos órgãos públicos municipais.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de determinar estudos para viabilizar a concessão de isenção da cobrança do ICMS, incidente sobre as contas de energia elétrica e de telefones dos órgãos públicos municipais.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como objetivo atender às reivindicações dos Prefeitos Municipais, sobre proposta apresentada pelo Engenheiro Agrônomo José Domingos Filho, Prefeito de Sorriso, cujo objetivo é isentar do pagamento o ICMS incidente sobre as contas de energia elétrica e de telefone dos órgãos públicos.

Os prefeitos alegam que esses valores anistiados, servirão para aplicar em ações sociais no Município, em prol do bem-estar dos cidadãos.

Tenho recebido várias manifestações nesse sentido, que levará a esta indicação, visando assim solicitar do Governo do Estado os estudos necessários para o assunto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

17) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, a necessidade de construção de um Centro Poliesportivo no Município de Rondolândia, bem como a inclusão do mesmo em todos os programas governamentais de esporte e lazer.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, mostrando a necessidade de construção de um Centro Poliesportivo no Município de Rondolândia, bem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

como a inclusão do mesmo em todos os programas governamentais de esporte e lazer.

JUSTIFICATIVA

O Município de Rondolândia foi recentemente instalado, e sua população, juntamente com as autoridades da administração, visa agora gerir sua cidade e definir o próprio futuro.

Nesse sentido, é premente a necessidade de construção de um Centro Poliesportivo, com campo de futebol suíço, quadras poliesportivas, pista para a prática de cooper, área olímpica etc., assim como a inclusão do referido município em todos os programas governamentais de Esporte e Lazer. É bem conhecida de todos a função pacificadora e educadora do esporte, e também a importância do lazer, tanto na esfera do indivíduo (na sua psicologia) quanto na esfera social, como elemento integrador e apaziguador.

Assim, esperamos ver atendidos os meritórios pleitos, trazidos ao nosso conhecimento pelo Sr. Prefeito de Rondolândia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

18) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, a necessidade de inclusão do Município de Rondolândia nos programas governamentais para o fomento da Indústria e Comércio.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, mostrando a necessidade de inclusão do Município de Rondolândia em todos os programas governamentais na área de fomento da Indústria e do Comércio, em níveis Federal e Estadual.

JUSTIFICATIVA

Juntamente com a população local, a administração do recém instalado Município de Rondolândia busca agora gerir seus recursos, bem como busca definir seu futuro.

Com a sua economia baseada na agropecuária e no extrativismo da madeira, além de ccentuado crescimento da cultura cafeeira, o município precisa da implementação de programas que visem estimular a Indústria e o Comércio locais, com o fim de proporcionar um impulso ao crescimento econômico da cidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

19) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de viabilizar ações na área de saúde, no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de implementar atos na área de saúde, no Município de Rondolândia, conforme itens abaixo:

I - inclusão do município em todos os programas governamentais, em níveis Federal e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Estadual, na área de saúde de urgência.

II - equipe médica básica para atender as necessidades da população.

III - medicação para primeiros-socorros e medicina preventiva.

IV - reforma e ampliação do Posto de Saúde, transformando-o em Centro de Saúde.

V - disponibilização de 01 (uma) ambulância - veículo diesel.

VI - disponibilização de 02 (duas) motocicletas 125 cc, tipo alta, para agentes de saúde.

JUSTIFICATIVA

O Município de Rondolândia foi recentemente instalado, e enfrenta agora o desafio de gerir seus recursos e buscar definir o próprio futuro. Contudo, a administração local vem enfrentando dificuldades para implementar seus programas na área de saúde, tendo que lidar com problemas que vão desde a precária infra-estrutura até a falta de medicamentos. Agrava tais dificuldades o fato de o município encontrar-se relativamente isolado em termos geográficos, dadas as enormes distâncias entre os municípios daquela região, além das dificuldades de acesso, haja vista a precária condição das estradas durante boa parte do ano.

Assim, as autoridades de Rondolândia trouxeram-nos as suas justificadas preocupações quanto ao quadro local na área de saúde, e fizeram-nos os pedidos já mencionados, contando com o nosso apoio no sentido de sensibilizar o Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, no sentido de viabilizar os atos necessários ao atendimento dos pleitos formulados.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

20) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de construção de uma escola pólo no Município de Rondolândia.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de construção de uma escola pólo no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

O recém-criado Município de Rondolândia tem na agropecuária a sua principal atividade econômica, daí a imperativa necessidade da construção de uma escola pólo, com 10 (dez) salas de aula mais dependências administrativas, para que possa ser atendida toda demanda de aluno provenientes da zona rural do Município.

Contamos com a sensibilidade dos Exmºs Srs. Governador e Secretário de Educação no sentido de acolhimento do tão acertado pleito do Sr. Prefeito de Rondolândia já que o mesmo toca em importantíssima e delicada área.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

21) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de construção de uma hospital, no Município de Rondolândia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de construção de uma hospital, no Município de Rondolândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Rondolândia, recentemente instalado, foi desmembrado do Município de Aripuanã.

A população local busca agora definir o seu futuro e gerir a sua cidade. A prefeitura vem encontrando sérias dificuldades administrativas no campo da saúde.

Dados as enormes distâncias entre os municípios da região, além das dificuldades de transporte, necessário se faz a construção de um hospital local com 10 (dez) leitos, segundo informações a nós enviados em expediente do Sr. Prefeito de Rondolândia.

Assim, contamos com a consideração do Exmº Sr. Governador e do Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde para o pleito das lideranças daquele local, em tão sensível e fundamental área, como é a Saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

22) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, a necessidade de criação e implantação do juizado especial de Apiacás.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, a necessidade de criação e implantação do juizado especial de Apiacás.

JUSTIFICATIVA

O Município de Apiacás pertence atualmente à circunscrição da Comarca de "Alta Floresta. Dista aquele município 220 km desta cidade e é ligado à mesma por rodovia estadual não pavimentada, que torna-se "praticamente intransitável durante o período de chuvas.

As circunstâncias acima referidas aliam-se para tornar sobremaneira difícil à população de Apiacás a obtenção da prestação jurisdicional, que é poder-dever do Estado e elemento gerador de tranqüilidade e apaziguamento sociais, tão necessários hodiernamente.

Pelas razões expostas, espero que o egrégio Tribunal de Justiça acolha a presente reivindicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

23) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a dispensa do pagamento de passagens em ônibus intermunicipais aos trabalhadores desempregados sem justa causa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os trabalhadores desempregados demitidos sem justa causa terão acesso gratuito nos ônibus intermunicipais.

Art. 2º São requisitos obrigatórios para a concessão do benefício:

I – apresentação da Carteira de Trabalho anotada com a respectiva baixa;

II – cópia do termo de rescisão do contrato;

III – comprovante de residência no Estado de Mato Grosso;

IV – estar desempregado há pelo menos 30 (trinta) dias.

Art. 3º O sindicato ou associação profissional em que for filiado o trabalhador fornecerá documento autorizativo do benefício, onde constará as informações pessoais e data de validade.

Parágrafo único A relação dos trabalhadores beneficiados deverá ser remetida mensalmente ao DVOP-Departamento de Viação e Obras Públicas, bem como informações sobre as alterações que ocorrerem.

Art. 4º O direito ao benefício é garantido por um período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, devendo a cada 03 (três) meses o beneficiário comparecer na entidade de que trata o artigo 3º, para informar da continuidade do desemprego.

Art. 5º O acesso às passagens deverá ser garantido em pelo menos 02 (duas) vagas por ônibus, não podendo exceder a 05 (cinco) dias o atendimento da solicitação feita pelo trabalhador desempregado.

Art. 6º Esta lei será regulamentada até 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7ª Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora leva a apreciação desta augusta Casa de Leis visa criar um benefício às pessoas desempregadas, possibilitando o transporte intermunicipal gratuito.

Essas pessoas muitas vezes ficam alijadas do acesso ao emprego, pois não têm meios para deslocar-se a outros municípios onde existe essa oferta.

Os requisitos impostos pela propositura garantem que o objetivo da lei não seja burlado, favorecendo assim outras situações.

Entendendo que a proposta se reveste de significativo alcance social, espero seu acolhimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

24) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a criação do Fórum Parlamentar Mato Grosso - 2001/2010, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 257, da consolidação do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica criado, em caráter temporário, o Fórum Parlamentar Mato Grosso – 2001/2010, com sede na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Parágrafo único O Fórum funcionará até dezembro do ano 2010.

Art. 2º Compete ao Fórum Parlamentar Mato Grosso – 2001/2010:

I – discutir políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado a serem implementadas nesta década;

II – promover a aproximação dos setores públicos e privados, especialmente da sociedade civil organizada, em torno do debate sobre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado, com vistas a se obter maior equidade social;

III – debater as distinções regionais com o fim de compatibilizá-las;

IV – discutir as funções públicas e suas formas de atuação, no âmbito das competências constitucionalmente atribuídas ao Estado;

V – promover o debate entre os diversos órgãos estaduais, objetivando relacionar programas e planos a serem implantados;

VI – propor soluções e sugerir proposições legislativas aos Poderes competentes, com o escopo de adequar as funções estatais às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado, conforme conclusões produzidas neste Fórum;

VII – utilizar todos os mecanismos legais e regimentais para a consecução de seus objetivos.

Art. 3º O Fórum Parlamentar Mato Grosso – 2001/2010 será composto de:

I – um membro de cada Partido Político com representação na Assembléia; e

II – um membro integrante de cada uma das seguintes Comissões Permanentes:

a) Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social;

b) Terras e Meio Ambiente;

c) Municipalista;

d) Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso;

e) Agropecuária, Indústria e Comércio;

f) Minas e Energia;

g) Segurança Pública e Comunitária;

h) Revisão Territorial;

i) Direitos Humanos;

j) Defesa do Consumidor.

III – um Deputado, Relator do Fórum, indicado pelo Presidente da Assembléia;

IV – membros da Mesa da Assembléia.

Art. 4º Será constituído um Conselho integrado por representantes de Organizações Não-Governamentais-ONGs e de entidades representativas dos diversos setores da sociedade civil, bem como por personalidades nomeadas pelo Presidente do Fórum, dentre as indicações sugeridas pelos seus membros.

Parágrafo único Compete ao Conselho opinar sobre a formatação de temas e deliberar sobre o Relatório final.

Art. 5º Os membros do Fórum serão nomeados por ato do Presidente da Assembléia, publicado no órgão oficial, dentro do prazo de quinze dias, contados da promulgação desta Resolução, mediante indicações dos Líderes de Partido e das Comissões.

Parágrafo único A instalação dos trabalhos ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias contados da nomeação de seus membros.

Art. 6º O Presidente e o 1º Vice-Presidente da Assembléia serão, respectivamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Fórum.

Parágrafo único O Presidente designará o Relator do Fórum e os Relatores Temáticos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Art. 7º Os temas serão propostos pelo Relator, ouvido o Conselho, e aprovado pelo Fórum.

Parágrafo único Definidos os temas objeto de análise do Fórum, o Relator e os Relatores Temáticos encarregar-se-ão de promovê-los.

Art. 8º As reuniões do Fórum serão públicas, realizadas na periodicidade estabelecida por seus membros.

§ 1º Qualquer Deputado da Assembléia Legislativa poderá usar da palavra no tempo concedido pelo Presidente.

§ 2º A Mesa da Assembléia poderá autorizar a realização de reuniões do Fórum no Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em horários não coincidentes com os das Sessões.

§ 3º As reuniões serão anunciadas no *Diário Oficial do Estado*, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, mediante designação do local, hora e objeto, salvo nas hipóteses de convocação extraordinária, que independem de anúncio, mas serão comunicadas aos membros.

§ 4º Sempre que couber, as reuniões do Fórum serão precedidas pela distribuição de material relacionado ao tema, propiciando ampla divulgação entre os interessados.

§ 5º Com o objetivo de promover a mobilização extraparlamentar, o Presidente do Fórum, ouvido seus integrantes, dará conhecimento à sociedade, de todas as formas a seu alcance, da pauta de temas sobre os quais deverão, preferencialmente, transcorrer as discussões.

Art. 9º O Relatório Final, aprovado pelo Conselho e Fórum, compatibilizará os Relatórios Temáticos, incluindo, também, as conclusões produzidas nos simpósios sobre temas gerais.

Parágrafo único Os relatórios de atividades do Fórum, com a síntese das conclusões de cada uma das reuniões, serão publicados pela Assembléia Legislativa, providenciando-se edições de separatas em número suficiente para atender às solicitações dos seus participantes, inclusive de entidades convidadas a contribuir para os seus trabalhos.

Art. 10 As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 11 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Através do Fórum Parlamentar Mato Grosso - 2001/2010 a Assembléia Legislativa do Estado e a sociedade mato-grossense lançaram-se na missão de pensar o futuro de Mato Grosso, buscando estabelecer metas a serem atingidas e caminhos a serem trilhados.

Com especial destaque, cabe registrar o compromisso ético de todos os membros do Fórum no desenvolvimento de suas atividades, em um momento no qual ética, por parte dos homens públicos, é o maior clamor do nosso povo.

A transparência dos trabalhos é algo obrigatório, afinal, a evolução nas relações sociais exige o irrestrito acesso às informações. Assim, deverão ser tomadas providências para dar máxima publicidade às atividades do Fórum, respeitando-se sempre a liberdade de expressão dos participantes. Ademais, o direito à comunicação deve ser valorizado cada vez mais para que além da liberdade de expressão, seja garantido o direito ao encaminhamento efetivo de reivindicação e idéias. O Estado que queremos criar é aquele em que o cidadão é ouvido e respeitado.

Os trabalhos que terão início a partir de hoje deverão ser pautados pelo respeito a uma série de metas ora declaradas por cuja observância zelará permanentemente o Conselho, inspiradas pelo princípio fundamental do respeito ao ser humano.

Há de se recuperar a posição de supremacia que o cidadão deve ocupar nas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

preocupações da sociedade e dos governantes, não se podendo perder de vista que é ele o objetivo último e maior de todas as políticas públicas.

O Estado é instrumento dos homens, e não o inverso. Nesse sentido, impõem-se realçar, nas discussões sobre a coisa pública, a noção do bem comum, associada à garantia da vida digna e do desenvolvimento integral da personalidade humana.

Os membros do Fórum nunca poderão perder de vista o fato de que todas as pessoas têm o direito de participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político de uma Nação, podendo dele desfrutar e a ele contribuir.

O modelo de sociedade a ser perseguido deve ser focado na melhoria da qualidade de vida e bem-estar do povo. Todo homem e mulher, idoso, jovem e criança, tem o direito de gozar de condições de vidas adequadas, num meio ambiente que lhes permita viver com dignidade.

Qualidade de vida significa meio ambiente sadio e preservado, habitação condigna, acesso garantido à saúde, educação, lazer e a um transporte público eficiente.

O bem-estar depende da paz. Não se pode admitir o desenvolvimento sem a diminuição constante, até a completa extinção, de todas as manifestações de violência. A sociedade que queremos criar é a da segurança, estabilidade, tranqüilidade e do respeito absoluto ao semelhante.

O cidadão do século XXI deve ser concebido idealmente como integrado de modo pleno na gestão da coisa pública, participando da vida política em âmbito local e nacional, ciente de seus direitos e deveres, cobrando a atuação das autoridades e espontaneamente tomando iniciativas.

A cidadania que se pretende ver realizada deve ser sinônimo de integração social, de solidariedade, de consciência e de responsabilidade.

Partindo-se desse pressuposto, as atividades que o Fórum vai desenvolver, através de seus vários grupos temáticos, devem estar desde o início voltadas a essas metas axiológicas. No próximo milênio, queremos um Estado de Mato Grosso com valorização do ser humano, com justiça social, com cidadania plena, com uma sociedade organizada e ativa, com dignidade no trabalho, com desenvolvimento, com qualidade de vida e com liberdade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

25) PROJETO DE LEI:

Cria o Programa Estadual de Cidadania no Meio Rural e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Cidadania no Meio Rural, com a finalidade de coordenar as ações públicas e privadas destinadas à melhoria da qualidade de vida da população rural nas áreas de educação, saúde, habitação e promoção social no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º São objetivos específicos do Programa:

I – estimular a integração dos agentes que tratam da questão social no campo;
II – identificar, difundir e promover a troca de experiências bem-sucedidas desenvolvidas por órgãos e entidades, públicos ou privados, no âmbito dos municípios, dos Estados e da União;

III – desenvolver pesquisa científica aplicada às questões que envolvem a educação, a saúde e a habitação no meio rural, notadamente nas áreas de currículo e regime escolar adaptados, saneamento básico, doenças endêmicas, efeitos da aplicação de agrotóxicos e condições das moradias, entre outros;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

IV – promover estudos com vistas a possíveis alterações na legislação sobre as questões sociais no campo;

V – estimular a participação das comunidades rurais e suas organizações nas decisões e nas iniciativas do Programa.

Art. 3º O Programa tem como fundamento a parceria entre os Governos Municipais, Estadual e Federal, a iniciativa privada e as comunidades rurais às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

Parágrafo único A aplicação de recursos do Governo Estadual no Programa requer a adesão voluntária dos municípios, da iniciativa privada e das comunidades rurais às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, na coordenação do Programa:

I – promover gestões junto aos órgãos estaduais que atuam nos setores de educação, saúde e moradia no meio rural, bem como junto aos Governos Municipais, com vistas à compatibilização das políticas públicas com os objetivos do Programa;

II - assegurar o caráter descentralizado de execução, bem como o estabelecimento de processos participativos na implantação e na avaliação do Programa.

Art. 5º Para a operacionalização do Programa, deverão ser criados órgãos colegiados, nos âmbitos estadual e municipal.

§ 1º A coordenação do Programa no município ficará a cargo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou o órgão correlato competente.

§ 2º Será assegurada, na composição dos órgãos colegiados mencionados no *caput* deste artigo, a participação de representantes dos produtores e dos trabalhadores rurais, do poder público e da iniciativa privada que atuam nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho, ciência e tecnologia, meio ambiente, reforma agrária e extensão rural.

§ 3º O Programa contará com secretarias executivas nos planos estadual e municipal, encarregadas de operacionalizar as decisões tomadas nos órgãos colegiados de que trata este artigo.

Art. 6º A coordenação estadual do Programa será de responsabilidade do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 7ª Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

As políticas de apoio social traçadas pelo Poder Público, geralmente, dão prioridade ao meio urbano, e as ações referentes à educação, saúde e habitação, quando dirigidas ao homem do campo, acontecem de forma desordenada, não havendo articulação entre os três setores, que, na verdade, são interdependentes. O escasso apoio oficial e a desarticulação entre as ações existentes são considerados os principais impedimentos à garantia de qualidade de vida para o trabalhador do meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas conseqüências.

Os grupos temáticos que tratam das cadeias produtivas agropecuárias concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade de mão-de-obra e não-fixação do homem no campo constituem fatores limitantes ao desenvolvimento de suas atividades.

Essas preocupações mostram-se pertinentes na medida em que a competição entre os países torna-se mais acirrada com a globalização da economia, exigindo a cada dia mais qualidade a um custo cada vez menor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Com base nessas considerações, propõe-se a ação do Estado como incentivador do desenvolvimento mediante a criação do Programa Estadual de Cidadania no Meio Rural, cujo principal objetivo é coordenar as ações públicas e privadas que envolvem a questão social no campo, bem como promover a integração dos seus agentes. Espera-se, com o referido Programa, conseguir maior eficácia nas várias iniciativas já existentes no Estado, por meio da difusão e da troca de experiências em ações bem-sucedidas, que afetem pedagogia própria para serem gerenciadas pela própria comunidade; os programas de tecnologia apropriada para construções rurais e saneamento, utilizando recursos naturais de cada região.

O Programa será coordenado em nível estadual pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos municípios. pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou órgão correspondente, constituídos co-representação dos produtores e dos trabalhadores rurais, técnicos dos órgãos públicos, dos níveis estadual e municipal, que cuidam dos setores de educação, saúde habitação esportes, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, reforma agrária e extensão rural.

Além dos colegiados, o Programa contará com secretarias executivas, encarregadas da operacionalização das decisões tomadas nos conselhos. Essas secretarias deverão ser contempladas com recursos orçamentários para a condução de seus trabalhos.

Propõe-se ainda, como um dos objetivos do Programa, o desenvolvimento de pesquisas integradas, considerando que os trabalhos científicos existentes não têm causado impacto esperado na solução das questões relativas a habitação g saneamento no meio rural, currículo e regime escolar adequado a cada região, doenças endêmicas, efeito de aplicação de agrotóxicos, entre outras.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB”

26) PROJETO DE LEI:

**Disciplina a atividade de pesca esportiva
no Estado de Mato Grosso e dá outras
providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Para os efeitos desta lei, considera-se pesca esportiva a praticada com fins recreativos, cujo produto não será objeto de comercialização.

§ 1º A pesca esportiva prevista nesta lei abrange a modalidade “Pesque e Solte”, realizada por pessoas físicas, e admite a captura e transporte até dez quilos de peixes inteiros, por pescador esportivo, destinados unicamente para consumo próprio, salvo as espécies protegidas pelas normas vigentes.

§ 2º Cada pescador esportivo poderá transportar, além da quantidade prevista no parágrafo anterior, uma única peça, considerada “Troféu”.

Art. 2º Fica instituído o Cadastro de Pesca Esportiva e a Carteira de Pescador Esportivo que serão regulamentados pelo Poder Executivo.

§ 1º O Cadastro de Pesca Esportiva tem por fim proceder ao registro de pessoas físicas e jurídicas que realizem a atividade de pesca esportiva no Estado de Mato Grosso.

§ 2º Barco-hotel e hotel flutuante, dedicados à pesca esportiva, serão cadastrados e licenciados pela Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários-SEAAF.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo limitar áreas para a prática de pesca esportiva:

I - criar reservas de pesca esportiva;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

II - credenciar reservas de pesca em áreas de domínio privado;

III - criar sítios pesqueiros da Secretaria Estadual de Agricultura e Assuntos Fundiários, em conjunto com o Departamento de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento (Departamento de Turismo).

§ 1º Considera-se reserva de pesca esportiva espaços que contenham elementos de sistema hídrico, caracterizando por expressiva piscosidade, com ecossistemas conservados, capazes de assegurar a manutenção dos espécimes.

§ 2º Considera-se sítio pesqueiro a porção do elemento do sistema hídrico caracterizado por expressiva piscosidade, com ecossistemas conservados, capazes de assegurar a manutenção dos espécimes não caracterizados como reserva de pesca esportiva.

§ 3º Os atos previstos neste artigo serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 4º O ato que instituir ou credenciar a reserva de pesca esportiva e o sítio pesqueiro indicará:

I - os limites geográficos;

II - as áreas de entorno para proteção, se for o caso;

III - as características físicas, biológicas e paisagísticas do local;

IV - as normas específicas de uso e ocupação, com o fim de preservar as características do local.

Art. 5º Nas reservas de sítios pesqueiros, públicos ou privados, é permitida a pesca de subsistência da população ribeirinha, ficando proibida:

I - a prática de pesca profissional;

II - a instalação de barracas para acompanhamento.

Art. 6º Nas reservas de pesca esportiva e nos sítios pesqueiros, somente será permitida a instalação de empreendimentos hoteleiros, previamente licenciados “ambientalmente” pela Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários.

§ 1º O proprietário da unidade hoteleira será responsável, juntamente com o pescador, pelo cumprimento das normas dispostas nesta lei.

§ 2º Cada unidade hoteleira poderá dispor de, no máximo, dez embarcações da classe esportiva.

Art. 7º Nas reservas de pesca esportiva e nos sítios pesqueiros, a quantidade de peixe a ser transportada será estabelecida no ato de criação da respectiva unidade, respeitados os limites de produtividade local, sendo proibido o uso de apetrechos considerados predatórios da pesca, em especial os seguintes:

I - anzóis com farpas;

II - zagaias (canina);

III - arpão;

IV - rede de malha;

V - explosivos e substâncias químicas;

VI - aparelhos elétricos.

Art. 8º A criação de reservas de pesca esportiva, no território sob jurisdição de Município, fica condicionada à manifestação do órgão municipal competente.

Art. 9º A realização de torneios e campeonatos de pesca esportiva, em qualquer parte do território sob jurisdição do Estado, fica condicionada à emissão de autorização, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários.

Art. 10 Serão implementadas ações de educação ambiental, visando à conscientização dos pescadores esportivos da conservação dos recursos pesqueiros.

Art. 11 As Associações ou Clubes de Pescadores Esportivos instalados ou que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

venham a se instalar no Estado ficam sujeitos à apreciação da Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários.

Parágrafo único As entidades referidas neste artigo terão preferências na obtenção de recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente para execução de:

I - programas de educação ambiental, que contemplem estratégias voltadas para a produção e distribuição de material de informação voltado para a conservação dos recursos aquáticos;

II - programas de repovoamento de rios, lagos e lagoas, com alevinos de peixes da região e a reintrodução de espécies pesqueiras.

Art. 12 Será mantido um banco de dados, atualizado periodicamente, contendo informações quanto ao número de turistas que praticam pesca esportiva e sua ocorrência sazonal, apetrechos de pesca mais utilizados, espécies e quantidades capturadas.

Parágrafo único Ao turista em atividade pesqueira, será concedida licença especial temporária, correspondente ao período em que estiver no Estado.

Art. 13 A utilização de iscas vivas em forma de alevinos somente será permitida quando oriundas de aquicultura, ficando a produção sujeita à autorização da Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários.

Art. 14 Na pesca esportiva será permitido exclusivamente o uso de embarcações arroladas nas classes de esporte e recreio.

Art. 15 Constitui infração ambiental o desrespeito às normas previstas nesta lei.

Art. 16 Os regulamentos previstos nesta lei serão elaborados pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 17 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

JUSTIFICATIVA

O potencial hídrico de nosso Estado é bastante expressivo, por conseguinte, este meio deve ser bem utilizado na forma de lazer. Isso pode ser até considerado também uma forma de intensificar as relações comerciais e prestações de serviços de terceiros; dessa maneira, representará uma outra fonte de geração de empregos e com certeza a intensificação das vendas de gêneros e materiais correlatos.

O presente projeto de lei que disciplina a atividade da pesca esportiva, caminha para unir o útil ao agradável, criando novas idéias de geração de emprego, utilizando também o lazer como forma de intensificar o turismo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB”

Ainda, sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Eliene:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, a urgente necessidade da instalação de um telefone público na comunidade de Três Flechas, no Município de Confresa.

Com fulcro no art. 245 do Regimento Interno, requieiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, mostrando a urgente necessidade da instalação de um telefone público na comunidade de Três Flechas, no Município de Confresa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Confresa vem reivindicar a implantação de um telefone público na comunidade de Três Flechas.

Nessa comunidade residem, aproximadamente, 600 (seiscentas) famílias que, num raio de 40km, não possuem telefones para atender as suas necessidades. Para a utilização desse meio de comunicação, os moradores são obrigados a se deslocarem até o Distrito de Novo Planalto ou até a sede do Município.

A solução desse problema torna-se mais importante na medida que vemos a população local crescer, com o advento do Projeto de Assentamento.

Com o exposto, justificamos a Indicação, aguardando a aprovação pelo órgão responsável.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, a urgente necessidade da instalação de 04 (quatro) telefones públicos no Distrito de Vila Veranópolis, no Município de Confresa.

Com fulcro no art. 245 do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, mostrando a urgente necessidade da instalação de 04 (quatro) telefones públicos no Distrito de Vila Veranópolis, no Município de Confresa.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Confresa vem reivindicar a instalação de 04 (quatro) telefones públicos no Distrito de Vila Veranópolis.

A citada comunidade é formada por, aproximadamente, 400 (quatrocentos) habitantes e para os mesmos utilizarem um telefone precisam deslocar-se até à sede do Município, que dista 40km.

A necessidade de urgência no atendimento a esta solicitação deve-se ao crescimento da população local, ao crescimento do comércio, ao aumento da produção no campo e à iminência da emancipação do Distrito.

Com o exposto, justificamos a Indicação, aguardando a aprovação pelo órgão responsável.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, a urgente necessidade da instalação de CIRETRAN no Município de Alto Taquari.

Com fulcro no art. 245 do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, mostrando a urgente necessidade da instalação de CIRETRAN no Município de Alto Taquari.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

Alto Taquari possui cerca de 800 veículos cadastrados com placas do nosso Estado, mais outros 400 com emplacamento de outros Estados, como: Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, etc. Julga-se isso em virtude das dificuldades para regularizar a situação, tendo que se deslocarem até Alto Taquari, que fica a 70km, aproximadamente.

Entende-se que com a instalação da CIRETRAN no Município o número de veículos emplacados aumentará consideravelmente e que tanto o Estado quanto o Município ganharão em receita com o recebimento do IPVA e os munícipes serão diretamente beneficiados.

Com base no exposto e na reivindicação do Presidente do Diretório do PSB, no Município, do Presidente da Câmara e dos 03 vereadores do PSB, justifico esta Indicação na certeza da aprovação pelos nobres Pares e atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá, 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade da doação de três microcomputadores à Escola Municipal de 1º Grau Vila Tapiraguaia, Município de Confresa.

Com fulcro no art. 245 do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da doação de três microcomputadores à Escola Municipal de 1º Grau Vila Tapiraguaia, Município de Confresa.

JUSTIFICATIVA

A Escola Municipal de Primeiro Grau Vila Tapiraguaia vive, ainda, na era da máquina de datilografia e do mimeógrafo devido a inexistência de computadores na mesma.

Atendendo a mais de 1200 alunos, que jamais tiveram contato com a área de informática, a Escola sente a necessidade tanto de atender melhor os alunos, como a de facilitar o trabalho burocrático da Secretaria.

Observamos que a necessidade ao atendimento de nossa solicitação deve-se, também, ao rápido e inesperado crescimento populacional e a todo um contexto de mudanças que estão ocorrendo no ensino.

Com os argumentos expostos, justificamos a indicação aguardando a apreciação deste Roder e o atendimento da Secretaria de Educação de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

5ª) REQUERIMENTO: “Nos termos regimentais vigentes, requeiro à Presidência, ouvido o egrégio Plenário, a aprovação de uma Audiência Pública, a ser realizada n Auditório Milton Figueiredo, no dia 11/04, às 15:00 horas, para tratar da seguinte temática: “Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande”, envolvendo a Deputada e os Deputados que compõem esta Casa de Leis, as autoridades do Poder Público das esferas Municipal e Estadual e demais representações que tenham interesse em discutir a questão, que é de suma importância para a resolução de uma série de problemas conjuntos entre a Cidade Verde e a Cidade Industrial.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SINTEP- Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso, na responsabilidade de bem representar a categoria dos trabalhadores da Educação, apresentou ao Governo e aos representantes do povo nesta Casa de Leis, a Pauta de reivindicação/2000, aprovada em Assembléia Geral.

Faz-se necessário, portanto, que seja dada a atenção devida à questão, caso pretendam corroborar com a construção de um ensino de qualidade e/ou com a viabilização das condições necessárias para tal.

A Audiência Pública requerida vem no sentido de conhecer, discutir a Pauta apresentada e buscar as possíveis alternativas para atendê-la.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

6ª) REQUERIMENTO: “Nos termos regimentais vigentes, requeiro à Presidência, ouvido o egrégio Plenário, a convocação de Sessão Especial, a realizar-se no Plenário Deputado Oscar Soares, às 20:00 horas, no dia 04 de abril de 2001, com a finalidade de comemorar o 96º Aniversário do *Rotary* Internacional e homenagear rotarianos.

A exemplo do ano passado que a Assembléia Legislativa realizou Sessão para esse fim, este ano, eu, Líder do PSB neste Parlamento, e a nova Mesa Diretora, nos propomos realizá-la em reconhecimento ao trabalho humanitário relevante que a organização vem desenvolvendo no mundo e, em particular, em Mato Grosso.

A Sessão contará com a presença da Deputada e dos Deputados que compõem esta Casa de Leis, bem como de representações dos Clubes que compõem o Distrito 4440 e demais autoridades constituídas do Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal.

Os serviços que o *Rotary* Internacional presta à comunidade são incontáveis, graças ao ideal de servir, de contribuir efetivamente para a construção de um mundo melhor, através da boa vontade e determinação dos diversos profissionais que o *Rotary* congrega.

Dessa forma, a Assembléia Legislativa sentir-se-á honrada em prestar a merecida homenagem a homens e mulheres que adotam como lema “Dar de si antes de pensar em si.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

7ª) REQUERIMENTO: “Nos termos regimentais vigentes, requeiro à Presidência, ouvido o egrégio Plenário, a convocação de Sessão Especial, a realizar-se no Plenário Deputado Oscar Soares, às 20:00 horas, no dia 21 de março, Dia Internacional de Luta Contra o Racismo, com a finalidade de refletir sobre a questão racial e prestar homenagem às Lideranças do Movimento Negro do nosso Estado e do nosso País.

Esta Casa de Leis, que congrega 24 representantes do povo, firmará posição de abertura de espaço e pauta para tratar de algo extremamente sério, importante e necessário, que é a questão racial.

Estamos às vésperas da III Conferência Mundial de Combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia e a outras formas de intolerância, promovida pela ONU, que sente a necessidade de intervenção mais efetiva por parte dos Estados no combate de tão disseminado e nefasto mal, presente no mundo inteiro.

Com a referida Sessão, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso tomará ciência de todo sistema das Nações Unidas que, desde 1998, está voltado para as Conferências Preparatórias que antecedem a Conferência Mundial, 31/08 a 07/09 deste ano, na África do Sul, para que possa,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

inclusive, propor políticas públicas, através de suas proposituras, que beneficiem a maioria da população constituída majoritariamente de negros.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB.”

Ainda, sobre a mesa, várias Indicações de autoria do Deputado Roberto Nunes:

1ª) “Indica ao Sr. Presidente da TELEMAT/SA a necessidade da instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Bauxi, Distrito de Rosário Oeste.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Presidente da TELEMAT/SA, mostrando a necessidade da instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Bauxi, Distrito de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade e pelo que já constatamos *in loco*, nós achamos mais justa esta reivindicação.

A necessidade da comunicação no mundo de hoje é um fato concreto e as comunidades desprovidas de um sistema de comunicação ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Contando com apenas um aparelho para atender toda a comunidade e comunidades circunvizinhas, justifica-se, portanto, o pleito ora reivindicado em tela.

Apostando na política eficiente e eficaz dessa empresa e no dinamismo do Sr. Presidente da TELEMAT/SA, apresentamos esta indicação que ao ser priorizada trará reconhecido conforto à comunidade.

Face à legitimidade da propositura e esperando o apoio dos nobres Pares, esta é a nossa justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

2ª) “Indica ao Sr. Presidente da TELEMAT/SA a necessidade da instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Marzagão, Distrito de Rosário Oeste.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Presidente da TELEMAT/SA, mostrando a necessidade da instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Marzagão, Distrito de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade e pelo que já constatamos *in loco*, nós achamos mais justa esta reivindicação.

A necessidade da comunicação no mundo de hoje é um fato concreto e as comunidades desprovidas de um sistema de comunicação ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Sem nenhum aparelho para atender aquele bairro torna-se um transtorno àqueles

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

moradores qualquer tentativa de comunicação que se queira proceder, o que já justifica o pleito em tela. Apostando na política eficiente e eficaz dessa empresa e no dinamismo do Sr. Presidente da TELEMAT/SA, apresentamos esta indicação que ao ser priorizada trará reconhecido conforto à comunidade.

Face à legitimidade da propositura e esperando o apoio dos nobres Pares, esta é a nossa justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”.

3ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmºs Srs. Secretário de Estado de Esporte e Lazer e de Infra-estrutura, a necessidade de se construir um Ginásio Poliesportivo na sede do Município de Barão de Melgaço.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmºs Srs. Secretário de Estado de Esporte e Lazer e de Infra-estrutura, mostrando a necessidade de se construir um Ginásio Poliesportivo na sede do Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

Objetiva o presente pleito dotar o Município de Barão de Melgaço de um ginásio poliesportivo com a finalidade de atender a população local e circunvizinha, bem como desenvolver o esporte, o lazer daquela região e facilitar a sua integração com outras cidades do Estado.

A necessidade de se praticar o esporte como meio não só de se desenvolver o corpo e a mente, mas, também, de despertar no aluno maior interesse de aprofundar seus estudos através de intercâmbios com alunos de outras regiões, que só o esporte proporciona de maneira salutar.

Ressalta-se, ainda, que tal propositura justifica-se pelo fato de não haver no Município nenhum centro de eventos para sediar práticas desportivas.

Face à legitimidade da propositura e esperando o apoio dos nobres Pares, esta é a nossa justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”.

4ª) “Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a urgente necessidade de recuperação e reforma da ponte sobre o Rio Cuiabá, que liga o Município de Rosário Oeste ao Município de Acorizal.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de recuperação e reforma da ponte sobre o Rio Cuiabá, que liga o Município de Rosário Oeste ao Município de Acorizal.

JUSTIFICATIVA

Em visita à Região do Vale do Cuiabá, reunido com vereadores, lideranças e representantes de vários segmentos organizados, pudemos constatar o estado calamitoso em que se encontra a ponte que liga os Municípios de Rosário Oeste e Acorizal, nos foi solicitada nossa intermediação para a urgente restauração da ponte sobre o Rio Cuiabá, que liga esses dois municípios mato-grossenses, ressaltando-se, ainda, que aquela ponte é a única opção de acesso entre os municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Face ao exposto é que esperamos a imediata intervenção desse operoso órgão no sentido de equacionar o problema na maior brevidade possível, como forma de se evitar transtornos com conseqüências indesejáveis.

Para que se concretize o atendimento deste anseio dos moradores daqueles municípios é que convocamos os nobres Pares para aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá 06 de março de 2001.
Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”.

Ainda sobre a mesa, várias Proposições de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio:

1ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de poços artesianos nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

Requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de poços artesianos nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes residem no campo. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, pecuária e cultura de subsistência dos assentamentos.

Os assentamentos, Riozinho e Rio Branco, possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a construção destes poços artesianos e por se tratar de famílias com poucos recursos isto trará uma melhor qualidade de vida a estas famílias. Pois, terão água de qualidade não mais precisando buscar água em rios ou lagos, correndo risco de adquirirem doenças ou verminoses, comum no meio rural. Além desses assentamentos existem os de Fazenda Maior, Comunidade Paulista e Paloma com uma média de 70 (setenta) famílias cada um.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de uma creche no Bairro Santa Rosa no Município de Nova Olímpia.

Requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de uma creche no Bairro Santa Rosa no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

Nova Olímpia, situada no Médio-Norte entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, está localizada a 220 km da Capital. Tem sua economia baseada na produção agrícola, principalmente no cultivo de cana-de-açúcar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Está entre as dez maiores economias do Estado, com uma arrecadação média mensal em torno de R\$ 1,5 (um milhão e quinhentos mil) reais.

Apesar de possuir uma economia muito desenvolvida e lucrativa, enfrenta muitos problemas, como o aumento repentino da população muitas vezes causado pelo grande número de imigrantes a procura de emprego ou o crescimento desenfreado de bairros, então o poder público local precisa melhorar a estrutura da cidade para o não agravamento destes problemas emergentes.

A construção desta creche atenderá pelo menos 500 (quinhentas) crianças residentes nos bairros Santa Rosa, Jardim Aeroporto e Jardim das Oliveiras.

A creche tem uma grande finalidade social, pois além de atender as crianças nas áreas de saúde e educação, tem por motivo fim viabilizar a disposição dos pais ao trabalho fora de suas residências.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

3ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma patrulha agrícola no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma patrulha agrícola no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes residem no campo. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, algodão e milho, além da pecuária de corte, cria e recria. Na região está localizada a maior usina de álcool e açúcar do Estado.

A patrulha agrícola em Nova Olímpia, beneficiará grandemente a população rural, com cerca de 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes; será composta por tratores, grades e plantadeiras agrícolas, o suficiente para a viabilização de uma pequena lavoura.

Os assentamentos, de Nova Olímpia têm aproximadamente 1.000 (mil) famílias que serão diretamente beneficiadas, pois na maioria das vezes elas não têm condições de adquirir maquinário básico para manutenção de suas plantação.

Com a implantação desta patrulha agrícola os pequenos produtores terão suas plantações ampliadas e a oferta de gêneros alimentícios como feijão, arroz e hortaliças aumentará e conseqüentemente tornará esses produtos mais baratos, já que não serão trazidos de fora como normalmente acontece. Ainda haverá a melhora na condição de vida de cada pequeno produtor ou assentado que contará com um aumento significativo no lucro de sua safra.

Outro aspecto a ser ressaltado é o incentivo a pequena propriedade, que tem um fim social muito maior que qualquer latifundiário; símbolo da concentração de renda. Aliás, isso poderá começar a mudar a economia do município baseada na monocultura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

4ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

de alocar recursos junto ao Orçamento da União para implantação de um projeto de irrigação nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

Requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para implantação de um projeto de irrigação nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho, sendo que a pecuária de corte, cria e recria tem importante desempenho na região.

Os assentamentos, Riozinho e Rio Branco, possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a implantação deste projeto de irrigação e por se tratar de famílias com poucos recursos isto trará um aumento na renda familiar, pois poderão vender seus produtos nas cidades e distritos circunvizinhos movimentando o comércio local, possibilitando um desenvolvimento mais rápido da região e do Município de Nova Olímpia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

5ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica, instalação da rede de esgoto e drenagem de água do Bairro Jardim Aeroporto do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica, instalação da rede de esgoto e drenagem de água do Bairro Jardim Aeroporto do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia tem aproximadamente 15 (quinze mil) habitantes, sendo que 12.000 (doze mil) estão na região urbana. Está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220 km da capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra.

No Bairro Jardim Aeroporto existem 1.200 (mil e duzentos) habitantes em 200 (duzentos) domicílios, que sofrem com a falta de infra-estrutura, como a falta de pavimentação das ruas sempre precisando de manutenção; a falta de drenagem de água, que provocam em época de chuva muita lama dificultando o tráfego; a não existência de uma rede de esgoto doméstico em algum terreno baldio ou na rua mesmo, criando um ambiente propício a proliferação de insetos, ratos e outros seres transmissores ou causadores de doenças.

Com a pavimentação, instalação da rede de esgoto e drenagem de água haverá uma melhora considerável na urbanização do município, visto que possui 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) domicílios particulares no perímetro urbano (IBGE/91).

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

6ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um espaço cultural no Município de Nova Olímpia.

Requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um espaço cultural no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220 km da capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e está entre os municípios que mais crescem no Estado.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil, cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos, além de dos 254 (duzentos e cinqüenta e quatro) alunos matriculados na pré-escola de acordo com o Censo-2000.

O espaço cultural será usado para usufruto dos muitos estudantes das várias escolas do município, inclusive, os alunos do campo, que poderão utilizá-lo caso pretendam fazer alguma apresentação para o público do perímetro urbano. Poderá ainda receber jovens de outras cidades em eventos culturais ou festivais com finalidade educativa, trazendo desta forma uma maior integração dos jovens estudantes.

Será composto de um auditório para palestras e apresentações teatrais além da sala de vídeo onde serão exibidos filmes, documentários ou reportagens do interesse dos jovens ou determinados pelos professores.

Com a construção deste centro haverá um maior incentivo a outras atividades culturais como teatro e dança, além de outros eventos educativos, mostrando aos jovens novos caminhos para uma vida produtiva e harmônica, afastando-os das drogas e marginalidade.

A educação, infelizmente, em nosso país, está indo de mal a pior, este resultado é provocado principalmente pelo desinteresse do jovem pelo aprendizado, visto que não lhe é oferecido um ensino capaz de lhe chamar atenção e lhe dar prazer.

Assim sendo, a construção deste espaço cultural ajudará a difusão de várias atividades culturais desconhecidas pelo público da região, além de ajudar a mudar a triste realidade que se encontra o sistema de ensino brasileiro.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

7ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um centro de educação infantil no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um centro de educação infantil no Município de Nova Olímpia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220 km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e está entre os municípios que mais crescem no Estado.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil, cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos, além de dos 254 (duzentos e cinqüenta e quatro) alunos matriculados na pré-escola de acordo com o Censo-2000.

Este centro de educação infantil terá a finalidade de oferecer as crianças palestras com professores, médicos, dentistas, assistentes sociais além de outros convidados. Serão realizadas atividades como campanhas para prevenção de cáries, campanhas educativas relacionadas a preservação do meio ambiente ou sobre educação sexual.

Assim sendo, a construção deste centro de educação infantil trará consigo muitos benefícios às novas gerações que estão se formando, tornando o futuro deste município, que está crescendo rapidamente mais promissor.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

8ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de uma escola de 1ª a 8ª série (ensino fundamental) para os assentamentos no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de uma escola de 1ª a 8ª série (ensino fundamental) para os assentamentos no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado a 220 km da Capital, possui uma população de aproximadamente 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes na zona rural. As principais atividades econômicas do Município são as culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho, sendo que a pecuária de corte, cria e cria tem importante desempenho na região. Os assentamentos do Município possuem um total de aproximadamente 1.000 (mil) habitantes.

De acordo com o Censo-2000 no ensino fundamental estão matriculados 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos sendo que um percentual deste total são provenientes da zona rural. Esses alunos enfrentam inúmeras dificuldades para ir a escola, muitos vão de carona ou em camionetas abertas sem a mínima segurança.

Com a vinda da escola para perto desses alunos as mães não mais precisarão mandar seus filhos irem morar de favor em casas de conhecidos, que não dão muita atenção para o desempenho escolar dessas crianças; elas exigirão e acompanharão o empenho de seus filhos de perto, o que é o ideal porque não há ninguém mais interessado no futuro deles do que elas.

Além dos assentamentos, esta escola beneficiará as crianças de outras propriedades rurais vizinhas, que também se deslocam por uma longa distância para estudar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

9ª) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma biblioteca pública e informatizada no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma biblioteca pública e informatizada no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense, a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.002 (quinze mil) habitantes e está entre os vinte municípios que mais crescem no Estado. Está entre as dez maiores economias do Estado com uma arrecadação média mensal em torno de R\$ 1,5 (um milhão e quinhentos mil) reais.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos.

A aquisição desta biblioteca trará a todos estudantes mais ânimo para suas pesquisas, que são sempre difíceis de realizar devido as poucas fontes para consulta existentes. Aliás, os poucos livros a disposição dos alunos em suas escolas estão desatualizados e gastos pelo tempo, o que provoca um descaso pelo estudo científico. Normalmente os trabalhos passados pelos professores se tornam um tarefa cansativa e difícil.

Com a montagem de biblioteca pública todos terão acesso as mais variadas fontes de informação não ficando estas reservadas a uma pequena classe, que dispõe de um acervo de livros em suas casas. Além disso, a biblioteca sendo informatizada despertará a curiosidade dos alunos, que terão maior disposição para conhecê-la e descobrir o quanto é divertido e interessante a busca do saber.

O acesso à cultura é um direito com respaldo constitucional, art. 215, CF/88, devendo o Poder Público tomar medidas para que todos tenham sem distinção acesso a fontes de conhecimento, ainda mais no nosso país onde o hábito da leitura não é um costume da maioria da população, devendo ser incentivado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

10) INDICAÇÃO: “Indico a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica de 100.000 m² em ruas e avenidas do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmª Srª Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica de 100.000 m² em ruas e avenidas do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Tem como principal atividade econômica a cultura de cana-de-açúcar, com produção de 1.388.080 (um milhão trezentos e oitenta e oito mil e oitenta) toneladas. Possui a maior usina de açúcar e álcool do Estado de Mato Grosso. Existem, também, culturas como o milho e algodão, e possui um rebanho bovino de 55.000 (cinquenta e cinco mil) cabeças.

O Município de Nova Olímpia tem aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 12.000 (doze mil) estão na região urbana. O tráfego de veículos dentro da sede do município é intenso, de modo que este movimento acaba causando inúmeros buracos, dificultando o trânsito em várias partes da cidade, além disso a passagem de caminhões e máquinas agrícolas nas ruas e avenidas é freqüente, levando assim a um desgaste maior.

Com a pavimentação e conseqüente urbanização da cidade, haverá melhores condições para o crescimento comercial, pois serão abertas novas lojas, que serão fontes de emprego.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

11) INDICAÇÃO: “Indico a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de 1.000 (mil) casas populares no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de 1.000 (mil) casas populares no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio- Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra; possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e uma parte de sua população é de baixo poder aquisitivo e muitos moram em barracos sem qualquer infra-estrutura.

Tem como principal atividade econômica a cultura de cana-de-açúcar, com produção de 1.293.268 (um milhão duzentos e noventa e três mil e duzentos e sessenta e oito) toneladas (IBGE/98). Esta atividade agrícola apesar de gerar muitos fundos para o município possui um grande contingente de trabalhadores que vivem do corte da cana-de-açúcar; esses trabalhadores normalmente tem poder aquisitivo muito baixo o que ganham não supre as necessidades básicas, moram normalmente em periferias sem as condições de infra-estrutura necessárias para se morar com qualidade e ter o mínimo de conforto.

Com a alocação de recursos que viabilizem a construção dessas casas populares em regime de mutirão, 1.000 (mil) famílias carentes serão beneficiadas com os materiais para que possam construir suas casas, tais como areia, pedra, cimento, entre outros que são necessários. A população que não possui casa própria terá uma melhor qualidade de vida, para que após uma jornada de trabalho, tenham um local decente para morar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

12) INDICAÇÃO: “Indico a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de postos de saúde nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exm^a Sr^a Deputada Federal Teté Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de postos de saúde nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes residem no campo. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, pecuária e cultura de subsistência dos assentamentos.

Os assentamentos Riozinho e Rio Branco possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a construção. A vinda deste posto de saúde ajudará não só os assentamentos, mas as demais propriedades agrícolas circunvizinhas.

Outro benefício é a não remoção desnecessária para um centro de atendimento por qualquer motivo, podendo muitas situações serem remediadas no próprio posto de saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

13) INDICAÇÃO: “Indico ao Exm^o Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de poços artesianos nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de poços artesianos nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes residem no campo. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, pecuária e cultura de subsistência dos assentamentos.

Os assentamentos Riozinho e Rio Branco possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a construção destes poços artesianos e, por se tratar de famílias com poucos recursos, isto trará uma melhor qualidade de vida a estas famílias, pois, terão água de qualidade não mais precisando buscar água em rios ou lagos, correndo risco de adquirirem doenças ou verminoses, comum no meio rural. Além desses assentamentos existem os de Fazenda Maior, Comunidade Paulista e Paloma com uma média de 70 (setenta) famílias cada um.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

14) INDICAÇÃO: “Indico ao Exm^o Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma patrulha agrícola no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma patrulha agrícola no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes. Entre as principais atividades econômicas do Município, destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, algodão e milho, além da pecuária de corte, cria e recria. Na região está localizada a maior usina de álcool e açúcar do Estado.

A patrulha agrícola em Nova Olímpia beneficiará grandemente a população rural, com cerca de 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes; será composta por tratores, grades e plantadeiras agrícolas, o suficiente para a viabilização de uma pequena lavoura.

Os assentamentos de Nova Olímpia tem aproximadamente 1.000 (mil) famílias que serão diretamente beneficiadas, pois na maioria das vezes elas não têm condições de adquirir maquinário básico para manutenção de sua plantação.

Com a implantação desta patrulha agrícola os pequenos produtores terão suas plantações ampliadas e a oferta de gêneros alimentícios como feijão, arroz e hortaliças aumentará e conseqüentemente tornará esses produtos mais baratos, já que não serão trazidos de fora como normalmente acontece. Ainda haverá a melhora na condição de vida de cada pequeno produtor ou assentado que contará com um aumento significativo no lucro de sua safra.

Outro aspecto a ser ressaltado é o incentivo à pequena propriedade, que tem um fim social muito maior que qualquer latifundiário; símbolo da concentração de renda. Aliás, isso poderá começar a mudar a economia do município baseada na monocultura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

15) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para implantação de um projeto de irrigação nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso IK, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório a Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para implantação de um projeto de irrigação nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes. Dentre as principais atividades econômicas do Município, destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho, sendo que a pecuária de corte, cria e recria tem importante desempenho na região.

Os assentamentos Riozinho e Rio Branco possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a implantação deste projeto de irrigação e por se tratar de famílias com poucos recursos isto trará um aumento na renda familiar, pois poderão vender seus produtos nas cidades e distritos circunvizinhos movimentando o comércio local, possibilitando um desenvolvimento mais rápido da região e do Município de Nova Olímpia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

16) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de uma creche no Bairro Santa Rosa no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para a construção de uma creche no Bairro Santa Rosa no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

Nova Olímpia, situada no Médio-Norte entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, está localizada a 220km da Capital. Tem sua economia baseada na produção agrícola, principalmente no cultivo de cana-de-açúcar.

Está entre as dez maiores economias do Estado, com uma arrecadação média mensal em torno de R\$ 1,5 (um milhão e quinhentos mil) reais.

Apesar de possuir uma economia muito desenvolvida e lucrativa, enfrenta muitos problemas, como o aumento repentino da população muitas vezes causado pelo grande número de imigrantes a procura de emprego ou o crescimento desenfreado de bairros, então o poder público local precisa melhorar a estrutura da cidade para o não agravamento destes problemas emergentes.

A construção desta creche atenderá pelo menos 500 (quinhentas) crianças residentes nos bairros Santa Rosa, Jardim Aeroporto e Jardim das Oliveiras.

A creche tem uma grande finalidade social, pois além de atender as crianças nas áreas de saúde e educação, tem por motivo fim viabilizar a disposição dos pais ao trabalho fora de suas residências.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

17) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica, instalação da rede de esgoto e drenagem de água do Bairro Jardim Aeroporto do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Deputado Federal Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica, instalação da rede de esgoto e drenagem de água do Bairro Jardim Aeroporto do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia tem aproximadamente 15 (quinze mil) habitantes, sendo que 12.000 (doze mil) estão na região urbana. Está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220 km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra.

No Bairro Jardim Aeroporto existem 1.200 (mil e duzentos) habitantes em 200 (duzentos) domicílios, que sofrem com a falta de infra-estrutura, como a falta de pavimentação das ruas sempre precisando de manutenção; a falta de drenagem de água, que provocam em época de chuva muita lama dificultando o tráfego; a não existência de uma rede de esgoto doméstico em algum terreno

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

baldio ou na rua mesmo, criando um ambiente propício a proliferação de insetos, ratos e outros seres transmissores ou causadores de doenças.

Com a pavimentação, instalação da rede de esgoto e drenagem de água haverá uma melhora considerável na urbanização do município, visto que possui 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) domicílios particulares no perímetro urbano (IBGE/91).

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

18) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um espaço cultural no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um espaço cultural no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense, a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e está entre os municípios que mais crescem no Estado.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos, além de dos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) alunos matriculados na pré-escola de acordo com o Censo-2000.

O espaço cultural será usado para usufruto dos muitos estudantes das várias escolas do município, inclusive, os alunos do campo, que poderão utilizá-lo caso pretendam fazer alguma apresentação para o público do perímetro urbano. Poderá ainda receber jovens de outras cidades em eventos culturais ou festivais com finalidade educativa, trazendo desta forma uma maior integração dos jovens estudantes.

Será composto de um auditório para palestras e apresentações teatrais além da sala de vídeo onde serão exibidos filmes, documentários ou reportagens do interesse dos jovens ou determinados pelos professores.

Com a construção deste centro haverá um maior incentivo a outras atividades culturais como teatro e dança, além de outros eventos educativos, mostrando aos jovens novos caminhos para uma vida produtiva e harmônica, afastando-os das drogas e marginalidade.

A educação, infelizmente, em nosso país, está indo de mal a pior, este resultado é provocado principalmente pelo desinteresse do jovem pelo aprendizado, visto que não lhe é oferecido um ensino capaz de lhe chamar atenção e lhe dar prazer.

Assim sendo, a construção deste espaço cultural ajudará a difusão de várias atividades culturais desconhecidas pelo público da região, além de ajudar a mudar a triste realidade que se encontra o sistema de ensino brasileiro.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

19) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica de 100.000 m² em ruas e avenidas do Município de Nova Olímpia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para pavimentação asfáltica de 100.000 m² em ruas e avenidas do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra.

Tem como principal atividade econômica a cultura de cana-de-açúcar, com produção de 1.388.080 (um milhão trezentos e oitenta e oito mil e oitenta) toneladas. Possui a maior usina de açúcar e álcool do Estado de Mato Grosso. Existem, também, culturas como o milho e algodão, e possui um rebanho bovino de 55.000 (cinquenta e cinco mil) cabeças.

O Município de Nova Olímpia tem aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 12.000 (doze mil) estão na região urbana. O tráfego de veículos dentro da sede do município é intenso, de modo que este movimento acaba causando inúmeros buracos dificultando o trânsito em várias partes da cidade, além disso a passagem de caminhões e máquinas agrícolas nas ruas e avenidas é freqüente, levando assim a um desgaste maior.

Com a pavimentação e conseqüente urbanização da cidade, haverá melhores condições para o crescimento comercial, pois serão abertas novas lojas, que serão fontes de emprego.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

20) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de postos de saúde nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de postos de saúde nos assentamentos do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes residem no campo. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, pecuária e cultura de subsistência dos assentamentos.

Os assentamentos Riozinho e Rio Branco possuem 157 (cento e cinquenta e sete) famílias, que serão beneficiadas com a construção. A vinda deste posto de saúde ajudará não só os assentamentos, mas as demais propriedades agrícolas circunvizinhas.

Outro benefício é a não remoção desnecessária para um centro de atendimento por qualquer motivo, podendo muitas situações serem remediadas no próprio posto de saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

21) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

recursos junto ao Orçamento da União para construção de uma escola de 1ª a 8ª série (ensino fundamental) para os assentamentos no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de uma escola de 1ª a 8ª série (ensino fundamental) para os assentamentos no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado a 220 km da Capital, possui uma população de aproximadamente 4.062 (quatro mil e sessenta e dois) habitantes na zona rural. As principais atividades econômicas do Município são as culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho, sendo que a pecuária de corte, cria e recria tem importante desempenho na região. Os assentamentos do Município possuem um total de aproximadamente 1.000 (mil) habitantes.

De acordo com o Censo-2000, no ensino fundamental estão matriculados 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos, sendo que um percentual deste total são provenientes da zona rural. Esses alunos enfrentam inúmeras dificuldades para ir à escola, muitos vão de carona ou em camionetas abertas, sem a mínima segurança.

Com a vinda da escola para perto desses alunos, as mães não mais precisarão mandar seus filhos irem morar de favor em casas de conhecidos, que não dão muita atenção para o desempenho escolar dessas crianças; elas exigirão e acompanharão o empenho de seus filhos de perto, o que é o ideal, porque não há ninguém mais interessado no futuro deles do que elas.

Além dos assentamentos, esta escola beneficiará as crianças de outras propriedades rurais vizinhas, que também se deslocam por uma longa distância para estudar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

22) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma biblioteca pública e informatizada no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de uma biblioteca pública e informatizada no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e está entre os vinte municípios que mais crescem no Estado. Está entre as dez maiores economias do Estado com uma arrecadação média mensal em torno de R\$ 1,5 (um milhão e quinhentos mil) reais.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos.

A aquisição desta biblioteca trará a todos estudantes mais ânimo para suas pesquisas, que são sempre difíceis de realizar devido as poucas fontes para consulta existentes. Aliás, os poucos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

livros à disposição dos alunos em suas escolas estão desatualizados e gastos pelo tempo, o que provoca um descaso pelo estudo científico. Normalmente os trabalhos passados pelos professores se tornam uma tarefa cansativa e difícil.

Com a montagem de biblioteca pública todos terão acesso as mais variadas fontes de informação não ficando estas reservadas a uma pequena classe, que dispõe de um acervo de livros em suas casas. Além disso, a biblioteca sendo informatizada despertará a curiosidade dos alunos, que terão maior disposição para conhecê-la e descobrir o quanto é divertido e interessante a busca do saber.

O acesso à cultura é um direito com respaldo constitucional, art. 215, CF/88, devendo o poder público tomar medidas para que todos tenham sem distinção acesso a fontes de conhecimento, ainda mais no nosso país onde o hábito da leitura não é um costume da maioria da população, devendo ser incentivado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

23) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um centro de educação infantil no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para construção de um centro de educação infantil no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e está entre os municípios que mais crescem no Estado.

Estão matriculados no ensino fundamental 4.129 (quatro mil cento e vinte e nove) alunos e no ensino médio 546 (quinhentos e quarenta e seis) alunos, além de dos 254 (duzentos e cinqüenta e quatro) alunos matriculados na pré-escola de acordo com o Censo-2000.

Este centro de educação infantil terá a finalidade de oferecer às crianças palestras com professores, médicos, dentistas, assistentes sociais além de outros convidados. Serão realizadas atividades como campanhas para prevenção de cáries, campanhas educativas relacionadas a preservação do meio ambiente ou sobre educação sexual.

Assim sendo a construção deste centro de educação infantil trará consigo muitos benefícios às novas gerações que estão se formando, tornando o futuro deste município, que está crescendo rapidamente mais promissor.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

24) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Senador Carlos Bezerra a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de 1.000 (mil) casas populares no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Senador Carlos Bezerra, mostrando a necessidade de alocar recursos junto ao Orçamento da União para aquisição de materiais para construção de 1.000 (mil) casas populares no Município de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra; possui cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes e uma parte de sua população é de baixo poder aquisitivo e muitos moram em barracos sem qualquer infra-estrutura.

Tem como principal atividade econômica a cultura de cana-de-açúcar, com produção de 1.293.268 (um milhão duzentos e noventa e três mil e duzentos e sessenta e oito) toneladas (IBGE/98). Esta atividade agrícola, apesar de gerar muitos fundos para o Município, possui um grande contingente de trabalhadores que vivem do corte da cana-de-açúcar; esses trabalhadores normalmente tem poder aquisitivo muito baixo o que ganham não supre as necessidades básicas, moram normalmente em periferias sem as condições de infra-estrutura necessárias para se morar com qualidade e ter o mínimo de conforto.

Com a alocação de recursos que viabilizem a construção dessas casas populares em regime de mutirão, 1.000 (mil) famílias carentes serão beneficiadas com os materiais para que possam construir suas casas, tais como areia, pedra, cimento, entre outros que são necessários. A população que não possui casa própria terá uma melhor qualidade de vida, para que após uma jornada de trabalho, tenham um local decente para morar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

25) INDICAÇÃO: “Indico ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, a necessidade de expansão urbana de telefones para os bairros do Município de Nova Olímpia.

Requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, mostrando a necessidade de expansão urbana de telefones para os bairros do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia, localizado a 220km da Capital, possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes. As principais atividades econômicas do Município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho, sendo que a pecuária de corte, cria e cria tem importante desempenho na região.

Com o rápido crescimento da cidade principalmente devido ao grande número de imigrantes atraídos pelo progresso da região houve um aumento ou criação de muitos bairros, que estão carecendo da expansão da rede de telefones. Aliás, o município está entre os vinte que mais crescerão no Estado, de acordo com o diagnóstico sócio-econômico feito pela UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). No ano de 1991, tinha uma população de 7.031 (sete mil e trinta e um) habitantes, enquanto no ano de 1996 passou a ter uma população de 12.000 (doze mil) habitantes.

A falta da rede de telefones causa aos seus moradores grande transtorno, e prejudica o desenvolvimento de cada bairro.

Sendo assim, solicito que seja expandida a rede a todos os bairros do município de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Nova Olímpia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

26) INDICAÇÃO: “Indico ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, a necessidade de instalação de telefones públicos nos seguintes assentamentos: Fazenda Maior, Comunidade Paulista, Riozinho, Rio Branco, Jatobá, Paloma, no Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, mostrando a necessidade de instalação de telefones públicos nos seguintes assentamentos: Fazenda Maior, Comunidade Paulista, Riozinho, Rio Branco, Jatobá, Paloma, no Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

Nova Olímpia situado no Médio-Norte, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra, está localizado a 220km da Capital. Tem sua economia baseada na produção agrícola, principalmente no cultivo de cana-de-açúcar. Possuindo, inclusive, a maior usina de álcool e açúcar do Estado.

Os assentamentos do Município possuem cerca de 1.000 (mil) famílias, aproximadamente 70 (setenta) famílias em cada assentamento, sendo que o mais distante fica a 60 km do Município de Nova Olímpia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

27) INDICAÇÃO: “Indico ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, a necessidade de instalação de telefones públicos nos bairros do Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmo Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, mostrando a necessidade de instalação de telefones públicos nos bairros do Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia está localizado a 220km da Capital, possui uma população de aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes no perímetro urbano e com 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) domicílios de acordo com o IBGE/91. As principais atividades econômicas do município destacam-se as culturas de cana-de-açúcar, algodão e milho, além da pecuária.

Com o rápido crescimento da cidade, principalmente devido ao grande número de imigrantes atraídos pelo progresso da região, houve um aumento de muitos bairros, que estão carecendo da instalação de telefones públicos.

A falta de telefones públicos causa aos seus moradores grande desconforto e prejudica a classe mais desfavorecida, pois esta não tem condições de comprar ou pagar por um telefone individual, ficando condicionada ao telefone público, tendo que se deslocar por uma grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

distância para encontrar um telefone público.

Sendo assim, solicito que seja expandida a rede de telefones públicos a todos os bairros do Município de Nova Olímpia, pois o direito de comunicar-se com qualidade não pode estar condicionado a condição financeira de cada indivíduo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

28) INDICAÇÃO: “Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira e ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública, a necessidade de aquisição de viaturas policiais para o Município de Nova Olímpia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira e ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública, mostrando a necessidade de aquisição de viaturas policiais para o Município de Nova Olímpia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Olímpia conta hoje com uma população estimada em 15.000 (quinze mil) habitantes.

Sendo que, por ter sua economia baseada na monocultura de cana-de-açúcar a população da região pode variar conforme a época da colheita.

Por ser um município direcionado a monocultura, a região é muito carente, e as desigualdades sociais são muito visíveis. O Município sofre com as constantes idas e vindas de trabalhadores de variadas regiões, que buscam em Nova Olímpia empregos temporários. Esse constante fluxo de pessoas também traz consigo não apenas trabalhadores mas muitos marginais, que aproveitam-se da pouca malícia do morador e do poucos policiais existentes no local para praticar os mais diversos crimes. Pode-se constatar isso com a onda de assaltos ocorridos nas agências bancárias e os furtos em residências que estão ocorrendo no interior do Estado, estão se criando, inclusive, quadrilhas especializadas em roubar cidades menores, principalmente porque conseguem realizar seus atos com muita facilidade.

Infelizmente, a marginalidade está se expandindo não mais existindo somente nos grandes centros, desta forma se torna necessário o aumento da segurança desses pequenos municípios para poderem coibir a ação destes criminosos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

29) INDICAÇÃO: “Indico ao Ilmº Sr. Diretor de Distribuição da Rede/CEMAT, Antônio Carlos Fernandes, a necessidade de assinatura de convênio com a Prefeitura de Nova Olímpia, para extensão de iluminação pública no Município.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor de Distribuição da Rede/CEMAT, Antônio Carlos Fernandes, mostrando a necessidade de assinatura de convênio com a Prefeitura de Nova Olímpia, para extensão de iluminação pública no Município.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O Município de Nova Olímpia tem aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes, sendo que 12.000 (doze mil) estão na região urbana. Está localizado no Médio-Norte Mato-grossense a 220km da Capital, entre Barra do Bugres e Tangará da Serra. Possui 1.254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) domicílios particulares no perímetro urbano (IBGE/91). Além disso, é no Município de Nova Olímpia que se situa a maior usina de cana-de-açúcar e álcool do Estado de Mato Grosso.

Com o crescimento da cidade inevitavelmente alguns bairros ficaram sem iluminação ou com sua iluminação defeituosa e com várias falhas em muitos trechos. Esses bairros carecem de uma iluminação de qualidade, visto que muitos têm apenas uma estrutura improvisada, que sempre tem problemas.

A infra-estrutura de um abairro sem iluminação de qualidade fica extremamente prejudicada, pois quase ninguém tem interesse de morar em um bairro com este tipo de problema, muito menos montar algum comércio ou área de lazer como, por exemplo, uma praça ou quiosque.

Além disso o problema da iluminação pública coloca em risco a segurança das pessoas, já que muitos marginais usam da escuridão para praticar crimes e aterrorizar a vida das famílias com assaltos, furtos, estupros e tantos outros.

Sendo assim a viabilização dos recursos para iluminação pública para este município melhorarão a infra-estrutura e urbanização de muitos bairros e também evitará a ação de muitos delinquentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

30) REQUERIMENTO: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘h’, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que faça encaminhar ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Dr. Júlio Strubing Müller Neto, com cópia à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde de Rondonópolis, requerimento de informações solicitando o seguinte:

1. Especificar a composição de uma equipe do PSF - Programa Saúde da Família.
2. Qual a abrangência de um PSF?
3. Qual o custo médio de uma Unidade de Saúde Familiar?
4. Dentro do Programa Saúde da Família, quanto o Governo Federal repassa para cada Unidade? Especificar quadro, valor de repasse em detrimento das abrangência de atendimento no Município; e a contra- partida do Estado e do Município.
5. Quantas equipes do PSF o Município de Rondonópolis possui?
6. O Programa Agente Comunitário de Saúde é mantido por recursos da União? Qual seu custo e a contra- partida dos municípios e do Estado?
7. Quantos odontólogos existem no PSF em Rondonópolis?
8. Qual o valor inicial e de contra-partida do Estado, União e Município para instalação da equipe do PSF?
9. Quantos agentes de saúde comunitária possui o Município de Rondonópolis?
10. A remuneração dos agentes é através do Município, Estado ou União?
11. Poderá utilizar funcionários do Município, Estado e União na Equipe Saúde da Família?
12. Quantos funcionários do Estado, Município e da União existem na Equipe Saúde da Família em Rondonópolis? Quantos estão contratados só para fins específicos?
13. Se o programa é bom, desenvolve uma política de saúde pública, preventiva e relacionada diretamente com a base; porque não está dando certo? Porque os municípios alegam que estão com muita atribuição e pouca estrutura? O que o Estado pode fazer para estimular mais a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

implantação do PSF?

14. Pode fundir o Programa de Agente Comunitário de Saúde com Programa Saúde da Família?

15. Está havendo omissão de alguém na implantação do PSF?

16. Descrever as desvantagens e por que o Programa não avança, por exemplo, no Município de Rondonópolis?

JUSTIFICATIVA

Rondonópolis está localizada à 220km ao Sul de Cuiabá, com aproximadamente 153.000 (cento e cinquenta e três mil) habitantes.

Atualmente, o Pólo Regional de Saúde (Rondonópolis) é responsável por 318.000 (trezentos e dezoito) habitantes o que faz com que a média de leitos por habitantes, fique bem abaixo do que é determinado pela OMS-Organização Mundial de Saúde, que é de 01 (um) leito para cada 500 (quinhentos) habitantes.

Com a implantação do Programa Saúde da Família, veio amenizar e prevenir as causas de atendimento médico, só que o programa encontra-se com algumas deficiências em sua execução, assim sendo, prontificamos a contribuir e detectar, para buscar soluções.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

31) REQUERIMENTO: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘h’, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, a realização de uma audiência pública em Rondonópolis, com a Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMA, com o objetivo de discutir melhores estruturas para o desenvolvimento de um trabalho de fiscalização na Unidade Regional de Rondonópolis.

A data da audiência pública será previamente marcada em comum acordo entre comunidade e a FEMA.

Na oportunidade, serão convidados a participar e a se pronunciar o Exmº Sr. Presidente Frederico Guilherme de Moura Müller, prefeitos e representantes do Poder Público municipal e setores da sociedade organizada.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a Unidade Regional de Rondonópolis é responsável por 18 (dezoito) municípios, todos localizados na região Sul/Sudeste do Estado.

Segundo dados da FEMAESC-SN a área devastada nesta região até o ano de 1994 é de 38.950 (trinta e oito mil novecentos e cinquenta) km² de florestas, sendo que, no ano de 1997 esta mesma região teve 941 focos de queimadas, o que equívale a 1,6% das queimadas registradas no Brasil (Fonte -FEMA).

No momento, a FEMA dispõe de 02 (dois) funcionários, 04 (quatro) técnicos conveniados com a Câmara Municipal de Vereadores (tiveram seus contratos vencidos, em 31 de dezembro de 2000), 03 (três) veículos de deslocamento e 02 (dois) barcos para fiscalizar toda a região Sul do Estado.

Outra grande dificuldade está no repasse mensal que é de R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) à Unidade Regional.

Em contra-senso a FEMA é o terceiro órgão arrecadador do Estado, atrás somente da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Secretaria de Fazenda e do INDEA.

A finalidade da audiência é de estabelecer uma estrutura digna ao órgão, para que possa exercer suas funções em uma amplitude compatível a sua importância.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

Ainda, sobre a mesa, várias Indicações de autoria do Deputado Benedito Pinto:

1ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de gestionar junto ao Governo Federal, no sentido de expandir o Programa *Luz no Campo* para as comunidades de Cuiabá-Mirim e Boca das Conchas, no Município de Barão de Melgaço.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de gestionar junto ao Governo Federal, no sentido de expandir o Programa *Luz no Campo* para as comunidades de Cuiabá-Mirim e Boca das Conchas, no Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos temos assistido a um esforço muito grande dos governos estadual e federal no sentido de fixar o homem no campo. Além do processo de Reforma Agrária, que no governo Fernando Henrique foi fomentado substancialmente, um aspecto muito importante tem sido a implementação de programas que proporcionem melhores condições aos pequenos produtores rurais.

Entre ele, um que vem ganhando destaque é o Programa *Luz no Campo*, que visa levar energia elétrica às mais longínquas propriedades rurais. Sem sombra de dúvidas, um benefício de vital importância para o bem-estar das famílias de pequenos e médios agricultores, que passam a contar com maior conforto e qualidade de vida.

No Município de Barão de Melgaço, mais especificamente nas comunidades de Cuiabá-Mirim e Boca das Conchas, onde residem aproximadamente 150 famílias de pequenos agricultores e pescadores ribeirinhos, tivemos a oportunidade de ouvir os seus clamores. O principal deles é no sentido de se concluir o Programa *Luz no Campo*, que já beneficiou muitas propriedades na redondeza.

Por reconhecer justa a reivindicação daquelas comunidades, principalmente porque entendemos ser de fundamental importância para o seu conforto e a melhoria da sua qualidade de vida, é que apresentamos esta proposição, na certeza do apoio irrestrito nos nobres Pares neste Parlamento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado BENEDITO PINTO - PSDB”

2ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de instalar lombadas eletrônicas no contorno Sul, cruzamento do bairro São Mateus e no cruzamento do acesso à comunidade de Capão Grande, no Município de Várzea Grande.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de instalar lombadas eletrônicas no contorno Sul, cruzamento do bairro São Mateus e no cruzamento do acesso à comunidade de Capão Grande, no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Como é sabido por todos, o crescimento populacional impulsiona, também, todos os setores da economia e, paralelamente, o aumento da frota veicular de uma cidade. Esse, logicamente, é o reflexo do desenvolvimento que o município experimenta, proporcionando a sua população todos os meios necessários ao seu bem-estar. Várzea Grande, como qualquer outra cidade, não foge a regra.

Para se ter uma idéia do aumento da frota de veículos no município, basta dizer que em 1980, 10 mil carros trafegavam pelas ruas da cidade. Hoje, são mais de 40 mil veículos - isso sem contar o grande tráfego oriundo do Norte, Médio Norte e Oeste do Estado, inclusive de veículos pesados - o que impõe, por outro lado, a necessidade de se implantar meios para ordenar o trânsito local sem prejuízo de seu fluxo normal.

Dentre estes meios - até porque se verifica um grande número de acidentes nos principais cruzamentos de ruas e avenidas -, além de semáforos e placas sinalizadoras, as lombadas eletrônicas se fazem necessárias. Tal medida, em que pese sua condição punitiva, serve muito mais como prevenção de acidentes, inibindo consideravelmente os abusos. Daí a necessidade de instalação de lombadas eletrônicas nos referidos cruzamentos, proporcionando a todos os habitantes da localidade, especialmente às crianças, maior segurança e conforto na hora de atravessar a rua.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado BENEDITO PINTO - PSDB”

3ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de realizar os serviços de terraplanagem e drenagem da rodovia de acesso à Praia Grande, para posteriormente concluir o asfaltamento, no Município de Várzea Grande.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de realizar os serviços de terraplanagem e drenagem da rodovia de acesso à Praia Grande, para que seja possível posteriormente a conclusão das obras de asfaltamento, no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande vem recebendo um grande fluxo de pessoas que ali pretendem se fixar e, conseqüentemente, produzir o sustento de suas famílias. Com isso, a cada dia se vê o crescimento das comunidades periféricas que, e em razão disso, necessitam cada vez mais usufruir dos benefícios que lhes garantam o bem-estar social.

A comunidade de Praia Grande, em Várzea Grande, que hoje conta com cerca de 150 famílias, por exemplo, cuja rodovia de acesso soma mais ou menos 5 quilômetros (ainda não asfaltado), além de estar numa região geograficamente estratégica, possui um grande potencial turístico. Em razão disso, torna-se necessário dotá-la de todos os benefícios possíveis, fortalecendo as bases de sua economia. O asfaltamento da rodovia entre o centro de Várzea Grande e a comunidade de Praia Grande, portanto, se reveste de fundamental importância, visto que fomentará ainda mais o desenvolvimento local, levando progresso para todos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado BENEDITO PINTO - PSDB”

4ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, a necessidade de proceder à regularização

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

fundiária, com a devida demarcação, das propriedades rurais no Município de Barão de Melgaço.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, mostrando a necessidade de proceder à regularização fundiária, com a devida demarcação, das propriedades rurais no Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

Um dos maiores problemas enfrentados em Mato Grosso tem sido a questão da regularização fundiária das pequenas propriedades rurais. Essa situação, a bem da verdade, tem emperrado o desenvolvimento do setor agropecuário, visto que a grande maioria dos pequenos e médios produtores enfrenta dificuldades para viabilizar recursos para tocar sua produção.

Sem condições de buscar financiamento para a produção, uma vez que não tem os documentos de suas áreas - uma das exigências das instituições bancárias -, o agricultor se vê desamparado, tendo que parar suas atividades.

Esse também tem sido o problema enfrentado pelos agricultores no Município de Barão de Melgaço. que, por falta de demarcação de suas áreas, não tem como viabilizar recursos para desenvolver suas propriedades.

Em razão disso, torna-se premente a demarcação das propriedades no município, através do PRODEAGRO, de forma a proporcionar aos agricultores as condições mínimas necessárias para produzir, pois, do contrário, não lhe restará outra alternativa senão abandonar o campo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado BENEDITO PINTO - PSDB”

5ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade urgente de encaminhar à Assembléia Legislativa Projeto de Lei instituindo o Programa de Incentivo à Fruticultura no Estado de Mato Grosso.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade urgente de encaminhar à Assembléia Legislativa, Projeto de Lei instituindo o Programa de Incentivo à Fruticultura no Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

Mato Grosso é um Estado eminentemente agropastoril. Nos últimos anos vem expandindo suas fronteiras agrícolas, tornando-se um dos maiores produtores de grãos do País. Paralelamente, diversas outras atividades são desenvolvidas, visando diversificar e verticalizar o setor da agricultura.

Esse processo tem rendido muitos dividendos para os Estado, uma vez que além de impulsionar sua economia, tem gerado novos empregos para os povo mato-grossense.

Destaca-se nesse contexto a implantação de projetos de fruticultura nos municípios interioranos, aproveitando a excelente fertilidade do solo e as ótimas condições climáticas.

E é em razão disso que surge a necessidade urgente de se criar leis que incentivem o setor, proporcionando, assim, melhores condições para o desenvolvimento da fruticultura no Estado.

A partir daí, certamente novos projetos surgirão, fortalecendo ainda mais a nossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

economia. Por outro lado, veremos o crescimento da renda *per capita* do povo mato-grossense e, consequentemente, a melhoria de sua qualidade de vida.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado BENEDITO PINTO - PSDB”

Ainda, sobre a mesa, uma Moção de Pesar de autoria do Deputado Moacir Pires:

“Com fundamento ao art. 237, alínea ‘h’ do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Pesar, endereçada à família do Sr. Dino Signorelli, em Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

‘O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO, profundamente consternado, solidariza-se, neste momento difícil e de grande pesar, com todos os membros da família do Sr. Dino Signorelli, pelo seu infausto falecimento, deixando um imenso vazio no seio dos seus familiares, um homem de imensa bravura, idealizador, honesto, trabalhador, excelente pai e amigo para todas as horas e que hoje fica na lembrança do que representa para todos nós, agora descansa ao lado de Deus Pai’.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL”

Ainda, sobre a mesa, uma Indicação de autoria do Deputado Pedro Satélite:

“Indico à Mesa Diretora, com base na Resolução 018/91 de 08/05/91, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Diretor-Presidente do DVOP, visando a pavimentação das avenidas marginais à BR-163, no perímetro urbano de Terra Nova do Norte, abrangendo a extensão de 1.000 metros lineares da referida rodovia.

JUSTIFICATIVA

Considerando a garantia da viabilização dos recursos necessários para a pavimentação da BR-163, várias empresas de médio porte manifestam interesse em estabelecer-se naquele Município às margens da rodovia.

A Prefeitura Municipal, visando a geração de empregos e renda, prepara legislação específica com objetivo de oferecer-lhes incentivos fiscais e condições adequadas ao bom funcionamento.

A pavimentação das vias marginais, o rebaixamento de energia elétrica e a canalização do esgoto fluvial são fatores preponderantes para a implantação do futuro pólo industrial daquele município. Entretanto, urge a necessidade de parceria com o Governo do Estado a viabilização definitiva do projeto.

Diante disto, conclamamos o apoio dos nobres pares desta Casa, bem como do Sr. Presidente, para a aprovação do mesmo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.
Deputado PEDRO SATÉLITE - PSDB”

Ainda, sobre a mesa, duas proposições de autoria das Lideranças Partidárias:

1ª) MOÇÃO DE PESAR: “Nos termos do art. 272, ‘i’, da Consolidação do Regimento da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que aprove e encaminhe à família de Mário Covas Moção de Pesar, na forma:

‘A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

membros e a requerimento das Lideranças Partidárias, manifesta seu profundo pesar pelo falecimento do valoroso e honrado homem público Mário Covas, sentimento que representa o da unanimidade do povo mato-grossense.

Faleceu o homem Mário Covas, mas fica o exemplo de luta, de honestidade e de compromisso com as aspirações populares. Mário Covas de longas datas defendeu as idéias democráticas, sem sucumbir e sem perder a esperança num Brasil melhor e menos desigual.

As Bancadas com assento nesta Assembléia Legislativa, pela presente Moção de Pesar, representam os sentimentos de todos os mato-grossenses que, mesmo lamentando a perda do ilustre Governador, se comprometem a continuar encarando os desafios de melhorar significativamente a vida dos cidadãos, ação primeira nos propósitos do inesquecível político.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Deputado PEDRO SATÉLITE - PSDB

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

Deputado WILSON TEIXEIRA DENTINHO - PSDB

Deputado DUDA BARROS - PSDB

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB

Deputado BENEDITO PINTO - PSDB

Deputado CARLOS BRITO - PSDB

Deputado NICO BARACAT - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Deputado GILNEY VIANA - PT

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado CAMPOS NETO - PL

Deputado AMADOR TUT - PL

Deputado J. BARRETO - PL

Deputado ELIENE - PSB

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS

Deputado JAIR MARIANO - PPS

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Deputado EMANUEL PINHEIRO (Sem Filiação Partidária)”

2ª) REQUERIMENTO: Nos termos do art. 141, alínea ‘b’, da Consolidação do Regimento Interno, art. 2º da Lei nº 4.877/85, requeremos à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a convocação do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, para prestar pessoalmente informações sobre os assuntos abaixo elencados:

- . Aplicação da Lei Complementar nº 50/98;
- . Condições em que se encontra a estrutura física das unidades educacionais da rede pública estadual;
- . Aplicação dos recursos do Fundo Estadual da Educação;
- . Aplicação dos recursos do Programa de Alimentação Escolar;
- . Programa de Informatização das escolas;
- . Operacionalização da gestão compartilhada;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

- . Carência de carteiras escolares;
- . Valor da folha de pagamento da remuneração dos profissionais da educação;
- . Valores dos repasses de recursos oriundos do Governo Federal dos meses de janeiro e fevereiro de 2001;
- . Valores repassados por conta da dotação orçamentária nos meses de janeiro e fevereiro 2001 e prestação de contas de suas aplicações.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo convocar o Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre a situação em que se encontram pontos cruciais da educação no Estado.

Esta ação é de interesse da sociedade, pois sentimos em suas manifestações a vontade de saber com cristalina transparência o encaminhamento das decisões administrativas até agora empreendidas, bem como o planejamento a ser executado durante o ano em curso.

Trata-se de uma competência do Poder Legislativo e principalmente de uma responsabilidade em apresentar à população os esclarecimentos necessários sobre o que vem ocorrendo nas políticas públicas.

Em face do exposto, esperamos contar com o acolhimento dos Pares para esta propositura, haja vista reconhecermos o seu relevante interesse público.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RIVA PSDB

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Deputado PEDRO SATÉLITE - PSDB

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

Deputado WILSON TEIXEIRA DENTINHO - PSDB

Deputado DUDA BARROS - PSDB

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB

Deputado BENEDITO PINTO PSDB

Deputado CARLOS BRITO - PSDB

Deputado ELIENE - PSB

Deputado HUMBERTO BOSAPO - PPS

Deputado JAIR MARIANO PPS”

Ainda, sobre a mesa, duas Indicações de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho:

1ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado - Dante Martins de Oliveira, a necessidade de adoção do Atlas Geográfico de Mato Grosso em todas as escolas públicas estaduais e municipais.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhada ao Exmº Sr. Governador do Estado Dante Martins de Oliveira, mostrando a necessidade de adoção do Atlas Geográfico de Mato Grosso em todas as escolas públicas estaduais e municipais.

JUSTIFICATIVA

Uma das grandes dificuldades enfrentadas por todos os professores dos mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

diferentes graus de ensino em Mato Grosso é a falta de material didático regional para ser utilizado como suporte de aprendizado e compreensão da realidade mato-grossense.

Esta dificuldade tem provocado o completo desconhecimento das potencialidades socio-econômicas, ambientais e culturais do Estado por parte dos alunos do sistema público e particular de ensino. Dessa forma estamos formando cidadãos que, se vivem na região Leste, desconhecem completamente a região Norte ou Oeste do Estado.

Com a edição do Atlas Geográfico de Mato Grosso, elaborado de forma a atender as recomendações do MEC com relação ao Parâmetros Curriculares Nacionais, pela primeira vez o Estado conta com uma publicação que permite o conhecimento, análise e compreensão do espaço regional, capacitando o cidadão a refletir criticamente sobre sua realidade.

Com esta publicação, os professores de todas as disciplinas em todo o Estado poderão trabalhar os temas transversais e a interdisciplinaridade a partir de sua própria região.

Acreditando no trabalho feito por Vossa Excelência e sua equipe, sabedor ainda da atenção dada as necessidades de ensino dos nossos Municípios contamos com seu valioso apoio e colocamo-nos este Parlamento no interesse do municipalismo mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado WILSON TEIXEIRA DENTINHO - PSDB”

2ª) “Indica ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Cuiabá, Roberto França Auad, a necessidade de instalação de postes de luz com luminária na Rodovia Emanuel Pinheiro no trecho do Rio dos Peixes até a Pesque-pague Tropical.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhada ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Cuiabá, Roberto França Auad, mostrando a necessidade de instalação de postes de luz com luminária na Rodovia Emanuel Pinheiro no trecho do Rio dos Peixes até o Pesque-pague Tropical.

JUSTIFICATIVA

No Rio dos Peixes, por ser um ponto turístico do Município de Cuiabá, há um índice muito alto de freqüentadores, em todos os finais de semana e principalmente nos feriados, além de haver uma comunidade que ali reside, apesar das adequações que se fazem necessárias na rodovia.

Este trecho encontra-se desprovido de iluminação, uma vez que as existentes são bem localizadas nas residências e bares. Assim pedimos em nome desta comunidade e dos que ali trafegam que seja realizada esta obra com urgência, pois assim estaríamos colaborando com o trânsito e ainda evitando acidentes maiores, trazendo segurança e qualidade de vida à comunidade.

Acreditamos no trabalho feito por Vossa Excelência e sua equipe, contamos com seu valioso apoio e colocamo-nos este Parlamento no interesse do municipalismo mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado WILSON TEIXEIRA DENTINHO - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Solicito aos nobres Deputados Benedito Pinto, Moacir Pires e Emanuel Pinheiro, que formem uma comissão para adentar ao plenário o Suplente de Deputado Duda Barros (PAUSA).

(A COMISSÃO DESIGNADA PELA PRESIDÊNCIA INTRODUZ NO PLENÁRIO O SENHOR JOSÉ EDUARDO BARBOSA BARROS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à conferência dos documentos do Sr. José Eduardo Barbosa Barros (PAUSA).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

(NESTE MOMENTO, O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS).

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, recebemos das mãos do Sr. José Eduardo Barbosa Barros sua Declaração de Bens, bem como o seu Diploma. Informamos que o mesmo está apto a tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Sendo assim, solicito a Vossa Excelência que, com a mão espalmada sobre o peito, assim que eu terminar de ler o juramento, declare: "Assim eu prometo".

"Prometo desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi conferido, guardar as Constituições Federal e Estadual e servir a minha Pátria, promovendo o bem geral do Estado de Mato Grosso".

O SR. JOSÉ EDUARDO BARBOSA BARROS - "Assim eu prometo!"

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Portanto, eu declaro Vossa Excelência empossado no cargo de Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso (PALMAS).

Convido Vossa Excelência para tomar assento a sua Bancada.

Declaro aberta a palavra, pelo Protocolo.

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pelo Protocolo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Com a palavra, pelo Protocolo, o Sr. Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos aqui saudar o companheiro Duda Barros, que assume um lugar na Assembléia Legislativa, representando o povo de Cáceres, que precisava, e muito, ter um representante efetivo nesta Casa.

Nós, como Líder da Bancada do PSDB nesta Casa, ficamos satisfeitos com a posse de mais um companheiro que vem engrossar as fileiras do PSDB. É filho de um grande amigo, grande companheiro, grande político. O seu pai, Aluísio Barros, é nosso companheiro de militância política.

E nós ficamos satisfeitos, companheiro Aluísio, por seu filho representá-lo nesta Casa, como Deputado, que Vossa Excelência também o foi.

Como Líder da Bancada, nós queremos dar as boas-vindas ao Deputado Duda Barros e que faça jus aos votos que Vossa Excelência teve da população de Cáceres e de toda aquela região.

Conte aqui conosco, como companheiro de Bancada, para que possamos fazer um trabalho unido em defesa do povo mato-grossense, em defesa dos projetos do PSDB nesta Casa.

A nossa satisfação é imensa, nós que acompanhamos junto com o Presidente desta Casa todos os trâmites para que Vossa Excelência pudesse chegar aqui o mais rápido possível.

A sua vinda para esta Casa engrandece muito mais o povo mato-grossense e, principalmente, o povo cacerense. Parabéns e boas-vindas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - A palavra continua aberta pelo Protocolo.

Com a palavra, o Deputado J. Barreto e, em seguida, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Srª e Sr Deputados.

Estamos, hoje, recebendo mais um Deputado de uma região que estava faltando, somando-se à juventude dele, somando-se ao trabalho da sua família, do seu pai, que está orgulhoso, tenho certeza absoluta, ao lado de sua família e de todos os seus amigos, o orgulho que os seus amigos estão sentindo esta noite...

Pode ter a certeza absoluta que todos nós estamos orgulhosos de sermos aqui colegas de Vossa Excelência.

Eu tenho certeza absoluta que esta Casa está recebendo Vossa Excelência como qualquer outro Deputado que aqui está há muitos anos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Eu tenho certeza que Vossa Excelência irá contribuir com a sua juventude, com a sua empolgação, irá incrementar, nesta Casa de Leis, e vai trazer de Cáceres, com certeza, a opinião, o trabalho que a comunidade vai passar para que Vossa Excelência traga para cá.

Eu não tenho dúvida nenhuma, pelo que conversei com os seus amigos de Cáceres, com os eleitores da sua família, de que Vossa Excelência vai corresponder à expectativa da população da nossa querida Cáceres.

Eu tenho certeza absoluta que a cidade de Cáceres passa a ter uma representação forte nesta Casa, com a sua atuação aqui, em favor dessa histórica e lendária cidade que precisava ter uma voz.

Hoje, nesta noite histórica, com sua paciência e inteligência, com a presença de sua família e de seus amigos, Vossa Excelência vai ficar aqui por mais dois anos e, com certeza absoluta, fará um grande trabalho para que a população de Cáceres possa reelegê-lo a Deputado Estadual ou a outro cargo para o qual a cidade o quiser.

Eu, Presidente Humberto Bosaipo, ainda amanhã estarei viajando, eu, o Deputado Nico Baracat, para as cidades de Goiânia, Belo Horizonte e Brasília para instalarmos aqui a TV Assembléia, na certeza absoluta de que Vossa Excelência, daqui a 60, 90 dias, estará mostrando o seu trabalho, através da televisão, para todo o Estado de Mato Grosso. Trata-se de um projeto audacioso desta Casa para dar transparência ao trabalho dos Srs. Deputados, para que a população participe ativamente da vida parlamentar desta Casa Leis.

Pode ter certeza que Vossa Excelência toma posse num momento em que a Assembléia respira um momento de confiança da população, como já está neste um ano e meio em que a população passa a sentir que esta Casa tem sido a caixa de ressonância da população deste Estado.

Portanto, encerro o meu pronunciamento, parabenizando Vossa Excelência, em meu nome, em nome da comunidade, da população de Rondonópolis e de todo o Sul do Estado de Mato Grosso, parabenizando a população de Cáceres pela presença desse filho ilustre aqui, que vai somar, que vai também mostrar a todos nós que Cáceres tem uma voz firme, coerente, audaciosa em favor de seu povo e sua gente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu quero primeiramente dizer que eu acho que, na verdade, é importante a valorização de novas lideranças.

Eu quero aqui dar um exemplo da Bancada do PSDB, que é minha adversária, que valorizou o Deputado Nilson Leitão. O Deputado Nilson Leitão, hoje, se elegeu Prefeito de Sinop. Mesmo sendo um adversário, mas eu acho que é importante o desprendimento e a rotatividade. Eu quero aqui dizer que o Túlio era Suplente também e se elegeu Prefeito em Cáceres, mesmo contra a minha vontade, porque o meu candidato era o Dr. Araújo, mas ele se elegeu. Eu quero dar o exemplo de Milton Rodrigues, Vereador, que foi Suplente de Deputado Estadual e foi eleito Vereador, agora aqui na Capital.

Eu quero falar aqui em nome da Bancada do PMDB. O Deputado Nico Baracat, eu e o Deputado Silval Barbosa, nós já nos afastamos para os Suplentes assumirem. Já assumiu o Deputado Elarmim Miranda, já assumiu o Deputado Milton Rodrigues, que hoje se elegeu Vereador.

E pretendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se os outros Suplentes aceitarem, até porque nós tínhamos o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que era do PMDB, mas deixou o PMDB, nós tínhamos o Deputado Pedro Satélite, que era do PMDB e deixou o PMDB, nós pretendemos, mesmo sendo uma minoria, nos valorizar, porque é muito mais bonito pedir licença sem direito a nada e correr o Estado de Mato Grosso para fortalecer o seu Partido e fortalecer o seu Suplente do que ficar aqui na Assembléia e faltando na Assembléia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Eu quero dizer que se os outros Suplentes aceitarem, eu e o Deputado Nico Baracat vamos nos afastar para que dois Suplentes do PMDB da região de Cáceres possam assumir. Isso aí vai depender do entendimento partidário, que é o Deputado José Lacerda, que é uma referência da região de Cáceres e o companheiro Suplente de Deputado e futuro Deputado Amador Tamandaré, lá da região de Mirassol d'Oeste.

Eu acho que isso é o fortalecimento do Parlamento, isso é o fortalecimento realmente das lideranças novas e eu tenho certeza, Deputado Duda Barros, que Vossa Excelência vai vir aqui e vai fortalecer a região de Cáceres e Vossa Excelência se tornará uma grande referência naquela região.

E quero aqui dizer, como Líder da Bancada do PMDB, neste momento, que nós procuraremos ser parceiros para que realmente cada vez mais possamos estar fortalecendo o Estado de Mato Grosso em todas as suas regiões, em todos os seus pontos, em busca realmente de um Estado cada vez melhor.

Cáceres me lembra o Senador Márcio Lacerda, o homem que lutou pela vinda do gasoduto quando ele era Senador, Cáceres me lembra o Senador Márcio Lacerda que lutou pela saída do Pacífico, Mato Grosso saindo pelo Pacífico, através de Cáceres, que é uma das regiões mais politizadas que existe neste Estado de Mato Grosso, a região Oeste, a região de Cáceres.

Então, eu quero dizer que Vossa Excelência vem, neste momento, fortalecer uma região que é uma referência para Mato Grosso.

Um abraço! Parabéns! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, em seguida o Deputado Moacir Pires e depois o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência, Deputado Duda Barros, cumprimento todos os seus conterrâneos de Cáceres, essa vasta e tradicional região do nosso Estado em nome do seu pai, ex-Deputado Aluísio Barros, que, com toda certeza - eu ainda falava para o Deputado Eliene -, num momento de realização infinita, orgulhoso ao ver o filho ser diplomado e empossado como Deputado Estadual. Então, em nome do seu pai, ex-Prefeito do Município de Cáceres, eu quero saudar não apenas o Município, mas sim toda a região de Cáceres.

Deputado Duda Barros, quero aqui dar todo o meu testemunho da luta empreendida e assumida pela Mesa Diretora, na Presidência do Deputado Humberto Bosaipo e, particularmente do Deputado Humberto Bosaipo, para que Vossa Excelência estivesse hoje tomando posse e realizando o sonho de homem público da região de Vossa Excelência, na sede de ter um representante aqui no Palácio Filinto Müller. E, principalmente, um sonho da nossa geração. Nós, que somos da geração pós-ditadura militar, nascidos no ambiente da ditadura, mas formados no período da redemocratização, precisamos cada vez mais fazer valer a nossa força, os nossos ideais, a nossa garra, o nosso espírito de luta e, principalmente, o desejo de mudança e de transformação.

Cáceres e sua região talvez em poucos períodos de sua história tenha ficado sem um Parlamentar com assento nesta Casa. Apenas me recordando, de 1970 para cá, nos últimos trinta anos, Benedito Canellas, Airton Reis, Samuel Greve, Ninomiya Miguel, Márcio Lacerda, Aluísio Barros, Antônio Sardinha, Geraldo Reis, José Lacerda, Túlio Fontes, Dionir de Freitas, André Bringsken, Antônio Fontes, pai do nosso ex-colega e atual Prefeito de Cáceres, Túlio Fontes. E, sem querer cometer injustiça, foram nomes que souberam honrar as tradições de Cáceres, do seu povo, da sua gente, da sua região.

Portanto, Vossa Excelência carrega agora essa responsabilidade consigo. Responsabilidade de representar Cáceres e toda sua região aqui nesta Casa, de dar seqüência aos seus ideais, de fazer com que sua voz - como disse o Deputado J. Barreto - seja uma voz firme, uma voz altiva, não apenas em defesa do seu grupo político, que Vossa Excelência tão bem representará, mas, principalmente, em defesa de uma região próspera, promissora e estrategicamente importante para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

economia do nosso Estado, que é toda região de Cáceres até pela sua divisa e pela sua fronteira.

Então, eu queria aqui, na condição de Deputado Estadual, sem Partido, mas na condição de entusiasmado pelos novos valores, pelas novas gerações, pela nova geração, entusiasmado por Vossa Excelência, pelo capital político e pelo berço político e, principalmente, pela escola política de onde Vossa Excelência veio, ao seu lado, empreender lutas em benefício da sua região, principalmente, do bem-estar do nosso querido Estado de Mato Grosso. Encerro as minhas palavras, Deputado Duda Barros, fazendo aqui uma referência ao discurso feito pelo atual Diretor-Presidente do DVOP, Carlos Novelli, que, ao tomar posse nesta Casa, disse: “Dizem que na política você não faz amigos, você tem momentos de amizade”. Mas, quero lhe dizer que, aqui nesta Casa, nesta Legislatura, principalmente, sob o comando desta Mesa e do Presidente Humberto Bosaipo, com a sua assunção a esta cadeira, ao tomar posse nesta cadeira, nós estamos quebrando este dito popular, aqui no Mato Grosso, pois esta Assembléia Legislativa é unida e todos, uníssonos, desejamos o melhor para o nosso Estado. Aqui, nós não temos momentos de amizade, nós temos amizades eternas, em busca de um objetivo comum: construir um Mato Grosso cada vez mais justo, mais humano.

Parabéns, Deputado Duda Barros (PALMAS). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais novo colega Deputado, que em seu nome eu quero saudar a ASFAC, sua família, seu pai, ex-Prefeito Aluísio Barros, que se encontra aqui presente.

Em nome do PFL, como Líder deste Partido, eu e o Deputado Joaquim Sucena, queremos lhe desejar as boas-vindas a esta Casa de Leis. Pode contar comigo e com todos os Deputados que aqui estão, com os Líderes de Partido dando as boas-vindas a Vossa Excelência.

Também, quero saudar os companheiros, os aprovados no concurso da Polícia Civil que se fazem presentes (PALMAS). Quero dizer que esta Casa está aberta para ouvir os anseios da população.

Desde já, quero pedir a Vossa Excelência, Deputado Duda Barros, que represente o povo mato-grossense, principalmente aqueles que batem à nossa porta, aqui na Assembléia Legislativa, para que possam ter em Vossa Excelência um jovem de futuro, um representante da sua região.

Vossa Excelência pode contar conosco e com o PFL. Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O Sr. José Carlos Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, pelo Protocolo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pelo Protocolo, o Sr. Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo; Sr. 1º Secretário, Deputado Riva; Líder do Governo, Deputado Rene Barbour; Vice-Líder do Governo, Deputado Alencar Soares, demais Srs. Deputados, eu não poderia, em nome do PPB, Partido Progressista Brasileiro, ficar omissa em trazer a nossa mensagem e cumprimentar o novo Deputado Duda Barros e seus familiares aqui presentes.

Eu quero cumprimentar o seu pai, Sr. Aluísio Barros, que é um grande nome em nível de Estado, atuante na política do nosso Estado.

Nós, que estamos no Poder Legislativo, queremos que Vossa Excelência chegue para somar conosco, trazendo suas diversas opiniões, suas sugestões, para que juntos possamos fazer um trabalho voltado para a população mato-grossense, tendo em vista que o povo que nos elegeu, que nos escolheu para estarmos aqui, precisa muito de nós. Nós temos que ter, primeiramente, fé em Deus, a mente iluminada, para que possamos fazer um trabalho voltado para as áreas da educação, da saúde pública, da segurança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Estão aqui, hoje, os aprovados no concurso, reivindicando os seus cargos, que lhes são de direito (PALMAS). E nós estamos aqui para lhes dar apoio, porque entendemos que o Poder Executivo precisa, no mínimo, dar condições à população nas áreas de saúde, segurança, habitação e, principalmente, fazer um trabalho voltado para as crianças, Deputado Duda Barros.

Eu quero aqui fazer um apelo para que Vossa Excelência nos ajude. Nós temos que, independente de sermos o Poder Legislativo, o Poder Executivo, ou o empresário da iniciativa privada, fazer alguma coisa pelas crianças, para que possamos não mais conviver com o índice de criminalidade que, infelizmente, está avançando no nosso País. Para isso é preciso que façamos alguma coisa.

Eu sei que Vossa Excelência é um homem que irá realizar trabalhos, um homem que estará dando a Cáceres um trabalho que, realmente, aquele Município precisa e deseja. Eu sei que Vossa Excelência não é um homem que irá apenas ficar no discurso, e sim realizar alguns trabalhos e colocá-los em prática. Eu quero colocar o nosso Partido à disposição de Vossa Excelência para poder ajudá-lo na realização dos seus projetos.

Parabenizo seus familiares e que Deus ilumine o novo Deputado e que tenha, realmente, um bom trabalho aqui nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns ao Deputado e aos seus familiares (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, como Líder do Governo, para me pronunciar pela Bancada do Governo.

Iniciando, eu quero me congratular com a seleta platéia que está nas galerias, vinda de Cáceres, desse Município progressista e simpático, do qual nós aprendemos a gostar, com o Aluísio de Barros, e me congratular com a chegada do seu filho Duda.

Aluísio de Barros é um velho amigo, desbravador, homem ligado a nossa classe agropecuarista, político de nome, fez uma grande administração em Cáceres, temos que respeitá-lo como homem público e, naturalmente, a nossa satisfação é muito grande, Deputado Duda, de tê-lo aqui conosco fortalecendo e engrandecendo a Bancada do Governo.

Vossa Excelência poderá prestar, sim, um grande serviço à governabilidade, não somente à sua região de Cáceres, mas para todo o Estado de Mato Grosso com o seu trabalho. Vossa Excelência será muito bem recebido por esta Bancada Governista. Esqueça aquelas seqüelas da eleição passada.

Eu viajava com o Governador Dante e o Deputado Pedro Henry, viajávamos de avião, quando discutíamos esse problema. Não há inimizade, não há uma rivalidade tão grande assim que não possa ser superada. O que nós precisamos é fortalecer o nosso Partido, o PSDB, nessa região, região com a qual eu tenho uma pequena responsabilidade também, assim como com Mirassol d'Oeste, com Lambari, com Salto do Céu. Portanto, Vossa Excelência será muito bem recebido aqui na nossa Bancada.

Vamos recebê-lo aqui de braços abertos, dar-lhe todo apoio e esperar que Vossa Excelência nos dê também esse apoio para a governabilidade, para que Dante de Oliveira continue com essa grande administração que refletiu em nosso País todo.

Seja feliz, seja bem-vindo e um grande abraço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputado Duda Barros, imprensa mato-grossense.

Sr. Presidente, eu quero aqui, antes de mais nada, saudar o nosso colega Duda Barros

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

e dizer que fico muito feliz em tê-lo aqui como companheiro.

Deputado Rene Barbour, eu ouvia as palavras de Vossa Excelência, que é o nosso Líder, e sem dúvida alguma o Deputado Duda Barros também se sente responsável por esse Governo, até porque o Deputado Duda Barros ajudou a eleger o Governador Dante de Oliveira duas vezes. E, no quente das discussões do PSDB, nós fizemos questão de frisar que o Deputado Duda Barros enfrenta exatamente a incompreensão que eu já enfrentei dentro do Partido, de ter ajudado na eleição do Governador Dante de Oliveira, mas não ter direito de divergir, Sr. Presidente.

O que o Deputado Duda Barros fez foi divergir dentro do Partido, lá na Grande Cáceres, onde nós temos, sem dúvida nenhuma, uma grande liderança, que é o Deputado Pedro Henry.

Neste momento, quero dizer que no PSDB cabem Vossa Excelência, o Deputado Pedro Henry e muitos outros ainda, Deputada Serys Slhessarenko, que podem somar com esse Governo que vai continuar depois de 2002 - eu não tenho dúvida - nas mãos do PSDB.

Então, eu quero desejar aqui as boas-vindas a Vossa Excelência e dizer que estarei aqui somando com os projetos de interesse de Cáceres, juntamente com Vossa Excelência, tanto eu como o Deputado Humberto Bosaipo, que defendemos aqui a sua posse. Quero dizer que a Mesa Diretora vai fazer de tudo para lhe dar o respaldo necessário para representar a sua cidade, a sua região.

Quero aqui, para encerrar, dizer que tanto eu como o Deputado Humberto Bosaipo fizemos uma intervenção junto ao Secretário-Chefe da Casa Civil, do Governador Dante de Oliveira e na tarde de hoje falei com o Secretário Fausto Faria. Estamos, portanto, aguardando que seja marcada uma reunião, que eu vou cobrar amanhã.

Sr. Presidente, não vamos aceitar mais essa protelação, até porque já faz dez dias que nós pedimos essa audiência. Conte conosco, a Polícia Civil (PALMAS)...

Estamos, não só visando assegurar o emprego, mas nós temos uma preocupação muito maior, que é a situação da Segurança no Estado de Mato Grosso, pois, se a Segurança em Mato Grosso passou por toda crise e hoje tem à sua frente um Secretário determinado, competente, que quer mudar essa situação, Deputada Serys, é preciso efetivar esses 650 e mais 1.000 para fazer isso, Deputado Rene Barbour (PALMAS).

Então, contem conosco, estaremos somando com a Polícia Civil! Tenho convicção de que o Governador tem um plano de ajuste e tem as suas preocupações motivadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós vamos fazer de tudo para provar que a admissão desses 650, Deputado Rene Barbour, não vai impactar tanto a Folha de Pagamento. Eu tenho convicção que os 4% que restam para inteirar os 60% são suficientes para contratar. Se não for os 650 de uma vez, que seja escalonado, 200, 200 e mais 250, mas que se contrate esses e, se necessário mais, porque nós não podemos admitir que a Segurança Pública em Mato Grosso continue o caos que está. Muito obrigado, Sr. Presidente e parabéns, Deputado Duda Barros (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Sr.^a Deputada e Srs. Deputados.

A chegada do Deputado Duda Barros a este Parlamento me faz parar para pensar. Realmente, eu acredito que estou ficando cada vez mais experiente. Esta seria a colocação mais amena para se dizer que a gente é um pouquinho mais experiente, para não dizer que é mais antigo, quanto à data de nascimento.

Deputado Duda Barros, tive a oportunidade de compartilhar com o senhor seu pai uma cadeira aqui neste Parlamento, e tenho a felicidade hoje de compartilhar com V. Ex^a também o Parlamento. Se, por um lado, me dá a sensação de ser um pouco mais experiente - vou me poupar - me dá também a imensa satisfação de poder passar de geração a geração da família de Vossa Excelência, compartilhando com os Senhores aqui no Parlamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado Duda Barros, sucesso! E, para que esse sucesso seja pleno, no que depender deste colega de Vossa Excelência, pode contar conosco.

Quero, neste momento, também, dizer a Vossa Excelência que se me orgulhei de ter participado neste Parlamento com o pai de Vossa Excelência, não me resta nenhuma dúvida que também vou me orgulhar de ter participado com Vossa Excelência. Um abraço, felicidades, e que nós possamos juntos fazer o melhor por Cáceres, por toda a região e pelo nosso Mato Grosso.

Quero também, Sr. Presidente, convocar e solicitar junto a Vossa Excelência, a possibilidade de uma reunião com os funcionários demitidos da Secretaria de Saúde para que nós possamos ver os mecanismos de reabsorção desse pessoal, tendo em vista que são pessoas que têm de doze a dezessete anos de serviços prestados à Secretaria de Saúde e que infelizmente não foram abrangidos pela Lei que os efetivava. De modo que eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência, *a posteriori*, a possibilidade de marcar um horário em que possamos discutir com eles as suas necessidades e aquilo que pode ser levado de intermediação deste Parlamento ao Governo e ao Executivo. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, colegas Deputados, minha saudação especial também ao novo colega, meu amigo, Deputado Duda Barros, a quem eu quero desejar as boas-vindas a esta Casa de Leis.

Quero dizer que sabemos das dificuldades que Vossa Excelência trilhou no campo dos embates políticos regionais para poder conseguir estar aqui. Também eu tive essa experiência, em 1994, quando passei muita dificuldade na disputa por espaço político em Cuiabá, o que ocasionou, inclusive, uma prisão de cinco dias para mim, por brigas políticas. Mas, depois, passado aquele período, nós vivemos com muita tranquilidade e é isso que eu lhe desejo. Que Vossa Excelência trilhe toda uma carreira brilhante!

Nós somos conhecedores de exemplos como o Deputado Federal Ricarte de Freitas, que veio para cá também nas mesmas condições de Vossa Excelência, o Deputado Pedro Satélite, que depois teve toda uma carreira vitoriosa. É isso que eu desejo a Vossa Excelência, que tem uma grande região, a região Oeste do Estado, que merece, que estava sendo injustiçada pelo esvaziamento de uma representação.

Deputado Duda Barros, quero dizer a Vossa Excelência, ao seu pai, ex-Prefeito Aluísio Barros; ao meu amigo Leo, Presidente do PSB, o meu Partido em Cáceres, que está aqui também na sua comitiva, que trabalha em consonância com Vossa Excelência; aos Vereadores; as Lideranças que estão aqui, que também gostaria de firmar um compromisso, porque se faz necessário dar uma resposta a esse pessoal aprovado no concurso da Polícia Civil... (PALMAS). Em todas as cidades por onde viajamos, recebemos comitivas perguntando como está a situação, e nós não tínhamos nem como responder.

Então, faz mais de dez dias, como disse aqui o Deputado Riva, que fizeram uma reunião para se ter uma solução, para se programar, nem que seja escalonado, como eu disse, em duas vezes, três vezes, para que o pessoal tenha uma noção do que é que está esperando por eles, e não ficar aí na situação que estão.

Eu faço aqui um apelo para que o Governo dê uma solução, porque se faz necessário essa contratação, porque a segurança do Estado precisa de reforço. Então, contem conosco também nesse apoio.

Deputado Duda Barros, seja bem-vindo, que seja, realmente, um ocupante daquela região, porque nós também temos uma participação em Rio Branco, em Pontes e Lacerda, Salto do Céu. Conte conosco também nos projetos que Vossa Excelência estará desenvolvendo para a região de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Cáceres. Um abraço a Vossa Excelência (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos, familiares do Deputado Duda Barros, companheiros e companheiras, trabalhadores da Polícia Civil.

Deputado Duda Barros, com certeza aqui nos defrontaremos como adversários ferrenhos. Adversários político-partidários, político-ideológicos, mas, como companheiros de trabalho, nós nos respeitaremos certamente.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, o saudamos pela sua chegada nesta Casa. Vamos acreditar que a sua juventude seja o contraponto que se faz necessário a muito caciquismo que está existindo em determinados Partidos, em especial no Partido que governa o Estado de Mato Grosso, feito de caciques que, realmente, querem impor a ferro e fogo as suas vontades, patrolando a maioria das questões que passam por esta Casa.

Nós gostaríamos de, também, acreditar, Deputado Duda Barros, que, como a sua juventude vem a ser um contraponto ao caciquismo, seja essa mesma juventude um contraponto na luta pelas necessidades do Estado de Mato Grosso. Que a Assembléia Legislativa, como bem se diz sempre, mas nem sempre o é, seja a caixa de ressonância dos interesses e necessidades da população do nosso Estado.

Vossa Excelência chega num momento em que temos muitos problemas, porque o Governador Dante de Oliveira, na abertura dos trabalhos aqui, veio e vendeu o paraíso neste Estado. E todos nós sabemos que isso não é verdade! Não é verdade porque estão aí inúmeros problemas. E agora não é o momento de elencá-los aqui, mas, vamos elencar um, aproveitando até a deixa do Deputado Riva, que falou há pouco sobre a questão da segurança.

Ele colocou que precisa e precisa mesmo ter uma posição política sobre a questão da segurança. Não é somente a contratação dos seiscentos e cinquenta policiais da Polícia Civil que tem que acontecer, e acontecer já! Não é só disso que nós precisamos. Nós precisamos de muito mais. Nós precisamos de preparo permanente da nossa Polícia; nós precisamos de condições dignas de trabalho para a nossa Polícia e nós precisamos, inclusive, de um novo concurso para a contratação de mais gente.

No entanto, está aí o Governador Dante de Oliveira, que não quer nomear os já concursados em nome da tal Lei de Responsabilidade Fiscal. O Sr. Valter Albano, sentado no seu patamar de chefe-maior deste Estado - ele se julga, porque ele se julga isso - dita as normas econômicas, e para ele não pode. Mato Grosso tem que se vergar, tem que se submeter à violência, porque, simplesmente, o Governo diz que não tem condições, que não tem recursos. Portanto, que Vossa Excelência entre nessa luta junto conosco.

Eu vi, há pouco, aqui, muitos governistas fazendo discurso, dizendo que precisa resolver a contratação já desses seiscentos e cinquenta policiais da Polícia Civil, concursados, que passaram por todas as etapas, a duras penas, foram milhares e milhares disputando uma vaga e, no entanto, ele diz que não pode contratar e fica por isso mesmo, como se na Segurança estivesse tudo bem, tudo muito bom.

Nós queremos contar com Vossa Excelência nessa luta já! Vamos começar hoje, já que as faixas estão aí!

Muitos governistas que apoiam o Governo, na hora que os policiais estão aqui nessas galerias, fazem discurso de apoio, depois não vão reivindicar junto ao Governo para que realmente se contrate. Isso precisa ser exigido já, a contratação. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão, familiares, amigos do Deputado Duda Barros.

Eu quero, Colega Deputado Duda Barros, dizer da nossa satisfação em tê-lo com assento neste Plenário. Para o PSDB, com certeza, com a sua vinda, nós estamos contemplando uma importante região de Mato Grosso, que, pela ausência de um representante nesta Casa, com certeza, se ressentido do melhor encaminhamento político das questões que afetam, não só o Município de Cáceres, mas todos os municípios daquela valorosa região do nosso Estado.

Entendo mais, que Vossa Excelência assumiu o cargo que lhe é e sempre lhe foi de direito na condição de Suplente eleito pelo povo, democraticamente, que ninguém teria o direito de usurpar-lhe esse espaço. Falo isso, por mais de uma vez coloquei a Vossa Excelência, a companheiros do Município de Cáceres, até mesmo na condição, se necessário fosse, de afastar-me para que Vossa Excelência pudesse assumir a sua vaga nesta Casa.

Com maturidade, Vossa Excelência, assim como o seu pai, pessoa que respeito, ex-Prefeito Aluísio de Barros, optaram por continuar conversando, como caminho de não só galgar esse espaço político, mas de, junto com isso, dar uma demonstração de que mesmo na divergência é possível construir, e acho que tem um simbolismo forte, um amadurecimento político das partes que geraram uma situação incômoda para o PSDB, incômoda até mesmo para esta Casa de Leis, para este Parlamento e talvez até um pouco incompreensível para o povo, aquele que o elegeu, aquele que votou.

Portanto, acho que todo esse episódio deve ser motivo de reflexão e de futuros acertos, para que a gente baste com os desacertos, principalmente dentro do nosso Partido, o PSDB.

Eu acho que começamos a voltar a acertar, com Vossa Excelência assumindo o nosso espaço, para que essa região de Mato Grosso possa ter a sua voz, como teve aqui brilhantemente representada, através de outro suplente, Deputado Túlio Fontes, que passou por aqui, galgou êxitos e hoje é prefeito daquele Município.

Falta-nos, talvez, estar mais habilitados, e de forma mais ágil, a conviver com essas situações de poder de uma maneira mais madura, mais clara, mais objetiva. E nós aprendemos exatamente, muitas vezes, nos tombos, nos desacertos e acho que o PSDB vai crescendo dessa forma.

Eu o recebo com alegria pessoal, com alegria partidária, pois acho que o PSDB ganha com a sua vinda, com a sua juventude, com certeza, com desejo de marcar sua presença nesta Casa e espero vê-lo unido àqueles que aqui querem efetivamente fazer valer a condição de representação popular, porque, com certeza, essa é a expectativa daquela gente que votou em Vossa Excelência, e mesmo os que não votaram, mas vêem hoje, depositados na sua atuação, a expectativa de um retorno em forma de benefícios àquela população que, com certeza, carece da atenção do Poder Público e para os quais nós devemos estar a serviço.

Seja muito bem-vindo!

E digo que a questão da Segurança Pública, na qual todos pegam uma brecha no protocolo a dizer, exatamente naquela região fronteira, com tudo o que representa... Também posso dizer aos companheiros que prestaram o concurso, que se habilitaram a um cargo dentro da estrutura da Polícia Civil Judiciária de Mato Grosso, que entendo também que é legítimo o direito de reivindicar. Nós não precisamos só de seiscentos e cinqüenta, precisamos de mais e mais na Polícia Militar, como precisamos cada vez mais de menos discurso e mais eficiência e competência na condução da Segurança Pública em Mato Grosso.

Portanto, acho que termos um maior efetivo de recursos humanos é importante, mas que isso ocorra com a devida e necessária capacitação e condições de operacionalização de suas atividades.

Esta Casa deve, de maneira mais prática, Sr. Presidente, nesse tocante aos aprovados no concurso, que legitimamente reivindicam a sua inclusão no quadro da Polícia Civil, formalizar,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

através de uma moção, de um requerimento ou de uma reunião, através do nosso grande Líder, Deputado Rene Barbour, para que pudéssemos dar uma definição em relação a esta questão, para que nós não tenhamos a cada Sessão uma representação desses trabalhadores que esperam angustiados por uma definição.

Então, no mínimo esta Casa teria que ver uma intercessão mais pragmática, mais objetiva junto ao Governo, para a qual me coloco à disposição do nosso Líder de Bancada, se pudermos colaborar nesta empreitada.

Deputado Duda Barros, seja bem-vindo e concluo as minhas palavras desta forma. Acho que é o início de voltarmos a acertar e começando por uma região, uma parte importante de Mato Grosso e uma parte importante do PSDB, que traduz bem os momentos difíceis pelos quais o nosso Partido atravessa.

Portanto, se é possível acertar naquelas circunstâncias, é possível acertar em outras, mesmo porque, entendo que prevaleceu o diálogo, o bom senso e o juízo político. Muito obrigado e seja bem-vindo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

Antes, porém, queremos cumprimentar o Presidente da Câmara de Colíder, o Vereador Nilson Santos e o Vereador Osmar, também de Colíder. Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, não vi ainda nada regimental, talvez por falta de um pouco mais de leitura ou talvez não exista no nosso Regimento, mas solicito a Vossa Excelência, se regimental ou não, que conceda um minuto de silêncio em memória da morte do nosso grandioso Líder do PSDB, o Governador de São Paulo, Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós pediríamos que todos desligassem os celulares, atendendo o pleito do ilustre Deputado, e que ficássemos de pé para obedecer ao requerimento verbal que esta Presidência aprova.

(NESTE MOMENTO, OS SRS. DEPUTADOS PERMANECEM EM SILÊNCIO PELO PERÍODO DE UM MINUTO)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Cumprido um minuto de silêncio, continua com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, funcionários desta Casa, Srs. Deputados, nobre Deputado e amigo Duda Barros, que neste momento toma posse, seus amigos, sua família, em especial o seu pai, ex-Deputado, Dr. Aluísio Barros.

Sr. Aluísio Barros, do pouco que olhei para Vossa Excelência e vi nos seus olhos, quando o seu filho disse: “Assim eu prometo”, o orgulho de um pai, pois Vossa Excelência sabe o quanto é importante passar por esta Casa e dizer que é um dos representantes do povo mato-grossense. Vossa Excelência que foi Deputado, um grande Deputado, traz para esta Casa o seu filho.

E, na história de Cáceres, nós que a conhecemos um pouco, mas não vamos entrar nesse detalhe, depois de passadas as eleições, eu tenho certeza que, como homem público, como pai de família, como cidadão, como eleitor, não foi, conforme as palavras da Deputada Serys Slhessarenko, que não foi o caciquismo do PSDB, foi caciquismo isolado. Eu concordo com Vossa Excelência que queriam tirar o direito das urnas e deixar aqui um jovem, o direito dele de lutar por aquela região.

Eu sou testemunha aqui do empenho, Deputado Humberto Bosaipo, sou testemunha, fui numa reunião juntamente com o Deputado Riva para discutir essa situação que nós não aceitávamos, lá estava o nosso Líder de Partido, o Deputado Roberto Nunes também estava presente.

Então, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Riva, Deputado Roberto Nunes, nós também achávamos que a situação não poderia ser aceita, inclusive o próprio Governador naquele dia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

viu também que essas questões não poderiam ficar dessa maneira e tomou uma posição como tomou aqui na Assembléia Legislativa.

Eu acho, Deputado Duda Barros, e tenho certeza que Vossa Excelência não é um Mário Covas, mas a data Vossa Excelência guarda e quem lhe deu isso foi o povo daquela região, seus amigos, seus parentes. Que Vossa Excelência coloque em primeiro lugar Deus, muita fé, para que possa passar por cima disso tudo. Rabisque esse caciquismo, essa história de caciquismo. Vossa Excelência tem muito a dar para Mato Grosso, um jovem trabalhador e vai provar porque veio, tem história e o futuro de Vossa Excelência é que vai dizer, a sua postura e a de sua família que nós conhecemos bem.

Como o admiramos, também admiramos muito aquele que hoje é o Prefeito atual, nosso amigo, que foi Deputado nesta Casa, Túlio Fontes, a quem também temos o compromisso de apoiar.

Por isso, eu acho que as palavras do Deputado Emanuel Pinheiro foram muito valorosas aqui, quando ele disse que aqui nós éramos, sim, e somos, amigos. Vossa Excelência vai ter aqui uma família, jovens iguais a Vossa Excelência, Deputados Campos Neto, Moacir Pires, igual a mim, Deputado Rene Barbour, nós somos grandes amigos de todos aqui, todos nós somos uma família, independente de idade.

Para encerrar, quero dizer sobre a questão da Polícia Civil: direito adquirido não se discute. Esse é o papel nosso, fundamental enquanto Deputados, obrigados por vocês, mas também não podemos omitir aqui a nossa responsabilidade, uma vez que nesta Casa esteve o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento e, que nós aprovamos o Orçamento do Estado e sabemos a realidade do Estado.

Se alguém aqui tem o interesse que este Estado volte ao retrocesso de três ou quatro folhas de pagamento atrasadas... Eu acho que ninguém tem esse interesse, pelo contrário, temos interesse, sim, que o Governo pague mais em dia ainda, porque tem alguns atrasos aí, que ele pague no mês - é uma reivindicação nossa também - o salário de todo servidor do Estado de Mato Grosso.

É claro que um número de cento e cinquenta é horrível! Vamos achar a solução para que isso seja atendido. Seiscentos e cinquenta só, vai atender? Não! Sabemos que não vai. Todos nós aqui somos cientes disso.

Agora, fazer discursos na tribuna em época de eleições, é muito fácil. Nós temos que agir com maior responsabilidade, pois, este Governo que está aí esteve na Assembléia Legislativa várias vezes aqui com seus secretários e nos trouxe a realidade do Estado. Se alguém tem dúvidas, é muito fácil, é só requisitar de novo, porque eu tenho certeza que o nosso querido Líder, Deputado Rene Barbour, trará aqui qualquer Secretário para explicar a situação financeira do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial o novo Deputado, Duda Barros.

Além de desejar boas-vindas a Vossa Excelência, eu queria lhe agradecer, porque, em fevereiro do ano passado, quando eu lhe telefonei, que era vereador, para que desse a oportunidade para o nosso companheiro do Vale do Araguaia, Deputado Baú, Vossa Excelência, com toda sua boa vontade cedeu, e o companheiro Baú representou o Vale do Araguaia por, praticamente, seis meses. Em nome do ex-Deputado Baú eu agradeço a Vossa Excelência a oportunidade dada a ele e quero dizer que seja bem-vindo a nossa Casa.

Aos concursados da Polícia Civil eu quero dizer que, como Deputado Estadual do Vale do Araguaia, quando soube que o Governador não iria contratar os seiscentos e cinquenta fiz uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

carta para ele, uma correspondência - inclusive eu tenho essa correspondência em meu gabinete e posso mostrá-la a todos - pedindo que ele analisasse a situação, e que, se pudesse, baseado na situação em que está a Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, revisse - eu usei esse termo - o quadro. E que, se não contratasse os seiscentos e cinquenta, pelo menos contratasse a metade e depois a outra metade, mas que isso fosse este ano. E alguns dos Senhores assim o fizeram.

Sem demagogia, eu fiz isso assim que soube que o Governador não iria contratar os seiscentos e cinquenta. Eu era Líder do Partido e enviei essa correspondência ao Governador e posso mostrá-la a todos. É importante, é necessário, mas o Governador diz que, realmente, não pode. Só que eu, como Deputado e Líder do PSDB, à época, no começo do ano fiz essa correspondência. É nosso interesse e, principalmente, da nossa região, que está precisando. Nós queríamos que o Governador contratasse, mas, infelizmente, ele diz que não pode. Obrigado (PALMAS).

O Sr. Duda Barros - Sr. Presidente, solicito a palavra, pelo Protocolo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Com a palavra. pelo Protocolo, o Sr. Deputado Duda Barros.

O SR. DUDA BARROS - Sr. Presidente, demais Colegas Deputados, é com muito orgulho e muita responsabilidade que ora ocupo a tribuna deste Parlamento para representar uma região de dezenove municípios. É um pouco nervoso, com um pouco de nervosismo, que estou falando para muitas celebridades desta Casa, como Deputado Rene Barbour, Deputado Benedito Pinto, Deputado Joaquim Sucena, Vossa Excelência, Sr. Presidente, porque eu, ainda, não deslanchei na vida pública, mas o meu discurso, Sr. Presidente, será mais de agradecimentos.

Primeiramente, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu agradeço a Deus, em primeiro lugar. Muitas vezes Vossas Excelências vão me ouvir falar em Deus, porque foi graças a Ele que nós conseguimos ter a paciência, ter a humildade para podermos chegar a fazer parte e chamá-los de colegas nesse Parlamento. É com essa humildade que eu quero concluir esse tempo que me será dado na Assembléia Legislativa como Deputado.

Em segundo lugar, agradeço à minha família, em especial ao meu pai, a minha mãe, que estão presentes, ao meu irmão, à minha cunhada, e é com muito orgulho e satisfação que me vejo na tribuna, hoje, representando o Parlamento Mato-grossense, onde já foi ocupado um assento pelo meu pai.

Pode ter certeza, Sr. Presidente, que estaremos aqui honrando o Parlamento Mato-grossense e também estaremos honrando a família Barros, como é de costume de meu pai e de toda nossa família.

Agradecemos também ao Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, por nos proporcionar essa vaga de Deputado Estadual, que ora estamos assumindo na volta de um Deputado Estadual para a Secretaria de Agricultura. Se não fosse pelo Governador Dante de Oliveira, mais uma vez, Cáceres ficaria sem um representante.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Senhor 1º Secretário desta Casa, quando, em novembro do ano passado, começamos um encaminhamento de conversas junto ao Governador Dante de Oliveira para que nós pudéssemos assumir uma cadeira neste Parlamento e representarmos uma região tão ampla e tão abandonada durante dois anos.

Agradeço imensamente ao Presidente da Assembléia que, em todo momento, "jogava uma gasolina" naquela "lenha", naquela "brasa" que estava quase apagando, mas ele "jogava gasolina", e me deixava com a chama acesa, para que nós tivéssemos paciência, porque nós conseguiríamos chegar a este momento tão glorioso para mim, para a minha família e para a nossa região toda.

Agradeço a toda população de Cáceres e do Oeste Mato-grossense. Nós que fizemos uma campanha em menos de sessenta dias, enquanto alguns faziam campanha de avião, nós fazíamos campanha de sol-a-sol, de casa a casa, pedindo votos, não somente para mim Deputado Estadual, como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

também para o Deputado Federal Pedro Henry, para o Senador Antero Paes de Barros, para o Governador Dante de Oliveira e também para o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Foi com muito orgulho que fiz isso nas eleições passadas, e vou voltar a fazer nas próximas eleições, se for a vontade de Deus, Deputado Wilson Teixeira Dentina, voltar a trabalhar e pedir votos para o nosso Partido do PSDB, para nossos companheiros do PSDB, porque é graças a este Partido que eu estou tendo a oportunidade de estar com Vossas Excelências e poder, quero dizer mais uma vez, chamá-los de colegas Deputados.

Então, eu agradeço à população de Cáceres, aos Vereadores de Cáceres aqui presentes!

Sr. Presidente, infelizmente, não trouxemos muitas pessoas, porque já foram marcadas datas e datas para tomarmos posse e nunca “desenrolava esse novelo”. Mas, então, quando foi falado: “Duda, você vai tomar posse amanhã”, ontem eu já estava aqui. Então, agradeço aos Vereadores de Cáceres!

Vossas Excelências podem ter certeza do anseio da população cacerense, principalmente em ter um representante, por isso é que nós temos aqui vereadores do PFL, do PSB, do PTB, PSDB, e PMDB, principalmente, representado aqui pelo nosso Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, César Davi Mello.

Um agradecimento especial também, Sr. Presidente, que não posso deixar de fazer imensamente, é ao ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara de Cáceres, Sr. Lúcio de Oliveira Filho, que foi um dos coordenadores da minha campanha.

Então, meus colegas Deputados, vou precisar muito da experiência e da sabedoria de cada um dos Senhores. Nós temos aqui alguns colegas que também tiveram votos na nossa região, que também têm uma responsabilidade em nos ajudar, como é o caso do nosso Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado Eliene, do Deputado Rene Barbour, do Deputado Joaquim Sucena, da Deputada Serys Slhessarenko, nos assentamentos rurais - hoje, em Cáceres, temos o maior volume de assentamentos rurais - vamos precisar muito dessa experiência, dessa compreensão de Vossas Excelências, para que nos ajude, para que possamos, em um ano que ficarmos aqui na Assembléia Legislativa, ganhar pelos dois em que não tivemos representantes.

Deputada Serys Slhessarenko, ao pessoal da Polícia Civil, quero dizer que seiscentos e cinquenta não é realmente, em momento algum, o ideal para Mato Grosso. Cento e cinquenta deveria ser somente para Cáceres. Portanto, não são somente seiscentos e cinquenta que estão sendo pisados, machucados, até um determinado momento, porque é de direito, mas nós temos quase cem mil habitantes em Cáceres, onde o que mais nos afeta é a falta de segurança pública, é a falta de policiamento em nossa cidade, que é uma zona, que é uma área...(PALMAS).

Vossa Excelência que fez parte - estivemos acompanhando de longe - da Comissão da CPI do Narcotráfico, pôde andar em nossa região e sabe o quanto é difícil eliminar o narcotráfico em nossa região.

Então, nós precisamos não somente de seiscentos e cinquenta - eu acho que só Cáceres comportaria os seiscentos e cinquenta, pois lá o índice de criminalidade é muito grande e nós temos que trabalhar por isso também.

Agradeço, Sr. Presidente, mais uma vez a sua pessoa, ao meu Presidente do PSDB de Cáceres, José Guaresqui, que também nos ajudou nessa conversação, ao Deputado Pedro Henry, que de última hora resolveu e aceitou a idéia de que Cáceres precisava de um Deputado Federal e também de um Deputado Estadual para ajudá-lo, pois era o nosso compromisso de campanha termos de Presidente da República a Prefeito Municipal, todos do PSDB, trabalhando por Cáceres, principalmente por Cáceres e por toda nossa região.

Hoje, não tenho o pai como Prefeito - naquela época, fizemos a campanha quando o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

meu pai era Prefeito de Cáceres - hoje, eu tenho um companheiro, um colega, um amigo, que é o Túlio Fontes, como Prefeito de Cáceres. Vamos estar trabalhando de Deputado Federal, Senador, Governador, Presidente da República, e agora também o representante no Parlamento Estadual, para ajudarmos o Município de Cáceres.

A todos vocês, àqueles que me ajudaram, o meu muito obrigado, ao Deputado Roberto Nunes, ao Deputado Emanuel Pinheiro, ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, ao Deputado Rene Barbour, todos companheiros do PSDB, ao Presidente do PSDB regional, Luís Soares, que também me deu uma força muito grande. Peço a compreensão de todos, que me ajudem para que neste ano possamos ganhar os dois anos perdidos para trás. Que Deus ilumine a todos e que nos ilumine também nessa nova vida, nessa nova caminhada, nessa nova empreitada da nossa vida. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Presidência, em nome da Mesa Diretora, deseja ao ilustre Deputado Duda Barros sucesso, felicidades, como diz aquela faixa ali da Associação dos Filhos e Amigos de Cáceres. Nós também recebemos o Deputado de braços abertos e já comunico a Vossa Excelência, que fará parte da Comissão Municipalista, substituindo o Deputado Chico Daltro.

Encerrados os discursos, passemos aos trabalhos e espero que Vossa Excelência procure, amanhã, o setor competente da Casa, o Setor de Pessoal, para retirar a sua Carteira Parlamentar. E, no retorno do Deputado J. Barreto, que vai em missão oficial da Casa, faça também a sua inscrição na UNALE, União Nacional dos Legislativos Estaduais do Brasil, para que possa participar dessa família unalense e que a região de Cáceres seja contemplada com um trabalho parlamentar brilhante que, eu tenho certeza, Vossa Excelência irá desenvolver.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, para indicar o Deputado Duda Barros em todas as Comissões permanentes em que o Deputado Chico Daltro fazia parte.

Quero também, Sr. Presidente, pedir a palavra, pela Liderança, para que o Deputado Carlos Brito possa fazer uso da mesma, se assim Vossa Excelência permitir.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não será possível, uma vez que já vou passar para a Ordem do Dia. Mas Vossa Excelência poderá falar nas Explicações Pessoais, uma vez que a nossa pauta é de apenas três Projetos e será uma pauta bem rápida. Se Vossa Excelência concordar...

O Sr. Riva - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de apresentar no Pequeno Expediente, mas eu gostaria apenas de solicitar aos Srs. Deputados, se assim o desejarem, que assinem a Moção de Pesar, de autoria das Lideranças Partidárias. Vossa Excelência me designou para que eu mandasse redigir a Moção de Pesar pela grande perda desse valoroso e honrado homem público Mário Covas. Eu dizia agora há pouco à imprensa mato-grossense que, sem dúvida alguma, o Brasil, a política nacional amanheceu mais pobre, perdeu sem dúvida nenhuma um dos homens mais honrados. O PSDB perde um grande líder, mas ganha um grande símbolo.

Eu gostaria de deixar sobre a mesa, aqui na Assessoria, para que os Srs. Deputados que assim o desejarem, possam assinar a Moção de Pesar endereçada aos familiares e por que não a todas as lideranças de São Paulo, pela grande perda.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Comunicamos ao Deputado Duda Barros que ele também fará parte da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós estamos na Ordem do Dia, e Vossa Excelência pode pedir a palavra pela Ordem, para algum informe. É urgente?

O Sr. Rene Barbour – Apenas para um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sim. Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, aconteceu um desastre horrível, no sábado, e eu não poderia deixar de fazer um pronunciamento diante desse fato que repercutiu em todo Médio Norte do Estado de Mato Grosso. Vossa Excelência cancelou o Pequeno Expediente, onde eu iria fazer uso da palavra, mas eu teria que fazer esse comunicado.

O Médio Norte de Mato Grosso está de luto, Sr. Presidente, pois morreu um jovem batalhador, que foi vereador, Presidente da Câmara, Secretário de Saúde, que foi eleito Vice-Prefeito, e hoje ocupava a Secretaria de Saúde. No desastre ocorrido na noite de sábado passado, perdeu a vida, e é necessário que se diga da bravura desse jovem.

Ele fazia o Curso de Direito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vindo à noite numa Van, de Barra do Bugres aqui para uma Faculdade de Direito, fez todo o curso e, neste ano, ele receberia o diploma, mas, na sua volta, ele perdeu a vida! É uma pessoa muito estimada em toda região. Estou aqui com uma Moção de Pesar preparada, o Deputado Joaquim Sucena esteve lá também no sepultamento.

Eu entrego esta Moção de Pesar nas mãos de Vossa Excelência:

Com fundamento no art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada aos familiares e a população do Município de Barra do Bugres e aos Municípios do Médio Norte, a Moção de Pesar, pelo falecimento infausto do Vice-Prefeito Roosevelt Figueiredo Lira, vazada nos seguintes termos:

“A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por unanimidade de suas Bancadas, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar-se nos seguintes termos:

Roosevelt Figueiredo Lira, nasceu em 03 de junho de 1959, na cidade de Barra do Bugres, filho de João Cândido Lira e Paulina Figueiredo Lira, faleceu em 02/02/2001. Casou-se com Maria Edileuza Oliveira Lira, tendo desta união nascido um filho, Heberon de Oliveira Lira, hoje com 12 (doze) anos de idade.

Nas diversas atividades que exerceu, destacou-se na vida política quando foi eleito vereador, no 1º mandato de 1989 à 1992 e no 2º mandato de 1997 à 2000.

Dedicou sua vida para fazer o bem e atenuar a dor de seus semelhantes, apresentando vários projetos inteligentes com soluções imediatas para a sua cidade, graças a sua visão empreendedora e pela dedicação na busca do desenvolvimento.

Na sua trajetória de trabalho, foi ainda, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres pelo período de 1981 à 1982.

Atualmente eleito vice-prefeito na Cidade de Barra do Bugres, exercia o cargo de Secretário de Saúde, onde se destacava pela dedicação e atenção aos mais desafortunados, não medindo esforços para solucionar todos os problemas da população.

A morte do vice-prefeito, Roosevelt, deixou consternada toda a população não só do Município de Barra do Bugres como também dos municípios da região, onde gozava de muitas amizades e do respeito que lhe dedicavam como pessoa e como homem público”.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Entrego também, Sr. Presidente, um Projeto de Lei autorizativa, para que a CODEMAT doe ao Município, à Prefeitura de Salto do Céu, um imóvel que está lá sem nenhuma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

utilidade e poderá prestar um grande serviço aos pequenos produtores. Eu não posso extravasar a boa vontade de V. Ex^a e de ler este Projeto de Lei, por isso, passo-o diretamente as mãos do Presidente da Casa.

Dispõe sobre a doação do imóvel que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetivar a doação do imóvel de propriedade da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT, situado na Rodovia Estadual MT-405, localidade denominada de Salto das Nuvens, com uma área 86,776ha, para a Prefeitura do Município de Salto do Céu, com o objetivo de ser implantado o “Programa Granja de Qualidade” de Suinocultura.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a promover a doação do imóvel rural de propriedade da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT, situado na Rodovia Estadual MT-405, localidade denominada de Salto das Nuvens, no Município de Salto do Céu, conforme cópia do laudo de avaliação de bens de imóveis em anexo.

O terreno tem forma aproximadamente retangular, com 500.00m de frente para a Rodovia MT- 405, possui revestimento primário, por aproximadamente 1.800,00m de fundos, num total de 37,190ha, com edificações e obras civis que já fazem parte de um projeto de suinocultura e uma Escola Agrícola sue foi construída em convênio com a Prefeitura Municipal de Salvo do Céu em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação. O objetivo do presente Projeto de Lei é implantar o “Programa Granja de Qualidade” de suinocultura que visará o estímulo de novas indústrias do ramo para a região, gerando aproximadamente mais de 300 empregos indiretos.

Daí a razão do presente projeto, bem como da expectativa de que o mesmo terá o apoio dos Srs. Deputados para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de março de 2001.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Na Ordem do Dia, antes de colocar qualquer matéria em votação, solicito aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Riva, Alencar Soares, Benedito Pinto, Eliene e Zé Carlos do Pátio, que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, nós marcamos, como o membro mais idoso da Comissão a reunião e foi eleito, por aclamação, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Riva e, como Vice-Presidente, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, Deputados: Roberto Nunes, Chico Daltro, José Carlos de Freitas, Eliene e Serys Shlessarenko, que apresentem os nomes do Presidente e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Eliene - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, informo que fiquei como Presidente dessa Comissão e, como Vice-Presidente, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão de Terras e Meio Ambiente, Deputados: Rene Barbour, Pedro Satélite, Jair Mariano, José Carlos de Freitas e Jair Mariano, que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, reunimo-nos hoje, à tarde. O Deputado Jair Mariano não se encontra presente, mas, nós informamos que, por votação, nós escolhemos, como Presidente, o Deputado Jair Mariano, e, como Vice-Presidente, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputados: Wilson Teixeira Dentinho, Carlos Brito, J. Barreto, Amador Tut e Silval Barbosa, que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, atendendo a um pedido dos nossos companheiros, fomos eleito como Presidente e como Vice-Presidente foi eleito o Deputado Amador Tut.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão de Redação, Deputados: Riva, Emanuel Pinheiro e Silval Barbosa, que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

(NESTE MOMENTO, A CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA DA MESA DIRIGE-SE À PRESIDÊNCIA - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão de Revisão Territorial, Deputados: Rene Barbour, Pedro Satélite, Jair Mariano, J. Barreto e Zé Carlos do Pátio, que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, comunicamos a V. Ex^a que reuniram-se hoje os Deputados Zé Carlos do Pátio, Nico Baracat e nós. Pela votação, ficou como Presidente o Deputado Pedro Satélite, como Vice-Presidente, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos membros da Comissão Municipalista: Deputados Wilson Teixeira Dentinho, Chico Daltro, Deputado Campos Neto, Deputado Eliene e Deputado Silval Barbosa que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Eliene - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Eliene.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, em votação também, eu fui eleito Presidente e o Deputado Campos Neto foi eleito Vice-Presidente da Comissão Municipalista.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos Membros da Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso: Deputado Carlos Brito, Deputado Pedro Satélite, Campos Neto, Serys Shessarenko e Nico Baracat que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão...

Estou sendo comunicado que ainda não foi escolhido o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão.

Solicito aos membros da Comissão de Agropecuária, Indústria e Comércio: Deputados Alencar Soares e Rene Barbour, José Carlos Freitas, J. Barreto e Deputado Moacir Pires que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr Moacir Pires - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, por aclamação, foi eleito o Deputado Alencar Soares como Presidente e eu, Deputado Moacir Pires, como Vice-Presidente.

O Sr. José Carlos Freitas - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, como membro da Comissão de Indústria, Comércio e Agricultura, quero pedir a Vossa Excelência, se possível, que fosse revista novamente essa eleição, tendo em vista que eu, como membro, fui convocado para a reunião às 16:30 horas, mas eu estava numa audiência com um Prefeito, na Secretaria de Estado, e essa eleição foi realizada às 16:00 horas. O meu boletim de informação interno da Casa estava registrado às 16:30 horas. Infelizmente, eu fui prejudicado...

Eu gostaria muito de atuar nesta Comissão, de participar, porque nós estamos com uns trabalhos novos para mostrar aqui na Casa, voltados para a agricultura e pecuária do Estado. Infelizmente, eu fiquei numa situação difícil, por questões de minutos, pois, talvez, os colegas tenham antecipado a votação.

Eu sei que o Deputado J. Barreto, que é da Comissão, o Deputado Moacir Pires, o Deputado Rene Barbour, que compõem essa Comissão, poderiam, talvez, rever e gostaria de pedir a Vossa Excelência que olhasse para que nós pudéssemos juntos fazer um grande trabalho nessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu pergunto aos Deputados Alencar Soares, Rene Barbour, José Carlos Freitas, J. Barreto e Moacir Pires se há condições de um novo entendimento, tendo em vista o pleito do eminente Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. Moacir Pires - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Eu sugiro que o Deputado José Carlos Freitas corrija seu relógio, pois o Deputado chegou atrasado, não chegou às 16:30 horas, pois a reunião foi aberta às 16:30 horas, quando foi realizada a votação onde foi eleito o Deputado Alencar Soares, não havendo, portanto, possibilidade de rever o posicionamento do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito aos Membros da Comissão de Minas e Energias: Deputados Alencar Soares, Riva, Jair Mariano, Eliene e Joaquim Sucena que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Solicito aos membros da Comissão de Segurança Pública e Comunitária: Deputados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Roberto Nunes, Amador Tut, Benedito Pinto, J. Barreto e Zé Carlos do Pátio que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, foi marcada uma reunião e não tivemos *quorum* para a decisão, de modo que solicito à Mesa que seja feita uma nova convocação, tendo em vista que há também a substituição do Deputado Riva pelo Deputado José Carlos Freitas, de modo a podermos fazer uma nova reunião para a escolha dos Presidente e Vice-Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Determino à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa as providências cabíveis e necessárias para atender o pleito do requerente, membro efetivo da Comissão.

Solicito aos membros da Comissão de Segurança Pública e Comunitária: Deputados Roberto Nunes, Amador Tut, Benedito Pinto, Hermínio J. Barreto e Zé Carlos do Pátio que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, a substituição do Deputado Riva pelo Deputado José Carlos Freitas ainda não foi decidida, uma vez que a nossa Bancada tem divergências de idéias e eu, como Líder da Bancada, não decido essa posição sem ouvir os meus liderados, que são os meus colegas Deputados, os meus colegas de Bancada. Quem vai decidir são eles, Sr. Presidente, essa substituição, ou não, pelo Deputado José Carlos Freitas, mas eu acredito que a Bancada é soberana e vai chegar a um consenso e indicar ou não o Deputado.

Sr. Presidente, tivemos hoje uma reunião na Sala de Reunião da Comissões, onde fui aclamado Presidente da Comissão de Segurança Comunitária. Eu fui aclamado pelos demais Pares, o companheiro J. Barreto retirou o seu pleito, a sua candidatura, em apoio ao nosso nome e eu quero agradecer ao Deputado Benedito Pinto, ao Deputado Amador Tut, ao Deputado J. Barreto, que fazem parte dessa Comissão. E como Vice-Presidente ficou o Deputado Amador Tut. Agradeço também o Deputado Zé Carlos do Pátio, que foi membro da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Uma vez indicada a Presidência da Comissão de Segurança Comunitária, Deputado Roberto Nunes, a Mesa designa Vossa Excelência, bem como o Deputado Amador Tut, o Deputado Benedito Pinto, o Deputado J. Barreto e o Deputado Zé Carlos do Pátio para acompanhar oficialmente, pela Casa, as aspirações dos aprovados no concurso da Polícia Civil junto ao Governo do Estado (PALMAS).

Solicito aos membros da Comissão de Direitos Humanos: Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Gilney Viana e Deputado Zé Carlos do Pátio que apresentem os nomes do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, nós reunimos essa Comissão hoje e foi eleito Presidente o Deputado Gilney Viana e, como Vice-Presidente, o companheiro de Rondonópolis, Deputado Zé Carlos do Pátio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Casa solicita às Comissões que não indicaram os seus membros para Presidente e Vice-Presidente que o façam até amanhã, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Sessão noturna.

Em discussão as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Em discussão as Moções apresentadas pelo Deputado Rene Barbour, pelo Deputado Humberto Bosaipo e Deputada Serys Slhessarenko. Encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria das Lideranças Partidárias, endereçada à família, aos amigos e às lideranças paulistas, da pessoa do Dr. Mário Covas, pelo seu falecimento ocorrido no dia 06 de março de 2001.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Especial com a finalidade de discutir o BID/Pantanal, que será realizada no dia 23 de março, às 08:00 horas, na cidade de Poconé.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Solene com a finalidade de comemorar o Dia de Rondon, que será realizada no dia 03 de maio, às 20:00 horas.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Especial com a finalidade de discutir o Ano Internacional do Voluntário.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Especial com a finalidade de comemorar os quinze anos da Pastoral da Criança em Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a convocação de Sessão Especial com a finalidade de discutir a FERRONORTE, na cidade de Alto Taquari.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Mesa Diretora, solicitando a instauração de auditoria contábil pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, junto à Prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade, no período de janeiro a março de 2001.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, à Mesa Diretora, solicitando a constituição de uma Comissão Especial Pluripartidária, composta por cinco membros, com a finalidade de acompanhar a aplicação dos recursos do BID/Pantanal.

A Presidência encaminha o presente Requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, para deliberação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Todos os pedidos de formação de Comissão Especial dos assuntos que tratam as Comissões Técnicas, nós vamos encaminhar às Comissões, inclusive, à Comissão que Vossa Excelência é titular, para discutir na Comissão.

O Sr. Zé Carlos Do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É só uma dúvida, Sr. Presidente, nós estamos criando essa Comissão Especial para acompanhamento dos recursos do BID/Pantanal, queremos perguntar para Vossa Excelência o seguinte: os requerimentos de audiências públicas, esses também vão para as comissões ou eles serão votados em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Serão votados em Plenário.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ah, então, só as Comissões Especiais que não...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Se Vossa Excelência quiser, nós votamos este aqui também, mas o certo seria votar nas Comissões. Se Vossa Excelência desejar, eu voto...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Se Vossa Excelência puder, eu ficarei muito grato.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio. Encerrada a discussão...

(NESTE MOMENTO, O CONSULTOR TÉCNICO-JURÍDICO DA MESA DIALOGA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria de informar, Deputado, que já existe uma Comissão Especial aqui aprovada com a finalidade de aprovar a execução dos projetos do Programa BID/Pantanal, com prazo de doze meses. Ela ainda não foi instalada e é composta pelos seguintes Srs. Deputados: Nico Baracat, Carlos Brito, Rene Barbour, Eliene e J. Barreto.

Ela foi criada, não foi instalada e dou prazo até quinta-feira, para que essa Comissão se instale e apresente os nomes dos cargos diretivos e entre em entendimento com o Deputado Zé Carlos do Pátio.

Requerimento de autoria do Deputado Riva, ao Exmº Sr. Secretário de Educação, solicitando informações sobre a aplicação da Lei Complementar n.º 50/98, e sobre as condições que se encontra a estrutura física das unidades educacionais da rede pública estadual...

(O SR. PRESIDENTE HUMBERTO BOSAIPO FAZ SOAR A CAMPAINHA).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito a atenção dos Srs. Deputados, porque eu tenho dificuldade em falar com outras pessoas falando - repito aos colegas.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário do Deputado Alencar Soares. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Eliene, em co-autoria com o Deputado Riva, solicitando a realização de uma Audiência Pública, a ser realizada no Auditório Milton Figueiredo, no dia 11 de abril, às 15:00 horas, para tratar do assunto Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande.

Este Requerimento está prejudicado.

Os ilustres Deputados Eliene e Riva estão, ainda, na Casa? Uma vez que o Deputado Carlos Brito já apresentou requerimento solicitando audiência pública, esta Mesa, através da Presidência, já convocou o Deputado e ele está tomando providências para marcar a data para a realização da Audiência Pública.

(NESTE MOMENTO, A CONSULTORIA-TÉCNICO JURÍDICA DA MESA DIRIGE-SE À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

PRESIDÊNCIA - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Comunicou-me a Consultoria Técnico-Jurídica que a Audiência foi marcada para o dia 13 de março, às 15:00 horas.

Requerimento de autoria do Deputado Eliene, em co-autoria com o Deputado Riva, solicitando a realização de Sessão Especial, para o dia 04 de abril, às 20:00 horas, com a finalidade de se comemorar o 96º Aniversário do Rotary Internacional e homenagear rotarianos.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Eliene, em co-autoria com o Deputado Riva, solicitando a realização de Sessão Especial, para o dia 21 de março, Dia Internacional da Luta contra o Racismo, com a finalidade de refletir sobre a questão racial e prestar homenagens às Lideranças do Movimento Negro do Estado e do País.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, solicitando a realização de uma Audiência Pública, a ser realizada em Rondonópolis, com a FEMA, com o objetivo de se discutir melhores estruturas para o desenvolvimento de um trabalho de fiscalização na Unidade Regional de Rondonópolis.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, endereçado ao Exmº Sr. Secretário de Saúde, Dr. Júlio Müller, com cópia à Secretaria de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde de Rondonópolis, indagando sobre a composição do PSF-Programa Saúde da Família.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio, autor do Requerimento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós estamos fazendo esses questionamentos porque o Município de Rondonópolis vem reclamando muito a falta de condições para implantar o PSF - Programa Saúde da Família. Quando nós fazemos audiências com o Secretário de Saúde do Estado, ele diz que o melhor projeto é esse.

Na verdade, Deputado Joaquim Sucena, a cada dia que passa, Vossa Excelência que é médico sabe, as atribuições dos municípios estão sendo cada vez maiores. O discurso do Secretário Municipal de Saúde está sendo cada vez maior, o discurso é bonito, de saúde preventiva, de implantação de programas de saúde, mas, na verdade, o Município de Rondonópolis, em 1983, investia dois, três por cento em saúde pública, e hoje nós estamos investindo vinte e cinco por cento, só que a contrapartida do Governo Estadual é muito pequena.

Em cima dessa discussão é que eu quero aqui saber por que esse programa é tão bom e não está dando certo em todos os municípios.

Ora, quando nós colocamos uma contrapartida do Estado para implantar um curso de enfermagem na Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis, nós sentimos dificuldade até para falar com o Secretário Estadual de Saúde. Aliás, é mais difícil falar com o Secretário de Saúde do que com o Governador do Estado.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que, da mesma forma que está tendo esse discurso do Programa Saúde da Família, realmente ele tem um discurso bonito, mas a prática é outra.

Eu entrei com esse Requerimento, porque a Câmara Municipal de Rondonópolis

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

estava, Deputada Serys, bancando três funcionários para a FEMA, porque o Estado de Mato Grosso não mandava equipe e nem pessoal para manter a FEMA em Rondonópolis.

Ora, chega de ficarmos subsidiando esse Governo que fica fazendo propaganda, através da imprensa, através das rádios, através de jornais, dizendo que esse Governo é viável, sendo que sequer contrata funcionário para a FEMA e sequer para implantar o Programa Saúde da Família, que poderia ter o apoio significativo desse Governo.

Esse Requerimento, Sr. Presidente, nós temos boa parte de informações sobre essa questão da saúde pública. Rondonópolis foi um dos primeiros municípios a implantar o agente de saúde comunitária. Mas nós queremos isso por escrito, estamos buscando essas informações porque esse programa não vai mais para a frente. Na hora que se chega no gabinete do Secretário Estadual, o discurso é muito bonito, mas na hora de implantá-lo, as coisas estão difíceis, e o Município de Rondonópolis não tem condições de ficar bancando tudo isso.

Mesmo incrementando a Receita, nós aumentamos a nossa Receita, Deputado Joaquim Sucena, de três milhões, de um ano para cá, para mais de sete milhões mensais - no mês de janeiro foram sete milhões de reais - mesmo assim temos dificuldades para manter o município e estamos vendo uma omissão do Governo do Estado.

O Sr. Roberto Nunes - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Roberto Nunes, o que muito nos honra.

O Sr. Roberto Nunes - Deputado Zé Carlos do Pátio, coincidentemente, hoje, Vossa Excelência me disse que o Secretário de Saúde não recebia Vossa Excelência. Eu estive lá no final da tarde e o Secretário de Saúde me informou que nunca teve conhecimento de que Vossa Excelência tivesse solicitado uma audiência com ele.

Eu não sou Líder do Governo, mas eu peço para que o Líder do Governo faça esse encaminhamento. Como eu sou o Líder do PSDB, eu fiz a solicitação em nome de Vossa Excelência, conforme havia me solicitado. Assim, eu quero aqui passar uma cópia para Vossa Excelência da Portaria que estará sendo publicada amanhã no *Diário Oficial* sobre a questão da Saúde Familiar.

A responsabilidade da saúde é do município. O recurso é federal e o dinheiro é repassado para as prefeituras.

Eu gostaria de, se Vossa Excelência achar conveniente, colocar o meu gabinete à disposição de Vossa Excelência, já que Vossa Excelência diz que não consegue audiência, e o Secretário não tem informação de que Vossa Excelência tenha solicitado essa audiência. Vossa Excelência deve se dirigir ao Líder do Governo que poderá encaminhá-lo. Eu não posso, porque sou Líder do Partido, mas eu, como membro da Bancada do Governo, me coloco à disposição de Vossa Excelência.

Quero aqui falar em defesa do Secretário, que é extremamente competente, dedicado, um apaixonado pela saúde pública e tem feito um excelente trabalho na área da saúde pública do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria que Vossa Excelência tivesse maiores conhecimentos para que pudesse realmente vir à tribuna e criticar o nosso Secretário de Saúde. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado, eu só queria passar uma informação.

Sabe por que eu gostaria de ter essa audiência com ele? Nós estamos fazendo um projeto com o Curso de Enfermagem da UFMT. Neste final de semana tinha mais de vinte enfermeiras nesse projeto, doutoras enfermeiras. E o que as enfermeiras queriam? Queriam um Curso Modular de Especialização da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Estado em Rondonópolis para preparar as professoras, que é o pré-requisito mais difícil para se implantar o Curso de Enfermagem na Universidade Federal de Rondonópolis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Por incrível que pareça, a discussão ia ser em torno disso, e em torno de um Fórum Regional que já está marcado, onde estarão presentes vários Secretários Estaduais, com o Secretário de Mato Grosso do Sul, Secretário de Goiás e Secretário do Distrito Federal. Nesse Fórum será discutida a implantação da Farmácia de Manipulação de Medicamentos. A primeira Farmácia de Manipulação de Medicamentos no Estado de Mato Grosso, que vai fazer medicamentos, vai ser a de Rondonópolis. E vai ser um laboratório de manipulação de medicamentos. E, lamentavelmente, eu não tenho condições de entregar o convite para o Secretário Estadual e nem discutir com ele o projeto do Curso de Enfermagem para Rondonópolis. Apesar de todos os contratempos que eu tenho com o Governador Dante de Oliveira, é mais fácil falar com o Governador do que falar com esse Secretário Estadual. Eu acho que é um desrespeito à Instituição! Sabe o que é que eu falei para a Assessoria dele, depois de 15 dias? Eu falei: - Olha, eu não estou pedindo aqui como Deputado, não! Eu estou pedindo como ser humano, como representante do povo. É um desrespeito à Instituição! Agora, ele dizer que não sabe?! Inclusive, eu estou entrando com um requerimento convocando-o.

Mas, Deputado, se Vossa Excelência puder fazer essa intermediação... Eu não estou tirando os méritos dele como Secretário, não estou tirando a qualidade dele como homem de conhecimento de saúde pública...

O Sr. Roberto Nunes - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero terminar. Eu só estou colocando a falta de respeito para receber os Deputados e receber a sociedade para discutir interesse público. Eu lamento muito.

Concedo o aparte ao Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Deputado, logo depois que eu saí, o Deputado Humberto Bosaipo esteve lá também. O Deputado me pediu para que eu passasse a Vossa Excelência o número do telefone direto do gabinete do Secretário, que é 644-3352, para que Vossa Excelência possa entrar em contato com ele ou com a Chefe de Gabinete dele, Dr^a Eide. E se, porventura, houver algum lapso de algum Assessor - o que acontece, já aconteceu comigo, com o Deputado Carlão - dizendo que o Secretário não estaria e que não poderia recebê-lo, então, deve ser uma pessoa que não dizia respeito ao gabinete. Pode ter acontecido com Vossa Excelência. Não vou dizer que Vossa Excelência esteja faltando com a verdade. Não é isso! Mas, está aqui o telefone do Secretário, o nome da Chefe do Gabinete, e Vossa Excelência poderá dirigir-se a ela e ao Secretário diretamente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria pedir um apoio, só um momento...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para terminar o meu raciocínio.

Deputado Roberto Nunes, nós vamos reivindicar, mas se ele não nos atender, nós vamos requerer e convocá-lo institucionalmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

O Sr. J. Barreto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Vossa Excelência anunciou hoje, agora há pouco, um Requerimento que é de autoria do Deputado Nico Barakat, criando uma Comissão Especial de acompanhamento de investimentos do BID/Pantanal, é de autoria do Deputado Nico Barakat e Vossa Excelência deu prazo até quinta-feira. Eu tenho a honra de estar participando, embora eu não soubesse que estava participando dessa Comissão que não foi instalada ainda. E Vossa Excelência deu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

um prazo até quinta-feira, como eu estou viajando amanhã, pela manhã, em nome desta Instituição, para tratar do assunto da TV Assembléia Legislativa, eu peço Vossa Excelência para que dê um prazo até a próxima semana, quando o Deputado Nico Baracat, autor do Requerimento, juntamente com este Deputado, poderemos definir a formação dessa Comissão para o acompanhamento de investimentos do BID/Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Diante de tamanha argumentação, está deferido favoravelmente.

O Sr. Moacir Pires - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, foi aprovado, neste Plenário, um Requerimento, de nossa autoria, solicitando a formação de uma Comissão para acompanhamento do caso Rodrigo Lourenço, aquele garoto que foi assassinado. Eu gostaria que Vossa Excelência solicitasse pressa aos Srs. Deputados para que formem logo esta Comissão, porque o caso já está caindo no esquecimento e a Assembléia Legislativa precisa acompanhar as investigações junto ao Ministério Público. Eu gostaria que Vossa Excelência colocasse a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Deputado Gilney Viana, que eu quero que participe dessa Comissão e gostaria ainda de pedir que os Partidos indiquem os membros para formar a nossa Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu remeto à Comissão de Direitos Humanos o assunto pertinente e sugiro ao autor do Requerimento que procure o Deputado Gilney Viana, que é o Presidente reeleito da Comissão de Direitos Humanos, com muita justiça.

Eu quero aqui parabenizar o Deputado, porque nós fizemos - eu, como Membro titular que fui daquela Comissão -, um belíssimo trabalho. O Deputado Gilney Viana, com a sua experiência parlamentar federal, trouxe para esta Casa, com a sua sensibilidade e equilíbrio, pautas importantes.

Portanto, eu sugiro que Vossa Excelência, Deputado Gilney Viana, encampe o Requerimento do Deputado Moacir Pires, que certamente o fará oficialmente.

O Sr. José Carlos Freitas - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, já que foi formada a Comissão de Segurança Pública nesta Casa e nós estamos falando em nome do povo de Paranatinga, onde aconteceu um fato que abalou a opinião pública daquele município, no período de Carnaval, quando os policiais militares, cabos e sargentos, daquele município levaram à tona, tiraram um jovem adolescente do meio das brincadeiras carnavalescas e esse jovem, infelizmente, não apareceu até o presente momento, nem preso, nem na delegacia e em nenhum lugar do Município de Paranatinga. A cidade está abismada, parada e as reivindicações são muitas daquela população que quer ver alguma providência por nossa parte, por parte dos políticos do Estado.

E, já que está formada a Comissão, eu gostaria que fosse encaminhado, através do Presidente, através de Vossa Excelência, que também teve votos naquele Município de Paranatinga, que desse uma atenção maior, que essa Comissão fosse em busca da solução, para que aparecesse essa criança, ou viva, ou morta, para dar uma satisfação aos familiares e à população daquele Município de Paranatinga.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Designo Vossa Excelência para que officie a Comissão de Segurança o mais rápido possível.

Em discussão única, Projeto de Resolução n.º 08/01, de autoria do Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadã Mato-grossense a Irmã Ada Gambarotto/F.M.A. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Resolução n.º 11/01, de autoria da Mesa Diretora, que institui a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, aditando o inciso XIII e alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” ao art. 49 da Resolução n.º 01, de 11/01/1991. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n.º 17/01, Mensagem n.º 02/01, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a incluir na Lei n.º 7.308, de 27.12.00, a Atividade Manutenção das Residências Rodoviárias. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão única, Projeto de Resolução n.º 01/01, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que concede Título de Cidadã Mato-grossense a Sr.ª Zilda Arns Neumann. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Sr.ª Deputada e Srs. Deputados.

Mato Grosso e o Brasil sofreram nesta madrugada uma perda muito grande. Todos sentiram a morte do Governador Mário Covas. E, hoje, também começa uma outra...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO FAZ SOAR A CAMPAINHA) - Eu pediria um minuto de Vossa Excelência.

Eu gostaria de liberar o Deputado Duda Barros para que ele, com sua família, com os seus amigos, possa comemorar este dia tão importante, se assim o desejar, até pelo adiantado da hora.

Continua com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu serei, inclusive, mais breve para que, também, os Deputados que queiram participar, juntamente com o Deputado Duda Barros, possam fazê-lo.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de dizer ...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu solicito ao Deputado J. Barreto que assuma momentaneamente a Presidência para que eu possa atender a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

(O SR. DEPUTADO J. BARRETO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 22:41 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Continua com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Como dizia, antes dessas breves interrupções, e o mais rápido procurarei fazê-lo, eu não poderia deixar de me colocar, juntamente com toda a população desse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

País, em luto pela perda de Mário Covas. Eu tive a oportunidade de conviver e de ser liderado por ele à época da Constituinte. E tive a oportunidade de, em estando com ele, conhecer melhor não só o seu caráter, mas, principalmente, o seu companheirismo e a dedicação política dessa figura.

Se nós perdemos em nível de Brasil uma figura ímpar, tivemos, também, a infelicidade de perder, como aqui já foi colocado pelo nobre Deputado Rene Barbour, uma figura que, realmente, marcou e marca sensivelmente, indelevelmente, a população de todo o Médio-Norte, o ex-Vereador e atual Vice-Prefeito de Barra do Bugres, que, num acidente, perdeu a sua vida. O brilho com que sempre conduziu a sua vida pública e a intermediação que fez do Poder Público para com a população não permitirão que tão cedo seja esquecida a figura de Roosevelt.

E, ao mesmo tempo, dizer que eu tinha feito uma Indicação e uma Moção de Pesar a seus familiares e a toda população de Barra do Bugres e da região do Médio-Norte. Quero aproveitar este momento para colocá-la junto à Moção que foi apresentada pelo Deputado Rene Barbour.

Para terminar, Sr. Presidente, para ser bem breve, porque eu sei que todos gostariam de estar junto ao nobre Deputado Duda Barros nessa comemoração da sua chegada, quero refletir sobre algumas colocações que aqui foram feitas, hoje, principalmente a preocupação do nobre Deputado Zé Carlos do Pátio com relação ao Programa Saúde da Família, as dificuldades que se enfrenta para poder ter acesso às informações junto à Secretaria de Saúde do Estado, e principalmente o contato com o seu titular que, indiscutivelmente, é um grande conhecedor de saúde pública, mas que tem, acredito eu, uma dificuldade de fazer com que a representação da Assembléia possa ter as facilidades e o acesso às informações precisas que são cobradas continuamente por toda população aqui representada pelos Srs. Deputados.

Da mesma forma, aqui foram colocados alguns outros assuntos que, eu acredito, mereçam da parte de todos nós reflexões e, acima de tudo, tragam para dentro da Assembléia Legislativa discussões tão necessárias para este Estado trilhar efetivamente os caminhos do desenvolvimento.

Eu tenho observado, tenho me posto sempre em busca de trazer para dentro da Assembléia essas discussões, e acredito que sejam realmente necessárias e definitivas, tendo em vista que agora nós já vamos ter as Comissões em funcionamento, uma participação direta da população com a Assembléia.

E, para finalizar, fico extremamente feliz que a sensibilidade da Mesa Diretora fez surgir, no período Legislativo passado, a Comissão de Direitos Humanos, transformando-se numa Comissão Permanente, e agora uma Comissão de Defesa do Consumidor. São assuntos que, efetivamente, ganham necessariamente a participação da Assembléia Legislativa e, acima de tudo, a discussão da Assembléia Legislativa.

De modo que, Sr. Presidente, aproveitando esse finalzinho de Sessão, nas Explicações Pessoais, quero, não só como aqui já fui solidário à Moção de Pesar aos familiares e ao povo do Estado de São Paulo pela perda de Mário Covas, que não foi uma perda do Estado de São Paulo, mas uma perda nacional, também, me solidarizando com a Moção de Pesar do nobre Deputado Rene Barbour ao falecido Vice-Prefeito de Barra do Bugres e, acima de tudo, a certeza de que essas discussões - tão necessárias - passarão a ter neste Fórum também o brilhantismo e acima de tudo a participação de todos os Senhores Deputados na busca de melhores soluções. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado José Carlos Freitas (AUSENTE). Com a palavra o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, Srs. Deputados.

Permitam-me reafirmar as informações prestadas pelo Deputado Alencar Soares a respeito da instalação da Comissão de Direitos Humanos e informar sobre as nossas primeiras atitudes, inclusive responder também a um reclamo e a uma proposta do Deputado Moacir Pires.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Hoje, os componentes da Comissão de Direitos Humanos nos reelegeram Presidente - e agradeço muito essa confiança - e elegemos o Deputado Zé Carlos do Pátio Vice-Presidente e, ao mesmo tempo, tomamos uma decisão em quatro pontos: primeiro, nos entrevistar com o Secretário de Segurança. Dado o adiantado da hora, não vou pautar aqui tudo o que seria necessário para dar clareza do que nós vamos conversar com o Secretário, mas acredito que todos os Deputados sabem muito bem o drama que está vivendo a população, com uma série de crimes e atentados que estão colocando em polvorosa certas comunidades. Essa conversa precisa ser feita com muita franqueza, porque nós temos apoiado o Secretário de Segurança quando ele toma atitudes enérgicas. E, depois de muitos anos de vacilação da parte do Governo Dante de Oliveira, toma-se uma iniciativa, que eu acho importante, que é exatamente estabelecer a Polícia Comunitária.

Nós estamos apostando nisso, mas precisamos conversar, com muita franqueza, com o Secretário, porque isso não pode ser objeto de uma certa leviandade operacional. Isso é uma coisa que, para dar certo, precisa do apoio popular e precisa ter consequência dos atos que se faz.

Esse e outros assuntos vão ser objeto de discussão, particularmente a investigação de alguns casos. Inclusive o Deputado Zé Carlos do Pátio nomeou alguns deles, particularmente o desaparecimento de um garoto, um adolescente, quase uma criança, em Paranatinga, assim como também o caso de Vila Rica, Apiacás, do assassinato de um pároco, de Jauru... Então, temos vários casos que precisam ter um posicionamento da Secretaria de Segurança.

Segundo, a iniciativa que nós tomamos foi de marcar uma reunião com o Fórum Estadual de Direitos Humanos, que reúne a sociedade civil organizada. Nós reconhecemos e os Deputados membros da Comissão sabem e o Deputado que preside, o Deputado J. Barreto, que foi Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos também tem acompanhado isso, que a sociedade civil organizada em Mato Grosso é relativamente pequena. Esse é um problema de estados em que a migração ainda não sedimentou as relações sociais e que não se expressam ainda de formas organizadas. Mas, nós precisamos valorizar o que existe e o que atua e esse Fórum é qualitativamente importante para valorizarmos. Marcamos uma reunião no dia 20, quando eu, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Alencar Soares, o Deputado Emanuel Pinheiro e o Deputado Carlos Brito, estaremos fazendo essa reunião com o Fórum para agendarmos uma pauta de trabalho junto com a sociedade civil. E também definimos duas iniciativas, uma, que nós precisamos a partir...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu só quero fazer um registro aqui. No meu primeiro dia de mandato, chegou um motorista de caminhão, chorando igual a uma criança, no meu gabinete, pedindo apoio, porque um policial rodoviária federal o havia torturado. Eu fui verificar a ficha dele, do caminhoneiro, e vi que era um homem idôneo e sério. E eu quero dizer que recebi a notícia ontem de que o policial rodoviário federal foi condenado e realmente vai pagar na cadeia toda tortura que ele fez a esse motorista de caminhão. Fiquei feliz, porque foi um providência de forma individual que nós tomamos, e que já teve resultado.

Deputado, só para terminar, ontem já foram presos o cabo e o soldado, e, ontem mesmo, eu pedi para o Secretário a prisão do tenente também, porque ele estava presente na hora em que o menino foi espancado e possivelmente morto e jogado no rio. Eu creio que sim, porque ele não apareceu até agora e eu acredito que tenha que tomar medidas duras. Nós não queremos que aconteça o que aconteceu com o caso Christian, que demorou tanto para julgar e condenar os policiais.

Essa Justiça Militar tem que mudar, Deputado, vamos ter que tomar posições duras na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Segurança, no sentido de realmente parar de julgar na Justiça Militar todos os crimes militares. Crime militar tem que ser julgado na Justiça Comum, como todo mundo é julgado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. GILNEY VIANA - Eu concordo com Vossa Excelência e adito mais, que a Comissão de Direitos Humanos está num período assim de juventude, de consolidação da sua ação pública e eu acho que nós precisamos ter uma ação exemplar em certos casos, para mostrar que não pode ficar impune, não devem ficar impunes crimes praticados por quaisquer cidadão, especialmente por agentes do Estado no exercício do poder de polícia.

Mas, complementando, nós tiramos duas decisões que eu gostaria de socializar aqui com o Pleno da Assembléia Legislativa: primeiro é que nós vamos fazer uma investigação sobre todo o sistema que trabalha com a infância e a adolescência em Mato Grosso, porque nós vimos um caso rumoroso a respeito de uma decisão de um Promotor da Infância e Adolescência, a respeito do direito materno de uma criança que redundou - desgraçadamente, para ele e para a sociedade, para todos nós - em morte. Esse caso, na verdade, expõe um problema do sistema de atenção e proteção à infância e à adolescência não só da parte governamental e até da parte não-governamental. Nós precisamos ver a questão da promotoria, dos juizados, dos conselhos tutelares e de uma série de organizações, inclusive das ações sociais dos governos municipais e estadual nessa área.

E, finalmente, nós decidimos também privilegiar, e aqui o Deputado Benedito Pinto e o Deputado Carlos Brito que já trabalharam com isso podem ajudar, sem aqui querer atropelar nenhuma iniciativa de outros Deputados, e, se alguém tiver a iniciativa, nós faremos de uma forma conjunta, que é o caso, é o problema do direito de ir e vir de uma forma decente, de uma forma segura, que é o problema do trânsito.

Nós tivemos também muitos casos rumorosos, inclusive o acidente que matou literalmente o filho de um cidadão, que é professor da Universidade - eu o conheci lá - que, inclusive, está mobilizando a população de Chapada dos Guimarães. Na verdade, são dezenas, são milhares de casos desse tipo, mas nós precisamos ter uma clareza não só porque acontecem as coisas, mas como nós podemos evitá-las.

Esse é um drama que particularmente a nossa família foi vítima, mas depois eu fiquei reparando, e pensei em fazer uma pesquisa aqui na Assembléia Legislativa, para saber quantas famílias daqui tem vítimas de acidente de trânsito. Nós vamos ver que são muito mais do que a gente pensa, muito mais!

Então, nós vamos fazer um seminário sobre o trânsito, nas suas diversas concepções, de que é um direito humano, é um direito do cidadão ir e vir em condições adequadas e especialmente de segurança.

Finalmente, respondendo ao Deputado Moacir Pires: nós aceitamos trabalhar junto com a Comissão proposta por ele para esclarecer o desfecho desse caso rumoroso e triste que aconteceu com uma criança, em função não da decisão do Promotor - eu não entendo assim - ou em função da atitude da própria mãe, dos pais, no caso, da mãe biológica. Mas, é um caso que colocou em juízo, colocou em questionamento as decisões de autoridades judiciais, como é o caso do Promotor.

Nós acompanharemos, mas sempre com atenção, com o cuidado de ouvir as partes, pesar bem, sem fazer um juízo precipitado de quem quer que seja. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Não havendo mais orador inscrito, antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para, amanhã, quarta-feira, às 08:00 horas.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Roberto Nunes, Duda Barros, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido Liberal - Campos Neto; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), J. Barreto (PL), Humberto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Bosaipo (PPS) e José Carlos Freitas (PPB); Sem Filiação Partidária - Emanuel Pinheiro.

Deixou de comparecer a esta Sessão o seguinte Sr. Deputado: Jair Mariano (PPS).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta

Conferida por Regina Céli Arruda.